



2022 Relatório Anual

Sumário

01	Mensagem da Diretoria	03
02	Comunicação	08
03	Política de Investimentos	17
04	Panorama Geral	35
05	Demonstrações Contábeis	47
06	Relatório dos Auditores Independentes	74
07	Parecer Atuarial	77
08	Atendimento	96



Missão

Gerir com eficiência, transparência e responsabilidade o regime de previdência complementar dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Visão

Ser a melhor parceira dos nossos participantes na construção do seu futuro, proporcionando tranquilidade e segurança em todos os momentos da sua vida.

Valores

Ética, Transparência, Responsabilidade, Honestidade, Integridade, Excelência, Criatividade, Competência, Comprometimento e Respeito ao ser humano.

Política de relacionamento

Estar sempre disponível para atender aos nossos participantes com competência, cordialidade, gentileza e respeito, colocando os seus interesses em primeiro lugar.

PATROCINADORES

PREVPLAN



Assembleia Legislativa
do estado de Minas Gerais



Defensoria Pública
de Minas Gerais



Ministério Público
do Estado de Minas Gerais



Tribunal de contas do
estado de Minas Gerais



Tribunal de justiça do
estado de Minas Gerais



Tribunal de Justiça Militar
de Minas Gerais



Secretaria de Estado de
Planejamento e Gestão

PATROCINADORES

PREV-MAIS



Betim



Espera Feliz



Muriaé

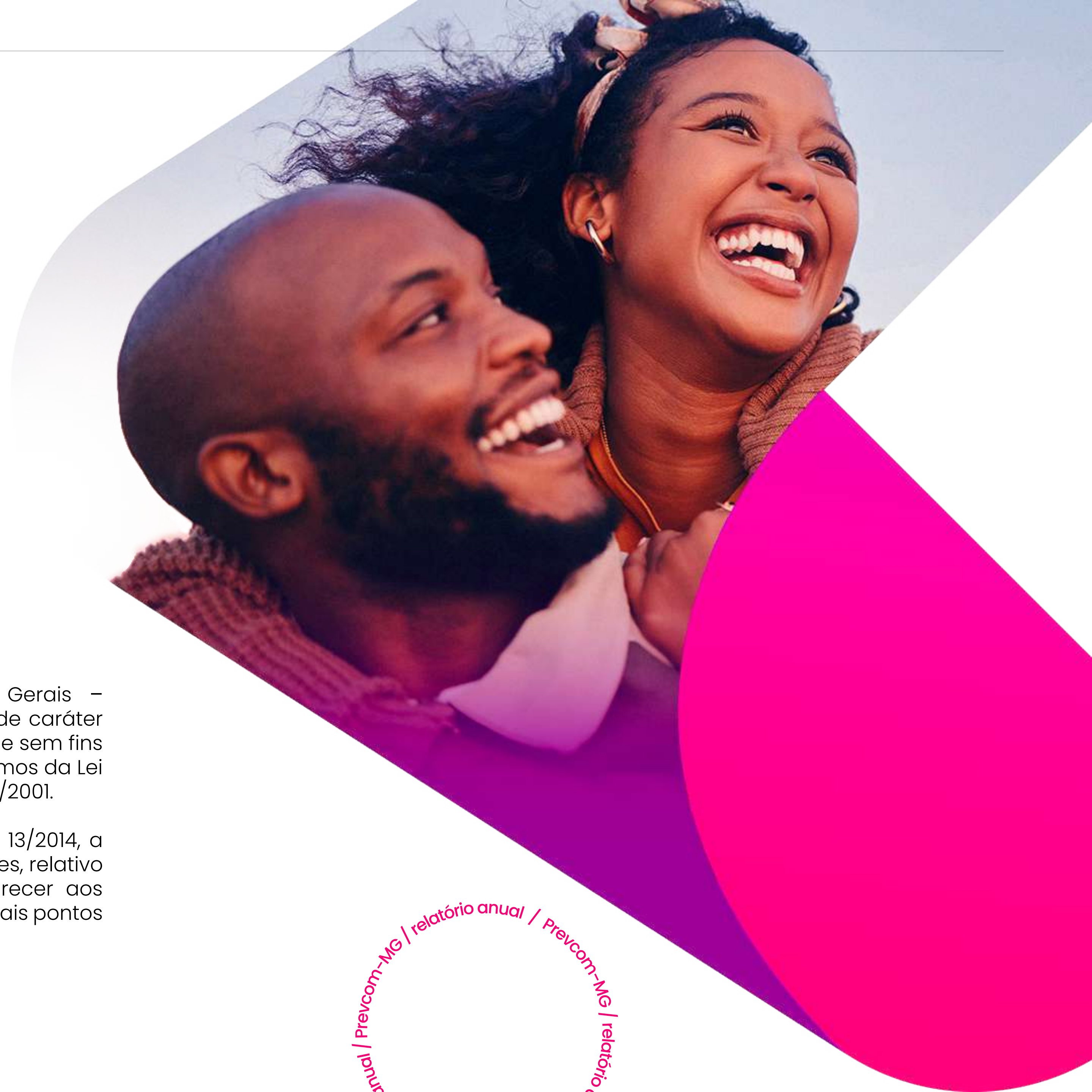


Governador Valadares

Apresentação

A Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – PREVCOM-MG foi criada com a finalidade de gerir planos de benefícios de caráter previdenciário para os servidores públicos. A PREVCOM-MG é uma entidade sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, financeira e gerencial, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 132/2014 e da Lei Complementar Federal nº 108/2001.

Em cumprimento à Resolução CNPC nº 32/2019, e à Instrução PREVIC nº 13/2014, a PREVCOM-MG apresenta o Relatório Anual de Informações aos Participantes, relativo ao exercício de 2022. Este Relatório tem por objeto informar e esclarecer aos Participantes e Patrocinadores dos planos PREVPLAN e PREV-MAIS os principais pontos sobre a gestão e os resultados da entidade de forma clara e didática.





C A P 01

Mensagem da Diretoria

Armando Quintão Bello de
Oliveira Júnior
Diretor-Presidente

Mensagem da Diretoria

No ano de 2022, confirmando tendência observada, a PREVCOM-MG cresceu além das expectativas. O Número de participantes que, em dezembro de 2021 era de 1166, passou para 1986, em dezembro de 2022.

Já o patrimônio dos planos administrados que era de R\$ 40,7 milhões passou para R\$ 82,8 milhões, sendo que ainda há muito espaço para crescimento, mormente em face de recentes alterações na Lei Complementar 132/2014.

Nos seus 08 (oito) anos de existência a Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais apresentou um grande avanço, estando muito próxima da esperada autossustentabilidade. Se, na criação da PREVCOM-MG, os atuários estimavam o ponto de equilíbrio em 2027, recente estudo feito pela Lumens Atuarial, já se projeta que tal objetivo possivelmente será alcançado antes daquela data.

Ainda que estejamos na fase inicial de estruturação da Fundação, o desafio colocado aos gestores, de implementar ações visando reduzir o tempo necessário ao atingimento da auto-sustentabilidade, tem sido alcançado.

Nesta ordem, o aumento do número de participantes, o incentivo à migração para o regime de previdência complementar ocorrido no exercício de 2021 e a busca incessante da maior rentabilidade possível na gestão financeira do patrimônio dos planos administrados, já começam a render frutos.

No exercício de 2021, em continuidade à reforma da previdência do Estado de Minas Gerais, foi sancionada a Lei Complementar nº 158 de 30 de julho, que estendeu o regime de previdência complementar aos servidores não efetivos e ocupantes de emprego público, nas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, na condição de participantes facultativos.

Ainda, na mesma Lei, foi criado e disciplinado um benefício especial, de natureza compensatória a ser concedido pelo Estado de Minas Gerais aos servidores que optarem por migrar para o Regime de Previdência Complementar, um importante vetor de fomento ao PREVPLAN.

A PREVCOM-MG também é a gestora do plano multipatrocinado para entes públicos, denominado PREV-MAIS, destinados aos Municípios e Estados que vierem a formalizar convênio de adesão.

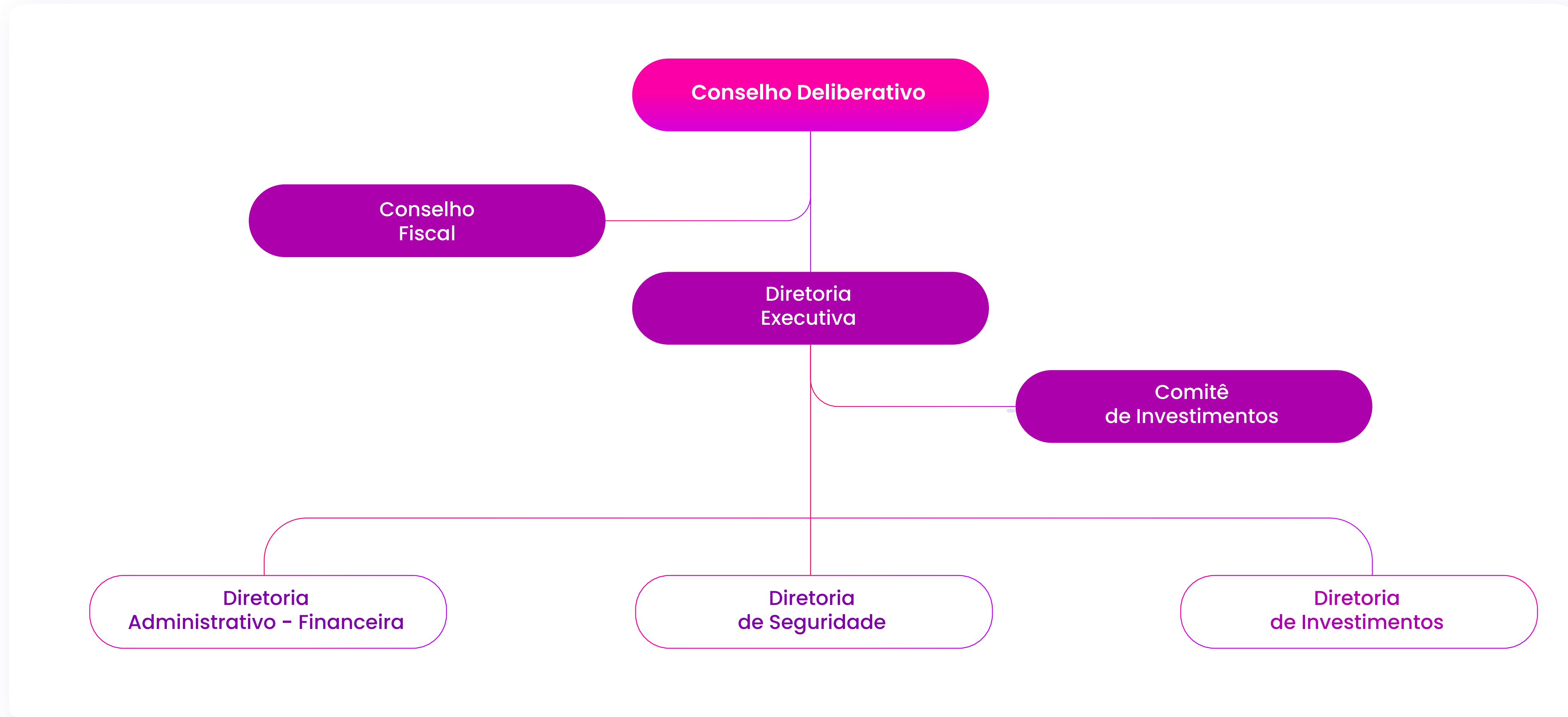
Atualmente o PREV-MAIS é patrocinado pelos municípios mineiros de Betim, Espera Feliz – MG, Governador Valadares e Muriaé.

A Fundação irá prosseguir em sua missão, que é a de dar proteção financeira em forma de poupança previdenciária aos servidores públicos, forte no crescimento e fortalecimento da Previdência Complementar no Estado de Minas Gerais.

Como Diretor-Presidente da Fundação, expresso aqui meu agradecimento a todos que contribuíram pelo engrandecimento da PREVCOM-MG, em especial nossos colaboradores, demais diretores e membros dos conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade.

Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior

Organograma



Resolução do Conselho Deliberativo nº10 de 14.07.16



Composição do Conselho Deliberativo

Representantes do Poder Executivo

Conselheiro Titular e Presidente

Procurador do Estado Marcelo Barroso Lima Brito de Campos

Conselheiro Suplente

Procurador do Estado Gabriel Arbex Valle

Representantes do Ministério Público

Conselheiro Titular

Procurador de Justiça Marcio Gomes de Souza

Conselheiro Suplente

Promotor de Justiça Fabrício Marques Ferragini

Representantes do Poder Judiciário

Conselheiro Titular

Juiz Aposentado e Advogado Noelho Adelino Machado

Conselheiro Suplente

Juiz de Direito Rafael Arrieiro Continentino

Representantes dos Participantes e Assistidos

Conselheiro Titular

Defensor Público Cantídio Dias de Freitas Filho

Conselheira Suplente

Defensora Pública Camila Marchado Umpierre

Conselheiro Titular

Defensor Público Marcos Lourenço Capanema de Almeida

Conselheira Suplente

Defensora Pública Rebeca Breves de Melo e Silva

Conselheiro Titular

Servidor Público João Victor Silva Fonseca

Conselheiro Suplente

Servidor Público Matheus Miranda de Oliveira

Composição do Conselho Fiscal

Representantes dos Participantes e Assistidos

Conselheiro Titular e Presidente

Defensor Público Henrique Matheus Mariani Sossai

Conselheiro Suplente

Defensor Público Luis Felipe Rocha Mascarenhas

Conselheiro Titular

Servidor Público Tiago Marques Delboni

Conselheira Suplente

Servidora Pública Fernanda Amorim Fraga

Representante do Poder Legislativo

Conselheira Titular

Servidora Pública Patrícia Capanema Silva Duarte McGuigan

Conselheira Suplente

Servidora Pública Bruna Maria Souza

Representante da Defensoria Pública

Conselheiro Titular

Defensor Público Sérgio Augusto Riani do Carmo

Conselheiro Suplente

Defensor Público Lucas de Ávila Chaves Borges



Composição da Diretoria Executiva

Presidência

Diretor-Presidente

Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior

Coordenação Jurídica

Aroldo de Rezende Bastos Pereira

Analista de Controles Internos

Josiane de Melo Lacerda Meira

Secretária Executiva

Juciene Hilário de Souza

Diretoria de Seguridade

Diretora de Seguridade

Mariana Cristina Macieira
Souza Figueiredo

Analista de Atuária e de Benefícios

Igor Bolzan Lage

Assistente I - Seguridade

Raphael Barboza Lage

Assistente I - Marketing

Leonardo Clemente dos Santos

Estagiário

Daniel Lima de Carvalho

Diretoria de Investimentos

Diretor de Investimentos

José Antônio Bittencourt Soares

Analista de Investimentos

Leonardo Gomes Gonçalves

Diretoria Administrativo-Financeira

Coordenação de Administração e Finanças

Mariana Ferreira Nunes

Composição do Comitê de Investimentos

Coordenador

Diretor de Investimentos

José Antônio Bittencourt Soares

Membros

Coordenação Jurídica

Aroldo de Rezende Bastos Pereira

Analista de Investimentos

Leonardo Gomes Gonçalves

Superintendente de Administração

Financeira - SEF/MG

Geber Soares de Oliveira

Diretor de Controle e Operação

Financeira - SEF/MG

Felipe Afonso Costa



C A P 02

Comunicação





Comunicação e Marketing

No ano de 2022, a Prevcom-MG atuou intensamente em suas redes sociais com objetivo de promover a marca e torná-la conhecida, publicando conteúdos direcionados especialmente para os servidores públicos. Com isso, notou-se grande engajamento nas mídias sociais, que vêm se tornando um dos principais canais de comunicação com o atuais Participantes e com o público de prospecção.

Grande destaque das ações nas mídias sociais foi a série Drop Cast, conhecimento compartilhado, protagonizada pelo Diretor-Presidente, Dr. Armando Bello, e pelo Presidente do

Conselho Deliberativo, Dr. Marcelo Barroso, que conduziram os episódios com enriquecedores esclarecimentos sobre o regime de previdência complementar do Estado de Minas Gerais, tipos de investimentos, como funciona a Prevcom-MG e respondendo a dúvidas comuns de Participantes e outros interessados no assunto de previdência complementar.

Sem dúvida, o Drop Cast superou as expectativas, que lhe consagrou em um importante canal de difusão de conteúdo de educação financeira e previdenciária acessível a diversos públicos.

Fomento

O fomento da marca e a disseminação da cultura previdenciária, bem como educação financeira, continuou ativo em encontros, reuniões e palestras presenciais e *onlines*. Nesse sentido, a Fundação participou, representada pelo Diretor-Presidente, Dr. Armando Bello, que palestrou na Defensoria Pública de Minas Gerais, no Ministério Público de Minas Gerais e no Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais, apresentando a PREVCOM MG aos novos servidores públicos do Estado. Além disso, houve reuniões com representantes de diversas prefeituras do Estado de Minas, treinamentos e alinhamento estratégico com os Agentes da MAG Seguros, parceira da Prevcom-MG, com objetivo de aperfeiçoar, atualizar e engajar os Agentes Previdenciários, o que proporcionou aos novos e atuais participantes um atendimento de maior excelência.

A Prevcom-MG esteve presente em importantes e renomados eventos do setor de previdência complementar, tais como 43º Congresso Brasileiro de Previdência Privada, promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Abrapp e na 72ª e 74ª reuniões ordinárias Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV e no 20º Seminário da Associação Mineira dos Institutos de Previdência Municipal – AMIPREM. Já no Congresso Brasileiro de Direito Previdenciário, o Presidente do Conselho Deliberativo, Dr. Marcelo Barroso, recebeu o prêmio de destaque previdenciário 2022. O objetivo dessa premiação é reconhecer as personalidades jurídicas que mais se destacam no Cenário Previdenciário pelo trabalho ativo em prol da luta e defesa dos direitos sociais.



Palestras Realizadas em 2022

PATROCINADOR	QUANTIDADE
Poder Executivo	5
Ministério público	2
Tribunal de Justiça	4
Defensoria Pública	2
Prefeituras	14
Outro Órgãos	7

Certificados em 2022

Com muito orgulho, informamos que mais dois profissionais da Prevcom-MG foram certificados pelo Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social (ICSS), garantindo ainda mais qualidade e expertise na gestão dos nossos planos de previdência complementar. Acreditamos que a constante busca pela excelência e capacitação dos nossos colaboradores é fundamental para oferecermos os melhores serviços aos nossos participantes.

A certificação do ICSS é de extrema importância para o mercado de previdência e planos de aposentadoria, porque procura qualificar e diferenciar os profissionais da área. Com ela, os profissionais se tornam mais bem preparados para lidar com os desafios do mercado e oferecer soluções mais eficientes aos nossos participantes.



Igor Bolzan Lage



Gabriel Arbex Valle

Gestão de Riscos

Atualmente a Fundação utiliza o sistema “Harpa” para a gestão dos riscos.

Está em curso o mapeamento e revisão de processos e fluxos.

Ainda, no exercício de 2022, foi iniciado o trabalho de revisão e organização arquivística, no intuito de realizar o mapeamento do acervo documental da Fundação e buscar melhoria contínua na segurança da informação.

Alterações regulamentares

Alteração do estatuto

O Estatuto da Fundação foi atualizado no exercício de 2022, adequando-o às alterações trazidas pela Lei Complementar Estadual nº 158 /2021.

A adequação do Estatuto foi aprovada pela PREVIC por meio da Portaria nº 325 de 8 de abril de 2022.

[O texto vigente está disponível no site da PREVCOM-MG](#)

Alteração do regulamento

Em 2022 o regulamento do plano PREVPLAN foi ajustado por duas alterações, a primeira no mês de março que, em síntese, permitiu às entidades de administração indireta do Estado de Minas Gerais se tornassem patrocinadores, bem como seus respectivos servidores se tornassem participantes, além de disciplinar a adesão automática de servidores anteriores ao regime de previdência complementar que exercessem a opção por esse regime, e a segunda, ocorrida em junho, voltada às ações de fomento a adesão, com o estabelecimento de um piso de salário de contribuição e a remoção do valor mínimo para contribuições esporádicas.

As adequações foram aprovadas pela PREVIC, por meio das Portarias nº 270 de 22 de março e 573 de 20 de junho de 2022.

[O texto vigente está disponível no site da PREVCOM-MG](#)



Cenário Econômico 2022

Internacional

O ano de 2022, foi marcado por notícias ambíguas, boas e ruins, enquanto algumas economias miravam a retomada de crescimento, outras estavam preocupadas com uma possível recessão.

A retomada de algumas economias era dada como certa, haja vista as retrações ocorridas nos dois últimos anos de pandemia (covid-19). A boa perspectiva durou pouco, pois logo no mês de fevereiro veio a notícia da invasão da Rússia no país Ucrainiano, causando assim uma guerra civil, que gerou impactos sem precedentes na própria Ucrânia e em outras potências econômicas. Dentre as mais afetadas na Europa, haja vista a relação econômica do continente europeu com a Rússia.

Nos EUA, o FED (Banco Central Americano), preocupado com a inflação alta, não mediu esforços para controlá-la. Em consequência, elevou a

taxa básica de juros para o intervalo de 4,25% a 4,5% ao ano. Segundo o banco central americano a medida foi necessária, tendo em vista o aumento expressivo da inflação que terminou o ano em 6,5%.

A China, por sua vez, passou o ano com medidas mais restritivas por conta do Covid-19 e suas variantes. Ao final do ano, optou pelo relaxamento das medidas. A iniciativa corroborou para melhora das projeções de crescimento futuro, mesmo após um período de fraco crescimento.

Brasil

O Brasil, esteve em uma trajetória diferente das potências econômicas. Enquanto os principais bancos centrais iniciavam o aumento da taxa básica de juros, o Banco Central já havia deflagrado o movimento de aumento progressivo da taxa básica de juros, por entender antecipadamente a necessidade do controle inflacionário. Em consequência a economia

apresentou melhor resultado, demonstrado principalmente pelos indicadores econômicos.

Em relação aos indicadores, o PIB – Produto Interno Bruto do país, cresceu 2,9% no ano e a taxa de desemprego terminou o ano com 7,9%, um dos menores índices desde 2014.

Ressaltamos que, até a economia apresentar os resultados citados, o país passou por momentos de grandes desafios no cenário político e econômico. Como a eleição de um novo presidente para o país; a redução do ICMS em combustíveis, a taxa de desemprego e a retomada das atividades econômicas.

Por fim, existem incertezas que o mercado financeiro levará para o ano de 2023, como crescimento econômico mais fraco e possível recessão global. Cabe então aos agentes de mercado utilizarem estratégias de investimentos que venham oportunizar rentabilidade positiva, no longo prazo, para os recursos investidos.

Estatísticas de Participantes

Quantidade de Participantes

A tabela a seguir apresenta a quantidade de participantes do Plano PREVPLAN, administrado pela PREVCOM-MG, posicionada no final de 2022. O referido plano ainda não possui assistidos.

Estatísticas de Participantes

Patrocinador	Quantidade		Média			Total		
	Participantes	Salário de Participação	Remuneração	(%)Contribuição Partic.	(%)Contribuição Patroc.	Saldo Partic.	Saldo Patroc.	Saldo Portabilidade
0001 - ALMG	95	14.386,44	21.473,66	7,43%	7,32%	3.140.090,51	3.051.059,40	96.907,10
Feminino	44	14.414,51	21.501,73	7,44%	7,27%	1.576.759,69	1.504.653,29	96.907,10
Masculino	51	14.362,23	21.449,45	7,42%	7,35%	1.563.330,82	1.546.406,11	0,00
0002 - TCMG	145	11.355,88	18.345,34	7,53%	7,44%	2.329.420,30	2.317.249,48	139.037,11
Feminino	69	13.065,39	20.152,61	7,63%	7,50%	1.132.965,96	1.128.548,34	0,00
Masculino	76	9.803,82	16.704,54	7,44%	7,39%	1.196.454,34	1.188.701,14	139.037,11
0003 - TJMG	231	14.602,44	21.076,05	7,06%	6,82%	7.690.310,97	7.577.943,53	99.092,82
Feminino	127	11.721,96	17.972,10	7,06%	6,71%	3.402.154,30	3.315.173,80	70.152,45
Masculino	104	18.119,96	24.866,45	7,06%	6,96%	4.288.156,67	4.262.769,73	28.940,37
0004 - DPMG	148	24.169,77	30.969,67	7,20%	7,15%	6.852.328,22	6.813.510,84	161.249,18
Feminino	74	24.361,84	31.353,29	7,25%	7,20%	3.337.148,85	3.326.216,34	94.896,94
Masculino	74	23.977,70	30.586,05	7,15%	7,10%	3.515.179,37	3.487.294,50	66.352,24
0005 - MPMG	467	18.709,13	25.568,71	7,19%	7,07%	13.938.569,71	13.809.447,08	102.760,01
Feminino	189	17.247,05	24.146,78	7,23%	7,10%	5.741.440,78	5.690.760,20	0,00
Masculino	278	19.703,14	26.535,42	7,17%	7,04%	8.197.128,93	8.118.686,88	102.760,01
0006 - SEPLAG	892	6.390,87	11.150,11	6,23%	5,18%	8.421.929,26	6.229.678,60	27.026,63
Feminino	378	5.611,08	9.848,41	6,00%	4,82%	3.365.533,09	2.251.424,56	9.028,61
Masculino	514	6.964,33	12.107,39	6,41%	5,44%	5.056.396,17	3.978.254,04	17.998,02
0007 - TJMMG	8	3.049,07	3.049,07	4,31%	0,94%	7.977,53	0,00	0,00
Feminino	5	3.819,02	3.819,02	4,80%	1,50%	6.175,85	0,00	0,00
Masculino	3	1.765,81	1.765,81	3,50%	0,00%	1.801,68	0,00	0,00
Total	1986	-	-	-	-	R\$ 42.380.626,50	R\$ 39.798.888,93	R\$ 626.072,85



Adesões ao Plano em 2022

As próximas tabelas apresentam a quantidade de adesões aos planos de benefícios administrados pela Prevcom-MG em 2022, distribuídas em cada plano. O aumento do número de adesões é uma prova do sucesso do nosso trabalho e da confiança que os participantes depositam em nossos serviços.

Adesões por Período

Mês	0001 - ALMG	0002 - TCMG	0003 - TJMG	0004 - DPMG	0005 - MPMG	0006 - SEPLAG	0007 - TJMMG	Total Geral
Jan/22		1	1	4	1	5		12
Fev/22			2			3		5
Mar/22				15	44	9		68
Abr/22		5	1	6		2		14
Mai/22	2	2	2			4	6	16
Jun/22		8			1	5	1	15
Jul/22		4	1		2	133		140
Ago/22		1	1	15		14		31
Set/22		2	5	1	2	8		18
Out/22		6				3		9
Nov/22		3				4		7
Dez/22		1				6	1	8
Total Geral	2	33	13	41	50	196	8	343

PREVPLAN

Adesões por Período

Mês	PREFEITURA DE BETIM	Total Geral
Abr/22	2	2
Total Geral	2	2

PREV-MAIS

Situação Previdenciária

As tabelas a seguir apresentam a situação previdenciária dos participantes da Prevcom-MG no final de 2022. Esses dados são fundamentais para o planejamento financeiro dos nossos participantes e demonstram a segurança e a transparência que oferecemos em nossos serviços previdenciários.

Quantidade de Participantes por Situação Previdenciária

PREVPLAN

Situação previdenciária	ALMG	TCMG	TJMG	DPMG	MPMG	SEPLAG	TJMMG	Total Geral
Autopatrocinado - Licença não remunerada	1							1
Autopatrocinado Total						1		1
BPD				2	1	2		5
Cancelado aguardando Instituto				1		5		6
Cedido para outro órgão						4		4
Participante Ativo Suspenso		2	1	2	7	104	1	117
Participante Vinculado a Patrocinadora	94	143	230	143	459	776	7	1852
Total Geral	95	145	231	148	467	892	8	1986

Quantidade de Participantes por Situação Previdenciária

PREV-MAIS

Situação previdenciária	PREFEITURA DE BETIM	Total Geral
Participante Ativo Suspenso	1	1
Participante Vinculado a Patrocinadora	1	1
Total Geral	2	2

Contribuições Recebidas

A seguir, apresentaremos as tabelas com as contribuições recebidas ao longo do ano de 2022, indicadores importantes do volume de recursos gerenciados pela entidade.

Contribuições Recebidas

PREVPLAN

COMPETÊNCIA	ALMG	SEPLAG	DPMG	MPMG	TJMG	TCEMG	TJMMG	TOTAIS
Jan/22	-	310.876,91	263.768,35	725.190,75	382.799,15	136.745,49	-	1.819.380,65
Fev/22	149.056,89	465.557,84	278.376,95	1.139.974,19	475.139,63	158.647,48	-	2.666.752,98
Mar/22	139.171,68	541.129,76	282.897,89	1.127.305,66	448.531,55	162.805,04	-	2.701.841,58
Abr/22	139.986,86	514.206,83	285.484,43	1.117.773,86	453.626,22	167.825,28	-	2.678.903,48
Mai/22	321.208,20	592.467,35	769.975,95	1.164.464,55	482.785,10	287.904,92	-	3.618.806,07
Jun/22	261.682,60	801.875,95	460.383,02	1.410.889,69	483.031,08	199.957,32	-	3.617.819,66
Jul/22	205.533,07	601.678,34	453.900,56	1.267.121,19	464.891,99	208.782,58	1.637,34	3.203.545,07
Ago/22	205.371,41	619.614,07	452.306,54	1.267.333,74	463.837,39	210.780,18	1.319,41	3.220.562,74
Set/22	205.371,41	665.312,00	448.364,92	1.252.907,10	469.709,56	241.730,57	1.198,68	3.284.594,24
Out/22	206.806,71	720.894,12	501.508,98	1.267.522,56	470.617,66	241.375,53	1.198,68	3.409.924,24
Nov/22	206.790,87	696.420,69	519.852,06	1.252.521,18	498.597,07	242.922,59	1.077,95	3.418.182,41
Dez/22	619.522,01	1.377.840,80	968.772,34	2.491.726,22	949.823,33	479.308,28	1.886,43	6.888.879,41

Contribuições Recebidas

PREV-MAIS

COMPETÊNCIA	PREFEITURA DE BETIM
Mai/22	140,00
Jul/22	46,10
Ago/22	46,10
Set/22	46,10
Out/22	46,10
Nov/22	46,10
Dez/22	46,10

C A P 03

Política de Investimentos



1. Introdução

A Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais (PREVCOM-MG), entidade fechada de previdência complementar (EFPC), organizada sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, de natureza pública, autorizada a funcionar por meio da Portaria 215, de 28 de abril de 2014, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), apresenta proposta de revisão da Política de Investimentos, para o quinquênio 2019-2024.

A Política de Investimentos tem como finalidade definir as diretrizes e parâmetros que devem reger a alocação e gestão dos investimentos do Plano de Benefícios de caráter Previdenciário Complementar.

Este documento fornece orientação para os administradores, promove disciplina de longo prazo na tomada de decisão de investimentos e protege contra mudanças de curto prazo na estratégia.

A gestão dos investimentos será realizada em conformidade com a legislação

aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 4.994, de 24 de março de 2022, e suas alterações posteriores, bem como, ao Estatuto e normativos internos da Fundação.

Essa Política de Investimentos foi proposta pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo na 88ª reunião de 17 de dezembro 2021 e revisada pelo Conselho Deliberativo por ocasião da 99ª reunião de 25 de novembro de 2022.

Em face da aprovação do PREV-MAIS pela Portaria PREVIC nº 282, de 13 de maio de 2021, plano multipatrocinado destinado aos outros entes federativos, solicita-se a extensão da Política de Investimentos em vigor ao mesmo.

Eventual alteração anterior da Política de Investimentos do PREV-MAIS poderá ser proposta pelo Comitê de Investimentos e pelo comitê de Assessoramento de Plano, mediante pedido específico de revisão.

- ★ Armando Quintão Bello de Oliveira Júnior
Diretor-Presidente

- ★ José Antônio Bittencourt Soares
Diretor de Investimentos

- ★ Mariana Cristina Macieira Souza Figueiredo
Diretora de Seguridade

2. Governança

Na PREVCOM-MG, os recursos são investidos seguindo as diretrizes de aplicação da Resolução 4.994/2022 visando garantir boas taxas de retorno e liquidez compatíveis com a necessidade dos compromissos com o pagamento de benefícios.

A Diretoria Executiva é o órgão responsável pela administração da PREVCOM-MG, sempre em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo e respeitados os ditames do Estatuto Social da PREVCOM-MG.

O Conselho Deliberativo da PREVCOM-MG é o órgão de deliberação superior da entidade, cuja composição é paritária entre os patrocinadores e participantes, com 6 (seis) representantes na totalidade.

O Comitê de Investimentos é um órgão auxiliar vinculado à Diretoria Executiva, de caráter consultivo, responsável por avaliar propostas de investimentos a serem realizados pela entidade e seus respectivos riscos.

2.1. Limite de Alçada

As operações abaixo necessitam da aprovação do Conselho Deliberativo, no que couber:

- Aprovar a Política de Investimentos da PREVCOM-MG;
- Autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% dos recursos garantidores;
- Investimentos / Desinvestimentos em Imóveis.

As demais operações estão definidas inclusive com a definição das alçadas de decisão de cada instância estão definidos no Limite de Alçada, disponível no Anexo B desta Política.

2.2. Segregação da Responsabilidade e Mitigação dos Conflitos de Interesse

O Limite de Alçadas define claramente três instâncias decisórias da PREVCOM-MG na seleção e monitoramento dos investimentos, conforme explicitado na estrutura de governança acima.

A Diretoria de Investimentos atua no recolhimento de informações e dados, que são submetidos ao Comitê de Investimentos, para a análises. A depender do grau da instância decisória, as propostas do Comitê retornam à Diretoria de Investimentos ou à Diretoria Executiva, cujas decisões em certas ocasiões devem ser submetidas à análise e consideração do Conselho Deliberativo antes de serem aplicadas.

As diferenças instâncias asseguram a devida segregação de responsabilidade, tanto de caráter consultivo quanto decisório.

Internamente os membros das três

instâncias estão sujeitos ao Código de Ética e Conduta da PREVCOM-MG, ao passo que externamente a Diretoria de Investimentos acompanha os investimentos e seu respectivos agentes, comunicando potenciais casos de conflito à Diretoria Executiva.



3. AETQ e ARPB

Em atendimento à Lei Complementar federal 109, de 29 de maio de 2001, a entidade fechada de previdência complementar deve designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores dos planos por ela administrados, independentemente da responsabilidade solidária dos demais administradores.

Há também a figura do Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB), prevista pela Resolução CGPC nº 18/2006. Trata-se do responsável pelos dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial como a adoção e aplicação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras.

Desse modo, foi nomeado AETQ:

Nome: José Antônio Bittencourt Soares

Cargo: Diretor de Investimentos

Certificação: CPA 20

Desse modo, foi nomeado ARPB:

Nome: Mariana Cristina Macieira Souza Figueiredo

Cargo: Diretora de Seguridade

Certificação: ICSS



4. Princípios de Gestão

A presente Política de Investimentos está centrada nos princípios de compliance corporativa, transparência de informação, observância dos preceitos éticos e melhores práticas do segmento, sem olvidar os limites quantitativos impostos pela legislação e os critérios técnicos, dentre as quais se destacam:

- *Art. 13, inciso III, da Lei Complementar 108, de 2001.*
- *Art. 9º da Lei Complementar 109, de 2001.*
- *Resolução CMN 4.994, de 2022 e alterações posteriores.*
- *Arts. 12 ao 15 da Resolução CGPC 13, de 2004.*
- *Resolução CNPC nº 43, de 2021.*
- *Resolução CNPC nº 46, de 2021.*
- *Instrução PREVIC nº 12, de 2022.*
- *Instrução PREVIC/DC nº 41, de 2021.*
- *Estatuto da Prevcom-MG.*
- *Guia Previc "Melhores Práticas em Investimento", de 2011.*
- *Guia Previc "Melhores Práticas de Governança para EFPC", de 2012.*

5. Planos de Benefícios

O PREV-MAIS e o PREVPLAN, são Planos de Contribuição Definida (CD), no qual o Participante determina o valor de sua contribuição e o benefício é estabelecido de acordo com o total de recursos acumulados na sua conta individual, juntamente com a rentabilidade. Portanto, o benefício dependerá da capacidade contributiva individual de cada Participante e da rentabilidade obtida.

Os recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) são destinados exclusivamente para o pagamento das despesas administrativas da PREVCOM-MG.

PREVPLAN:

Modalidade:
Contribuição Definida (CD)

CNPB:
2015.0004-29

CNPJ:
48.307.597/0001-48

Índice de referência:
IPCA + 3%
(alterado em 2 de agosto de 2019)

PREV-MAIS:

Modalidade:
Contribuição Definida (CD)

CNPB:
2021.0010-83

CNPJ:
48.307.775/0001-30

Índice de referência:
IPCA + 3%

PGA:

Modalidade:
Plano de Gestão Administrativa

Código:
99.700.000-00

Índice de referência:
90% do CDI

6. Diretrizes

As diretrizes e os parâmetros observadas estão baseados na Resolução CMN 4.994, que estabelece os segmentos e limites de aplicação de recursos dos planos administrados pelas EFPC.

A alocação objetivo da presente Política de Investimentos foi definida considerando a característica do Fundo, o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes no momento de sua elaboração.

A alocação tática tem por sua vez o objetivo de dar flexibilidade, para posicionamentos de curto prazo, com o proposto de proteger a carteira ou de aproveitar oportunidades de mercado.

O balanceamento da carteira visando atingir a alocação objetivo definida deverá ser feita de maneira gradual, considerando as condições de mercado.

PREV-MAIS E PREVPLAN

Segmento	Limite	Alocação	Alocação Tática	
		Objetivo	Inferior	Superior
RENDA FIXA	100%	85%	60%	100%
RENDA VARIÁVEL	70%	25%	0%	25%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%	20%	0%	20%
FIP – Entidade de Investimento	15%	-	-	-
FIC FIM e FIM	15%	15%	0%	15%
FIA – Mercado de Acesso	15%	-	-	-
COE	10%	-	-	-
Investimentos no Exterior	10%	10%	-	10%
Operações com Participantes	15%	-	-	-

PGA

Segmento	Limite	Alocação	Alocação Tática	
		Objetivo	Inferior	Superior
RENDA FIXA	100%	100%	100%	100%
RENDA VARIÁVEL	70%	-	-	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	20%	-	-	-
FIP – Entidade de Investimento	15%	-	-	-
FIC FIM e FIM	15%	-	-	-
FIA – Mercado de Acesso	15%	-	-	-
COE	10%	-	-	-
Investimentos no Exterior	10%	-	-	-
Operações com Participantes	15%	-	-	-
Imóveis	20%	-	-	-

7. Meta de Retorno e Benchmarks

A meta geral é superar o índice de referência, entretanto, cada segmento tem o seu próprio *benchmark*, que por sua vez poderá conter ativos cujos benchmarks podem ser diferentes dos definidos nos segmentos.

PREVPLAN e PREV-MAIS

Segmento	Meta de Retorno	Benchmark
Consolidado	100% do <i>benchmark</i>	Índice de Referência
Renda Fixa	102% do <i>benchmark</i>	IPCA + 3% a.a
Renda Variável	<i>Benchmark</i> + 2% a.a.	IPCA + 3% a.a
Investimentos Estruturados	110% do <i>benchmark</i>	IPCA + 3% a.a
Investimentos no Exterior	102% do <i>benchmark</i>	PTAX + 3% a.a
Operações com Participantes	102% do <i>benchmark</i>	IPCA + 3,5% a.a
Imóveis	-	-

PGA

Segmento	Meta de Retorno	Benchmark
Consolidado	100% do <i>benchmark</i>	Índice de Referência (90% do CDI)
Renda Fixa	102% do <i>benchmark</i>	100% do CDI

8. Rentabilidade Auferida

PGA

Segmento	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015*	Acumulado
CONSOLIDADO	11,37%	4,34%	2,48%	5,81%	6,26%	9,90%	13,77%	5,55%	76,68%
RENDA FIXA	11,37%	4,34%	2,48%	5,81%	6,26%	9,90%	13,77%	5,55%	76,68%
RENDA VARIÁVEL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*Início Agosto de 2015

PREV-MAIS

Segmento	2022*	2021	2020	2019	2018	Acumulado
CONSOLIDADO	8,42%	-	-	-	-	8,42%
RENDA FIXA	8,42%	-	-	-	-	8,42%
RENDA VARIÁVEL	-	-	-	-	-	-
MULTIMERCADO	-	-	-	-	-	-
EXTERIOR	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	-	-	-	-
IMÓVEIS	-	-	-	-	-	-

*Início Maio de 2022

PREVPLAN

Segmento	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015*	Acumulado
CONSOLIDADO	8,70%	-0,33%	4,43%	7,47%	6,77%	9,72%	13,87%	5,60%	71,29%
RENDA FIXA	11,26%	0,29%	4,62%	6,80%	6,80%	9,72%	13,87%	5,60%	75,69%
RENDA VARIÁVEL	-3,34%	-19,73%	-5,31%	35,21%	15,03%	-	-	-	14,26%
MULTIMERCADO	-11,99%	19,49%	-	-	-	-	-	-	5,16%
EXTERIOR	-30,39%	20,15%	-	-	-	-	-	-	-16,37%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-	-	-	-	-	-	-	-	-
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMÓVEIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*Início Agosto de 2015

9. Apreçamento

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, exclusivos ou não, devem ser marcados a valor de mercado, de acordo com os critérios recomendados pela CVM e pela ANBIMA.

O método e as fontes de referência adotadas para apreçamento dos ativos são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no manual de apreçamento de cada instituição.

10. Responsabilidade ambiental e social

A entidade observará nos seus investimentos e com prestadores de serviços sempre que possível e sem adesão a protocolos de regras explícitas, os princípios de responsabilidade ambiental e social.

11. Metodologia para Avaliação dos Riscos

As avaliações e os controles dos investimentos devem focar os riscos operacional, legal, sistêmico, de mercado, de crédito e de liquidez.

Entretanto, considerando a maturidade e a estrutura de investimentos atual do plano, onde a administração dos recursos é feita por terceiros contratados, tendo a entidade o perfil de alocador, o controle de parte dos riscos supracitados será feito pelos próprios gestores externos, por meio de modelos que devem contemplar, no mínimo, os itens e parâmetros estabelecidos a seguir:

Risco de Crédito:

Os planos estão expostos ao risco associado à possibilidade de inadimplência da contraparte, que não pode ser evitada, mas pode ser prevenida ou controlada pela análise de crédito.

O estabelecimento de limites de comprometimento, e de conceitos de liquidez, são instrumentos mitigadores utilizados nesse tipo de risco. O risco de crédito para alocações diretas da entidade será avaliado com base em estudos realizados pela entidade ou por prestadores contratados.

Para o crédito bancário será utilizado o *rating* de escala nacional e para as demais emissões será considerada o *rating* da emissão. Para ambos os casos o corte mínimo será A-, sendo considerado o menor *rating* emitido por uma das três agências classificadoras: Fitch Ratings, Moody's e Standard & Poors.

Risco Operacional:

O risco operacional está relacionado com a possibilidade de perdas decorrentes da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade.

Importante instrumento normativo a guiar a Entidade no monitoramento deste risco é a Resolução CGPC/MPS 13, de 1º de outubro de 2004.

Monitoramento do risco operacional será feito, enquanto não existir um sistema de plataforma de risco, pelos controles internos da Entidade.

Risco Legal

O risco legal está relacionado com a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

Monitoramento será feito observando as cláusulas contratuais pertinentes, além dos pareceres jurídicos quando necessário.

Risco de Mercado:

O risco de mercado está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

Até a implementação de modelo próprio de monitoramento do risco e do retorno esperado, a Entidade utiliza a divergência não planejada entre o resultado dos investimentos.

Entende-se por divergência não planejada um controle da diferença entre a rentabilidade efetiva de um segmento de aplicação em relação aos retornos esperados por meio dos índices de referência de rentabilidade.

Risco de Imagem:

É a possibilidade de ocorrência de perdas de credibilidade da Entidade junto ao público externo e interno, causado por má interpretação ou falha na comunicação.

O risco de imagem pode ser contido pela adequada e ágil performance de comunicação, aliada a métodos de prestação de contas eficazes, além de pesquisas internas sobre o grau de confiabilidade dos participantes na gestão do plano.

Assim todas as decisões deverão observar eventuais fatos geradores para tal risco.

Risco Sistêmico:

O risco sistêmico refere-se ao risco de crise, afetando amplamente a economia, com forte impacto sobre as taxas de juros, câmbio e os preços dos ativos financeiros em geral.

É o risco de que um choque sobre uma parte limitada do sistema (a falência de uma grande instituição financeira, por exemplo) se propague por todo o sistema financeiro, levando a uma reação em cadeia de falências e à quebra do sistema financeiro nacional.

Esse risco pode ser auferido por meio de metodologias de avaliação sistemática e periódica de gestores financeiros, custodiantes e agentes fiduciários, mediante indicadores associados a oscilação de índices econômicos.

Risco de Liquidez:

O risco de liquidez caracteriza-se pela possibilidade de redução ou mesmo inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes do veículo de investimento considerado, nos respectivos mercados em que são negociados.

O risco é mitigado pela estruturação do portfólio de investimentos buscando uma liquidez mínima para atender a expectativa do fluxo de pagamentos.



12. Metodologia de Seleção e Avaliação, de Fundos e Gestores

O processo padrão tem como objetivo identificar e selecionar os gestores externos para a Fundação, a partir de critérios qualitativos e quantitativos, quando aplicável, com base na avaliação de critérios predefinidos, a fim de possibilitar que as propostas sejam avaliadas e classificadas da forma mais prática possível.

A metodologia acima foi aprovada formalmente pelo Comitê de Investimentos da PREVCOM-MG encontra-se disponível com o mesmo.

A. Limites

Renda Fixa

Alocação dos Recursos	CMN 4.994	PREVPLAN	PREV-MAIS	PGA
	Limite	Limite		Limite
Investimento em títulos da dívida pública federal ou em cotas de fundos de índice que invistam nestes ativos.	100%	100%	100%	100%
Títulos da dívida pública federal			100%	
ETF Renda Fixa composto exclusivamente por títulos públicos	100%	100%		100%
Demais Créditos: investimento em títulos públicos (estadual e municipal), emissores privados (IFs ou não) ou em cotas de fundos e fundos de índice de renda fixa	80%	80%	80%	80%
Emissão, obrigação ou coobrigação de IFs bancárias			80%	
Emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas os securitizados	80%	80%		80%
ETF Renda Fixa				
Títulos da dívida pública: estadual e municipal	20%	-	-	-
Organismos multilaterais	20%	20%	20%	20%
Emissão, obrigação ou coobrigação de IFs não bancárias e de cooperativas de crédito	20%	20%	20%	20%
Debêntures emitidas por companhia de capital fechado nos termos da 12.431	20%	20%	20%	20%
Cotas de FIDCs, FICFIDCS, CCB, CCCB	20%	20%	20%	20%
CPR, CDCA, CRA e WA (warrant agropecuário)	20%	20%	20%	20%
Restrição: os ativos de sociedade por ações de capital fechado e sociedades limitadas somente poderão ser adquiridos com coobrigação de instituição financeira bancária	-	-	-	-
Operações Compromissadas: títulos recebidos como lastro são considerados para fins de enquadramento e devem ser lastradas em títulos da dívida pública federal	-	-	-	-

Renda Variável

Alocação dos Recursos	CMN 4.994	PREVPLAN	PREV-MAIS	PGA
	Limite	Limite		Limite
Investimento em ações de acordo com práticas de governança corporativa dispostas em segmento de listagem da Bm&fBovespa, cotas de fundos, fundos de índice.	70%	70%	70%	-
Segmento Especial (Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1): ações e fundos de índice de tais ações	70%	70%	70%	-
Básico: ações e fundos de índice de ações que não estejam em segmento especial	50%	50%	50%	-
BDR II e III	10%	10%	10%	-
Certificado de Ouro físico	3%	3%	3%	-

Estruturado

Alocação dos Recursos	CMN 4.994	PREVPLAN	PREV-MAIS	PGA
	Limite	Limite		Limite
Investimento em fundos estruturados são considerados como ativos finais (FIP, FIM, FIA – Mercado de acesso)	20%	20%	20%	-
FIP – Entidade de investimento	15%	15%	15%	-
FIC FIM e FIM	15%	15%	15%	-
FIA – Mercado de Acesso	15%	15%	15%	-
COE	10%	10%	10%	-

A. Limites

Exterior

Alocação dos Recursos	CMN 4.994	PREVPLAN	PREV-MAIS	PGA
	Limite	Limite		Limite
Investimento em ativos no exterior	10%		10%	-
Fundo RF – Dívida Externa	10%		10%	-
Fundo de índice Exterior	10%		10%	-
"IE" mínimo 67% em offshores – Vedada aplicação direta em ativos no exterior	10%		10%	-
"IE" – Permitida aplicação direta em ativos negociados no exterior – Limites de qualificado	10%		10%	-
BDR I e fundos Ações – BDR Nível I	10%		10%	-
Ativos financeiros no exterior pertencentes a carteira dos fundos não listados acima	10%		10%	-

Operações com participantes

Alocação dos Recursos	CMN 4.994	PREVPLAN	PREV-MAIS	PGA
	Limite	Limite		Limite
Operações com participantes	15%		-	-
Empréstimos aos seus participantes e assistidos	10%		-	-
Financiamento aos seus participantes e assistidos	10%		-	-

Limite por Emissor

Alocação por Emissor	CMN 4.994	PREVPLAN	PREV-MAIS	PGA
	Limite	Limite		Limite
Tesouro Nacional	100%	100%	100%	100%
Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo BCB	20%	20%	20%	20%
Demais emissores	10%	10%	10%	10%

Limite por Emissor

Concentração por Emissor	CMN 4.994	PREVPLAN	PREV-MAIS	PGA
	Limite	Limite		Limite
Capital total e do capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%	25%	25%
Instituição financeira bancária, não bancárias e de cooperativas de crédito	25%	25%	25%	25%
FIDC ou FICFIDC	25%	25%	25%	25%
ETF, Renda Fixa e Renda Variável	25%	25%	25%	25%
FI ou FI em cotas de FI classificado no segmento estruturado	25%	25%	25%	25%
FII ou FICFII	25%	25%	25%	25%
Fundos de investimentos constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art 26;	25%	25%	25%	25%
Demais emissores, ressalvado o disposto nos incisos III e IV do caput;	25%	25%	25%	25%
Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário	25%	25%	25%	25%
FI contituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%	15%	15%
Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%	15%	15%

B. Limites de Alçada

Dispõe sobre os limites de alçada decisória, princípios e regras para a autorização de investimentos em valores mobiliários.

Abaixo as principais atribuições dos órgãos estatutários da Fundação no que se refere a investimentos.

C.D. – Conselho Deliberativo

Principais Atribuições	Referência
Aprovar a Política de Investimentos da PREVCOM-MG.	CMN 4.994/2022 Art. 27, IV, Estatuto Social
Autorizar investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% dos recursos garantidores.	Art. 13, IV, LC federal 108/2001 Art. 27, XIII, Estatuto Social

C.F. – Conselho Fiscal¹

Principais Atribuições	Referência
Opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva.	Art. 51, III, Estatuto Social
Acompanhar, periodicamente, o Programa de Investimentos da PREVCOM – MG, observando a sua aderência à Política de Investimentos e a outros parâmetros legais e normativos existentes.	Art. 51, VII, Estatuto Social

D.E. – Diretoria Executiva

Principais Atribuições	Referência
Propor a Política de Investimentos da PREVCOM – MG ao Conselho Deliberativo até o dia 30 de novembro de cada ano.	Art. 35, III e IX, Estatuto Social
Executar a Política de Investimentos da PREVCOM – MG	Art. 35, III, Estatuto Social
Submeter ao Conselho Deliberativo investimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% dos recursos garantidores.	Art. 35, III, Estatuto Social
Designar o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ).	Art. 35, § 5º, LC federal 109/2001 Art. 8º, Res. CMN 4.994/2022

Atribuições dos Demais Participantes do Processo de Investimento

C.I. - Comitê de Investimentos

Principais Atribuições	Referência
Propor a Política de Investimentos da PREVCOM - MG à Diretoria Executiva de forma que possa ser analisada e encaminhada ao Conselho Deliberativo até o dia 30 de novembro de cada ano.	Art. 35, IX, Estatuto Social
Definir a aplicação dos recursos da PREVCOM - MG, observada a legislação pertinente e o disposto no Estatuto Social.	Art. 49, III, Estatuto Social
Assessorar a Diretoria Executiva e apresentar ao Conselho Deliberativo proposta de estratégia de aplicações financeiras e de gestão econômico-financeira dos recursos administrados pela PREVCOM - MG.	Art. 49, I, Estatuto Social
Elaborar previsões de cenários macroeconômicos.	Art. 49, II, Estatuto Social

¹O Conselho Fiscal não integra o fluxo decisório de investimentos. Atua como órgão estatutário de controles internos da PREVCOM-MG na verificação de conformidade das gestões com a Política de Investimentos.

DIRIN - Diretoria de Investimentos

Principais Atribuições	Referência
Promover a execução da Política de Investimentos da PREVCOM - MG, zelando pela observância dos limites de alocação e de concentração determinados pelas normas do Conselho Monetário Nacional.	Art. 46, II, Estatuto Social
Observar os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência dos investimentos.	Art. 46, III, Estatuto Social
Promover o funcionamento dos sistemas de investimentos, de controles internos e de avaliação de risco.	Art. 46, VII, Estatuto Social
Coordenar as atividades desenvolvidas pelo Comitê de Investimentos.	Art. 46, VIII, Estatuto Social
Apresentar à Diretoria Executiva relatório mensal sobre as atividades de sua Diretoria.	Art. 46, IX, Estatuto Social
Pelas aplicações dos recursos da PREVCOM - MG, para fins de atendimento ao disposto na legislação de regência.	Art. 46, § 1º, Estatuto Social

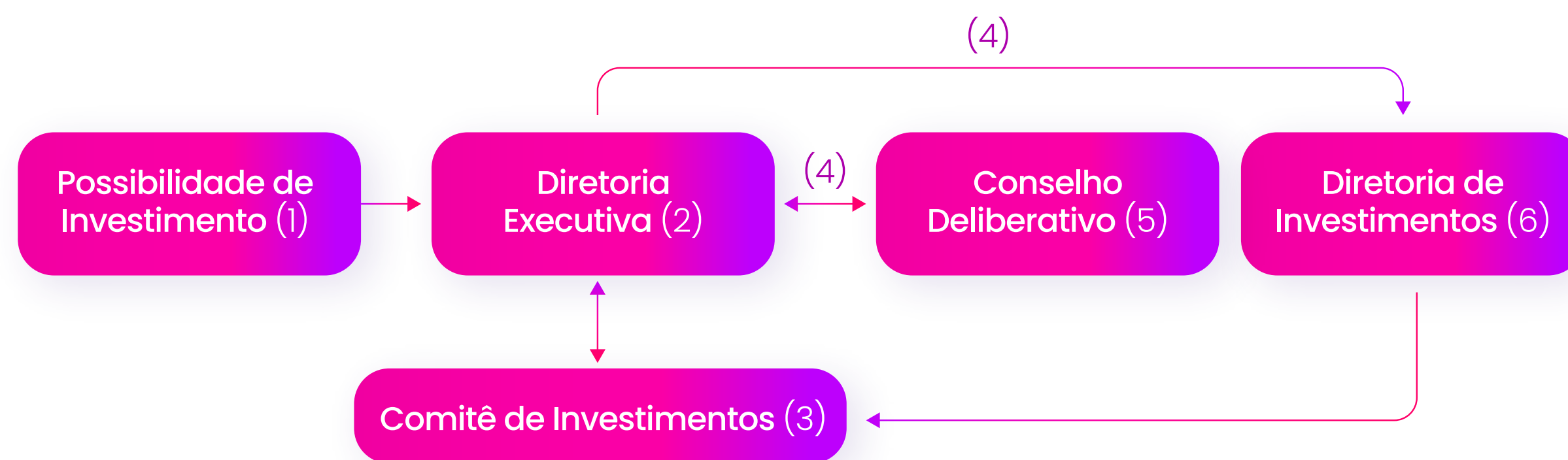
Limite de Alçada

É a medida de autonomia discricionária concedida à autoridade de alçada em função da natureza e/ou do valor, com vistas ao ordenamento ou operacionalização de investimentos.

Atualmente, a alçada decisória para investimentos na PREVCOM-MG é definida pela modalidade de investimento.

Poderão ser acrescidos aos parâmetros para definição do limite de alçada os conceitos de valor e nível de risco da contraparte.

O processo de autorização de investimentos na PREVCOM-MG percorre o sintetizado abaixo:



1. Diretores ou técnicos identificam a possibilidade de investimentos dentre as opções de mercado;

2. Diretoria Executiva avalia a possibilidade de análise técnica do investimento;

3. Comitê de Investimentos emite parecer técnico sobre investimento;

4. Diretoria Executiva aprova ou rejeita o investimento dentro de sua alçada. Se aprovada, encaminha à Diretoria de Investimento para operacionalização. Caso esteja fora de sua alçada, a Diretoria Executiva remete o seu voto e o parecer técnico do Comitê de Investimentos ao Conselho Deliberativo.

5. Conselho Deliberativo aprova ou rejeita o investimento e devolve à Diretoria Executiva.

6. Diretoria de Investimentos informa o resultado ao Comitê de Investimentos para registro.

Delegação de Alçadas em Situações Especiais

Nos impedimentos dos titulares das alçadas, quaisquer que sejam os motivos, as matérias serão decididas por seus respectivos substitutos, ou pelos titulares das alçadas imediatamente superiores, quando for o caso.

Instâncias Decisórias

A alçada decisória para investimentos na PREVCOM-MG é definida pela modalidade de investimento, pelo percentual em relação aos recursos garantidores, e deverá percorrer as seguintes instâncias de aprovação:

Instâncias de Aprovação			
	I1	I2	I3
1º	DIRIN	DIRIN	DIRIN
2º		Diretoria Executiva	Diretoria Executiva
3º			Conselho Deliberativo

O Comitê de Investimentos deverá manifestar-se, obrigatória e antecipadamente à realização de cada novo investimento, dispensando-se sua manifestação nas questões de mera operacionalização.

Alçadas por Modalidade de Investimento

Os investimentos nas modalidades descritas abaixo exigem a aprovação pelas seguintes instâncias decisórias acima definidas:

	Tipo de Operação	Instância
Renda Fixa	Títulos Públicos Federais	I2
	Operações Compromissadas	I1
	CDB + RDB + DPGE + LF	I2
	CRI + CRA + Debêntures	I2
	FIDC	I2
Renda Variável	Investimento / Desinvestimento	I3
	Aluguel + Subscrição + Direitos	I3
	Outras Operações	I3
Estruturados	Fundos de Investimentos em Participações (FIP + FIEE + Similares)	I3
Fundos de Investimentos (RF, RV, Multimercados)	1º Investimento fundos Caixa	I2
	Movimentação fundos Caixa	I1
	1º Investimento outros fundos Abertos	I2
	Movimentação outros fundos Abertos	I1
	1º Investimento fundos Exclusivos	I3
	Movimentação fundos Exclusivos	I1
Imóveis	Investimento / Desinvestimento	I3
	Gestão da Carteira	I1



C A P 04

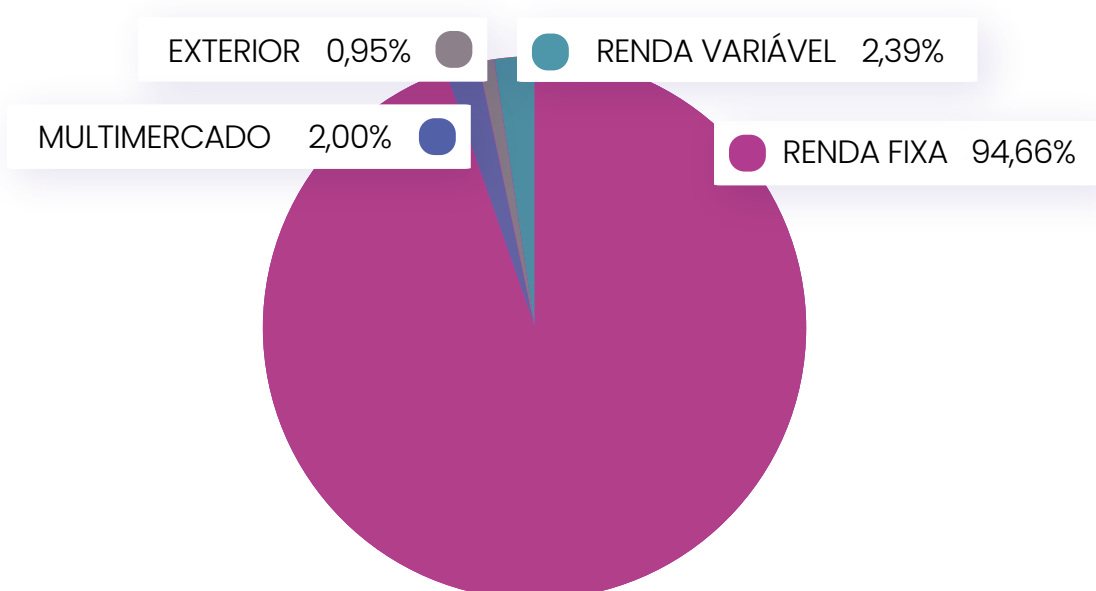
Panorama Geral

Nossos Planos

Plano PREVPLAN

1. Segmento de Aplicação

O Patrimônio do Plano PREVPLAN, que representa os investimentos aplicados no mercado financeiro terminou o ano de 2022 com o montante de R\$ 83 milhões de reais investidos, aplicados nos segmentos conforme quadro demonstrado.

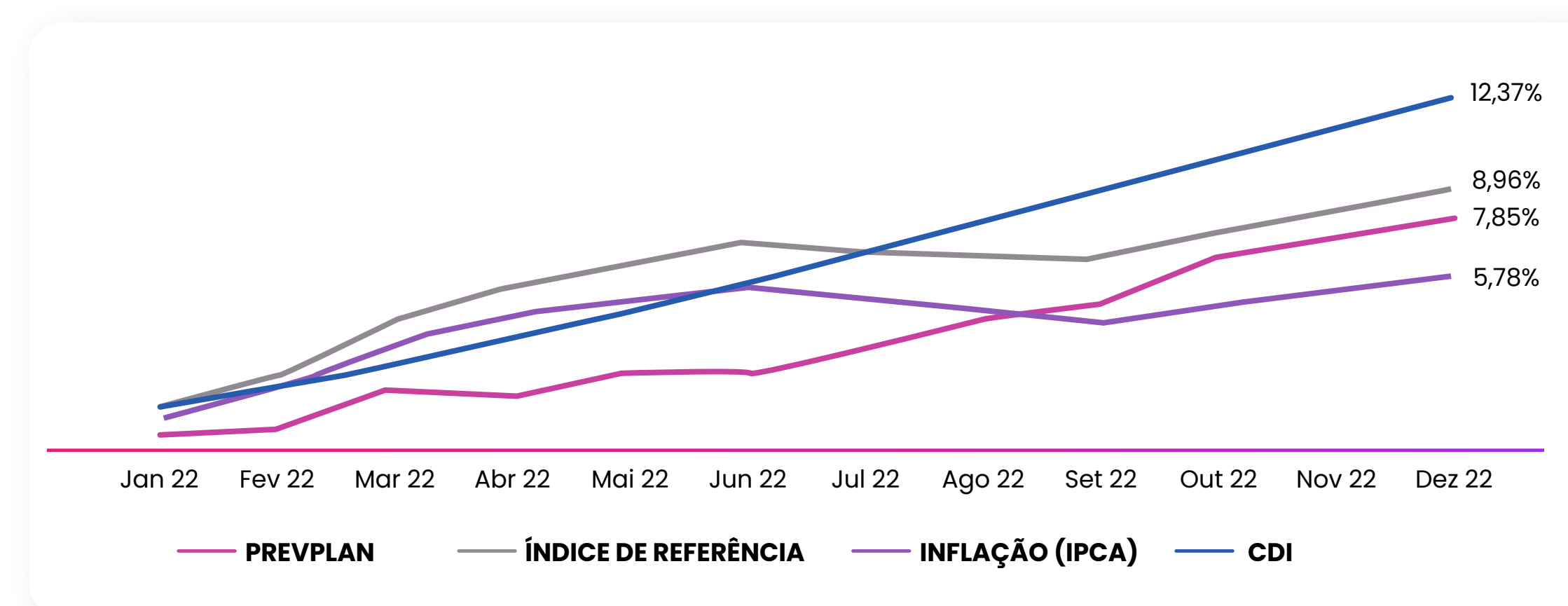


2. Resultado dos Investimentos

A rentabilidade, do plano PREVPLAN, possui cálculo realizado com base na média ponderada do patrimônio e cotas dos fundos de investimentos.

Na avaliação do desempenho de 2022, o índice de referência (IPCA + 3% a.a) ficou com alta de 8,96%, o CDI alta de 12,37%, a inflação representada pelo índice IPCA

alta de 5,78%, e o Plano PREVPLAN terminou o ano com alta de 7,85%. A boa performance obtida foi em função das estratégias de investimentos, atreladas as boas condições dos ativos investidos. Abaixo, apresentamos a rentabilidade, comparada a outros índices de referência e de mercado.



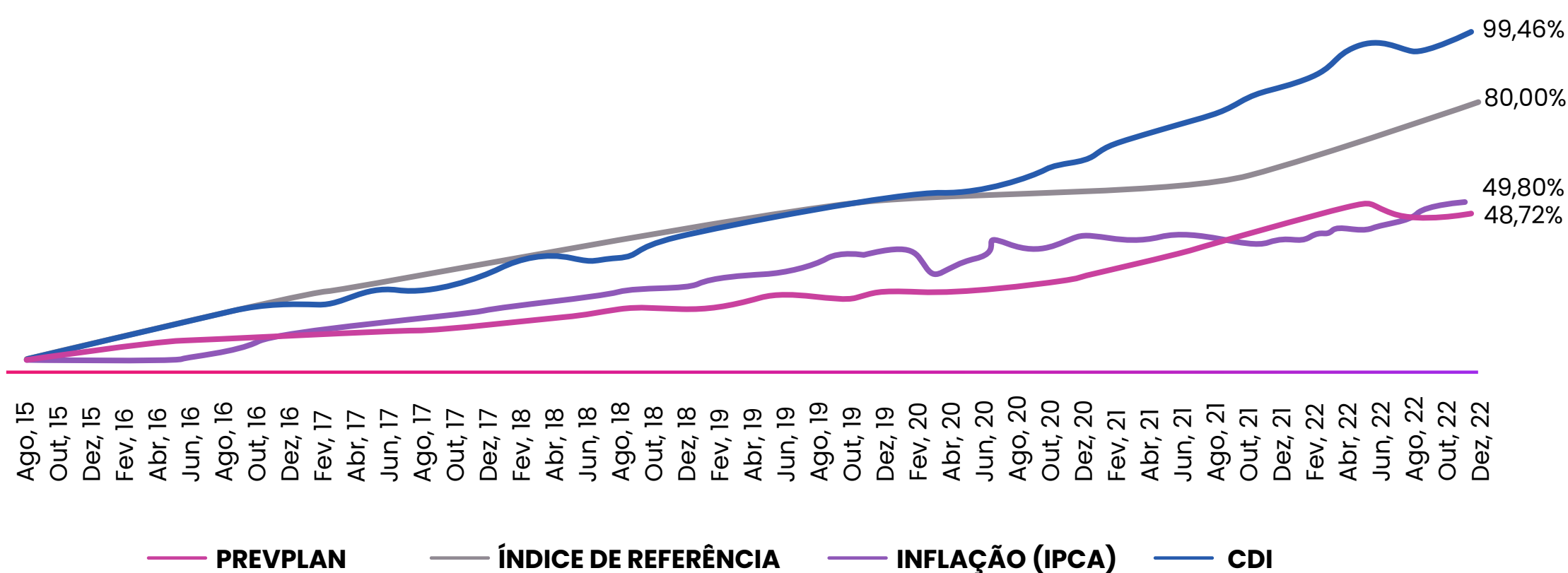
Cabe dizer que ao decorrer do ano nos deparamos com muitos desafios no mercado financeiro, sejam eles pela alta de juros nas principais economias, guerra entre Rússia e Ucrânia, impactos da Covid-19 na China e período eleitoral para presidência no Brasil. Esses assuntos trouxeram volatilidade ao mercado financeiro.

O Plano que teve início em 2015 atingiu Rentabilidade acumulada de 49,80% em dezembro de 2022 o que corresponde a um crescimento consistente ao longo dos anos, em meio a tantos desafios enfrentados pelo País e Mundo, onde passamos por quase dois anos de pandemia e uma guerra civil entre Rússia e Ucrânia, e que perdura até o término desse ano. A inflação representada pelo índice IPCA totalizou 48,72%, o CDI que totalizou 80,00%, e o índice de referência (IPCA+3% a.a) totalizou 99,46%, os indicadores são acumulados desde 2015.

No ano de 2022, com a diversificação dos recursos, o objetivo da PREVCOM - MG foi a redução dos riscos e aumento da rentabilidade, prezando pela segurança, liquidez adequada e suficiente ao equilíbrio entre ativo e passivo do plano. Dessa forma, os Fundos de Investimentos que apresentaram resultados abaixo do esperado, tiveram o impacto minimizado pelo bom desempenho dos outros ativos.

Cabe dizer que os Fundos passam por avaliações periódicas, com o objetivo de certificar e assegurar que os mesmos estão atingindo os desempenhos esperados.

A composição dos recursos alocados nos Fundos de Investimentos Carteira PREVPLAN estão distribuídos da seguinte forma:



Carteira de Investimentos

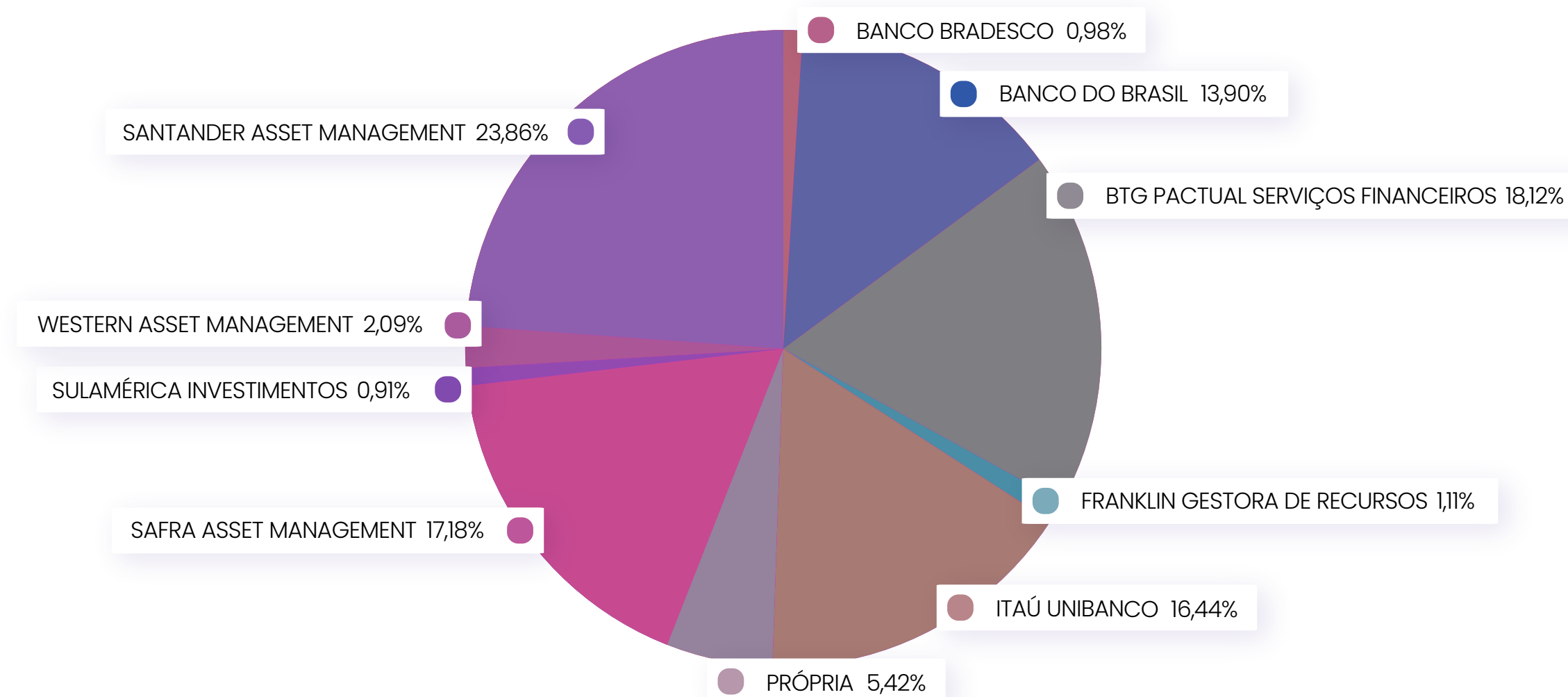
	CNPJ	Patrimônio	%Em relação ao patrimônio
Títulos de Renda Fixa			
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAL - NTN-B	Carteira Própria	R\$4.528.994,10	5,42%
Fundos de Renda Fixa			
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	21.838.150/0001-49	R\$161.058,17	0,19%
BTG PACTUAL INFLATION FIC RENDA FIXA	09.518.581/0001-22	R\$667.966,99	0,80%
BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA	08.702.798/0001-25	R\$58.064,12	0,07%
BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RENDA FIXA	04.501.865/0001-92	R\$5.380.174,16	6,44%
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	14.171.644/0001-57	R\$9.099.901,79	10,89%
BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	28.515.874/0001-09	R\$758.456,19	0,91%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	15.486.093/0001-83	R\$8.103.303,70	9,69%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13.322.205/0001-35	R\$3.413.797,78	4,08%
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	25.078.994/0001-90	R\$101.105,96	0,12%
ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND FIC RENDA FIXA LP	29.241.799/0001-90	R\$1.422.321,78	1,70%
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	32.972.942/0001-28	R\$11.843.392,37	14,17%
SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM FIC RENDA FIXA	13.455.117/0001-01	R\$4.970.757,14	5,95%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	02.224.354/0001-45	R\$14.973.936,49	17,91%
SAFRA CAPITAL MARKET PREMIUM FIC DI CREDITO PRIVADO	17.254.044/0001-40	R\$13.569.799,22	16,23%
WESTERN ASSET IMA-B ATIVO FI RENDA FIXA	09.087.301/0001-79	R\$70.036,00	0,08%
Multimercado			
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	17.453.850/0001-48	R\$1.674.662,72	2,00%
Multimercado			
FRANKLIN VALOR E LIQUIDEZ FVL FIC AÇÕES	02.895.694/0001-06	R\$928.785,96	1,11%
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	24.571.992/0001-75	R\$312.891,25	0,37%
SULAMÉRICA SELECTION FIC AÇÕES	34.525.068/0001-06	R\$759.428,54	0,91%
Exterior			
SAFRA CONSUMO AMERICANO PB FI AÇÕES BDR NÍVEL I	19.436.818/0001-80	R\$790.752,61	0,95%
Total		R\$83.589.587,04	100,00%

Quanto a carteira Prevplan, que é dividida por índice, terminou o ano de 2022 da seguinte forma:

ALOCAÇÃO POR ÍNDICE	%
SELIC/CDI	40,22%
CRÉDITO PRIVADO	27,12%
AÇÕES	2,39%
IPCA	16,02%
IMA-B	6,90%
IDKA 2	4,08%
EXTERIOR	0,95%
MULTIMERCADO	2,00%
ALOCAÇÃO ATIVA	0,31%
TOTAL	100,00%

Em 2022 com uma carteira bem diversificada, o plano possui patrimônio dividido da seguinte forma:

GESTORES	% ALOCAÇÃO
BANCO BRADESCO	0,98%
BANCO DO BRASIL	13,90%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS	18,12%
FRANKLIN GESTORA DE RECURSOS	1,11%
ITAÚ UNIBANCO	16,44%
PRÓPRIA	5,42%
SAFRA ASSET MANAGEMENT	17,18%
SULAMÉRICA INVESTIMENTOS	0,91%
WESTERN ASSET MANAGEMENT	2,09%
SANTANDER ASSET MANAGEMENT	23,86%
TOTAL	100,00%



3. Tipo de Gestão

No ano de 2022, os nossos ativos da Carteira PREVPLAN, apresentaram evolução conforme demonstrado abaixo. Vale salientar que o posicionamento da Fundação no mercado é conservador.

4. Tipo de Aplicação na Carteira Própria da EFPC

Carteira de Investimentos	Rentabilidade 2022
Renda Fixa	11,26%
CARTEIRA PRÓPRIA - TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS - NTN-B	1,31%
BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	9,00%
BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	3,14%
BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	4,27%
BRDESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	8,75%
BRDESCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM	13,02%
BRDESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA	5,95%
BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RENDA FIXA	12,85%
BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	14,24%
BTG PACTUAL INFLATION FIC RENDA FIXA	5,82%
ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND FIC RENDA FIXA LP	10,36%
ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	7,83%
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	11,24%
ITAU SOBERANO	12,33%
SAFRA CAPITAL MARKET PREMIUM FIC DI CREDITO PRIVADO	13,41%
SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM FIC RENDA FIXA	7,38%
SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	11,94%
WESTERN ASSET IMA-B ATIVO FI RENDA FIXA	5,31%

Carteira de Investimentos

Rentabilidade 2022

MULTIMERCADO	
WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	-11,99%
RENDA VARIÁVEL	-3,34%
FRANKLIN VALOR E LIQUIDEZ FVL FIC AÇÕES	4,48%
ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	5,16%
SULAMÉRICA SELECTION FIC AÇÕES	-16,16%
EXTERIOR	-30,39%
SAFRA CONSUMO AMERICANO PB FI AÇÕES BDR NÍVEL I	-30,39%

Portanto, as alocações foram definidas considerando as características do plano, o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado financeiro no momento da elaboração da Política de Investimento.

A gestão da carteira tem em suas alocações títulos públicos federais, fundos de gestão ativa e passiva, que tem como objetivo dar maior flexibilidade em posicionamentos de curto, médio e longo prazo com o intuito de proteger e ou de aproveitar oportunidades de mercado.

A Fundação, em seu contínuo monitoramento tem como uma de suas ferramentas de investimentos o balanceamento de carteira, que visa atingir o objetivo da carteira em alocação de forma gradual e diversificada, considerando as condições de mercado vigente, em consonância com a diretrizes institucionais, bem como evitar a exposição excessiva a riscos que não sejam inerentes e adequados ao plano administrado.



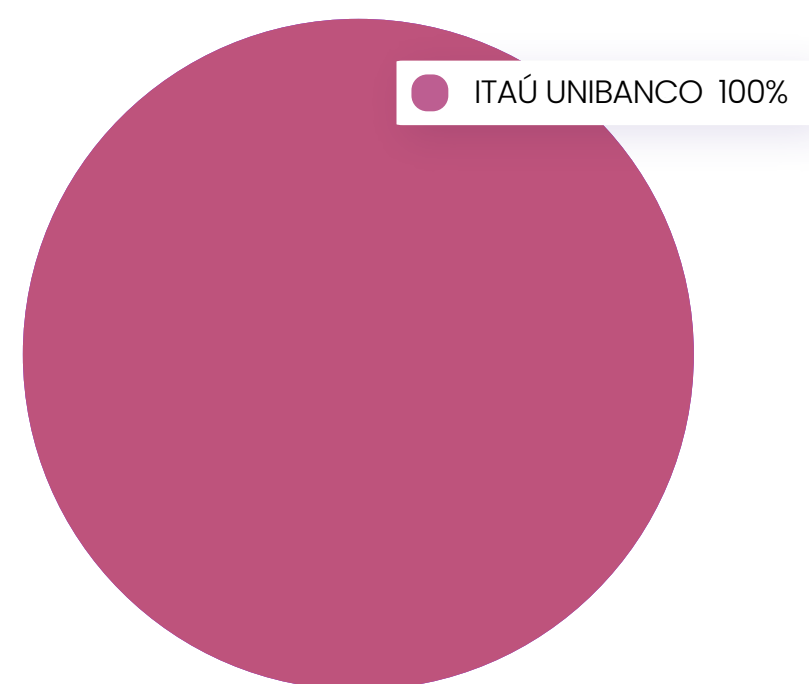
5. Despesas com Investimentos

Gestão	Carteira de Investimento	CNPJ	Patrimônio	%em relação ao patrimônio	Taxa administração	Rentabilidade 2022
PRÓPRIA	TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS	NTN-B	R\$4.528.994,10	5,42%	0,00%	1,31%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS	BTG PACTUAL CAPITAL MARKETS FI RENDA FIXA	04.501.865/0001-92	R\$5.380.174,16	6,44%	0,25%	12,85%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS	BTG PACTUAL CRÉDITO CORPORATIVO I FIC RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	14.171.644/0001-57	R\$9.099.901,79	10,89%	0,50%	14,24%
FRANKLIN GESTORA DE RECURSOS	FRANKLIN VALOR E LIQUIDEZ FVL FIC AÇÕES	02.895.694/0001-06	R\$928.785,96	1,11%	2,01%	4,48%
BTG PACTUAL SERVIÇOS FINANCEIROS	BTG PACTUAL INFLATION FIC RENDA FIXA	09.518.581/0001-22	R\$667.966,99	0,80%	0,62%	5,82%
BANCO BRADESCO	BRADESCO ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA	28.515.874/0001-09	R\$758.456,19	0,91%	0,41%	8,75%
BANCO BRADESCO	BRADESCO INSTITUCIONAL IMA-B FIC RENDA FIXA	08.702.798/0001-25	R\$58.064,12	0,07%	0,22%	5,95%
BANCO DO BRASIL	BB TÍTULOS PÚBLICOS IPCA FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	15.486.093/0001-83	R\$8.103.303,70	9,69%	0,15%	4,27%
BANCO DO BRASIL	BB IDKA 2 TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO	13.322.205/0001-35	R\$3.413.797,78	4,08%	0,20%	3,14%
BANCO DO BRASIL	"BB PREV ALOCAÇÃO ATIVA	35.292.588/0001-89	R\$101.105,96	0,12%	0,46%	1,22%
SAFRA ASSET MANAGEMENT	RETORNO TOTAL FIC"	19.436.818/0001-80	R\$790.752,61	0,95%	1,50%	-30,39%
SAFRA ASSET MANAGEMENT	SAFRA CONSUMO AMERICANO PB FI AÇÕES BDR NÍVEL I	17.254.044/0001-40	R\$13.569.799,22	16,23%	0,15%	13,41%
SULAMÉRICA INVESTIMENTOS	SAFRA CAPITAL MARKET PREMIUM FIC DI CREDITO PRIVADO	34.525.068/0001-06	R\$759.428,54	0,91%	2,00%	-16,16%
SANTANDER ASSET MANAGEMENT	SULAMÉRICA SELECTION FIC AÇÕES	13.455.117/0001-01	R\$4.970.757,14	5,95%	0,20%	7,38%
SANTANDER ASSET MANAGEMENT	SANTANDER IMA-B 5 PREMIUM FIC RENDA FIXA	02.224.354/0001-45	R\$14.973.936,49	17,91%	0,25%	11,94%
WESTERN ASSET MANAGEMENT	SANTANDER INSTITUCIONAL PREMIUM FIC RENDA FIXA REFERENCIADO DI	17.453.850/0001-48	R\$1.674.662,72	2,00%	1,00%	-11,99%
WESTERN ASSET MANAGEMENT	WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MULTIMERCADO	09.087.301/0001-79	R\$70.036,00	0,08%	0,50%	5,31%
ITAÚ UNIBANCO	WESTERN ASSET IMA-B ATIVO FI RENDA FIXA	24.571.992/0001-75	R\$312.891,25	0,37%	2,00%	5,16%
ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ DUNAMIS FIC AÇÕES	32.972.942/0001-28	R\$11.843.392,37	14,17%	0,50%	11,24%
ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	29.241.799/0001-90	R\$1.422.321,78	1,70%	0,50%	10,36%
ITAÚ UNIBANCO	ITAÚ INSTITUCIONAIS LEGEND FIC RENDA FIXA LP	21.838.150/0001-49	R\$161.058,17	0,19%	0,40%	7,83%
	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA FIC RENDA FIXA					
Plano PrevPlan			R\$83.589.587,04	100%	0,35%	

Plano PREV-MAIS

1. Segmento de Aplicação

O Patrimônio do Plano PREV-MAIS, que representa os investimentos aplicados no mercado financeiro terminou o ano de 2022 com o montante de R\$ 434,45 reais investidos, aplicado no segmento de renda fixa, conforme quadro demonstrado.

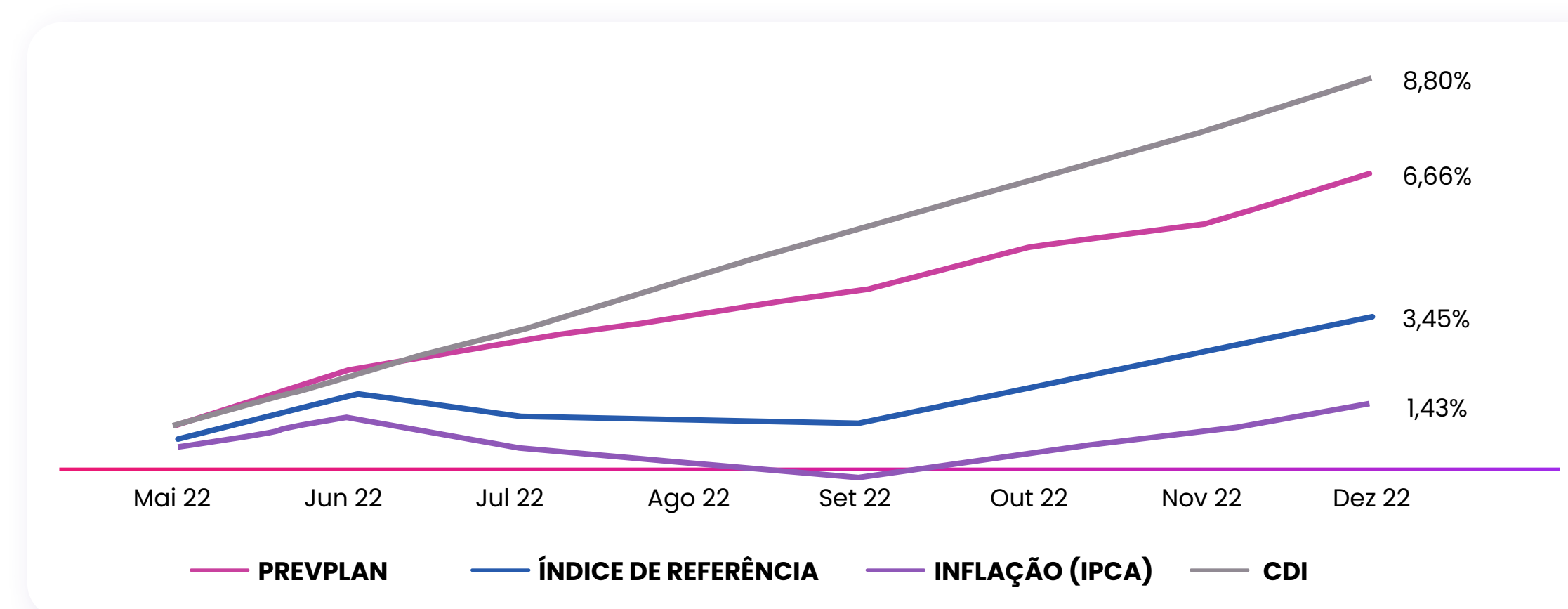


2. Resultado dos Investimentos

A rentabilidade, do plano PREV-MAIS, possui cálculo realizado com base na média ponderada do patrimônio e cota do fundo de investimento.

Na avaliação do desempenho de 2022, considerando o mês de início do plano em maio de 2022, o índice de referência (IPCA + 3% a.a) ficou com alta de 3,45%, o CDI

alta de 8,80%, a inflação representada pelo índice IPCA alta de 1,43%, e o Plano PREV-MAIS terminou o ano com alta de 6,66%. A boa performance obtida foi em função das estratégias de investimentos, atreladas as boas condições dos ativos investidos. Abaixo, apresentamos a rentabilidade, comparada a outros índices de referência e de mercado.



Cabe dizer que ao decorrer do ano nos deparamos com muitos desafios no mercado financeiro, sejam eles pela alta de juros nas principais economias, guerra entre Rússia e Ucrânia, impactos da Covid-19 na China e período eleitoral para presidência no Brasil. Esses assuntos trouxeram volatilidade ao mercado financeiro.

O Plano PREV-MAIS, que teve início no mês de maio de 2022, atingiu Rentabilidade líquida acumulada de 6,66% em dezembro de 2022 o que corresponde a um crescimento consistente, em meio a tantos desafios enfrentados pelo País e Mundo. A inflação representada pelo índice IPCA totalizou 1,43%, o CDI que totalizou 8,80%, e o índice de referência (IPCA+3% a.a) totalizou 3,45%.

No ano de 2022, com a diversificação dos recursos o objetivo da PREVCOM - MG foi a redução dos riscos e aumento da

rentabilidade, prezando pela segurança, liquidez adequada e suficiente ao equilíbrio entre ativo e passivo do plano. Dessa forma os Fundos de Investimentos que apresentaram resultados abaixo do esperado, tiveram o impacto minimizado pelo bom desempenho dos outros ativos. Cabe dizer que os Fundos passam por

avaliações periódicas com o objetivo de certificar e assegurar que os mesmos estão atingindo os desempenhos esperados.

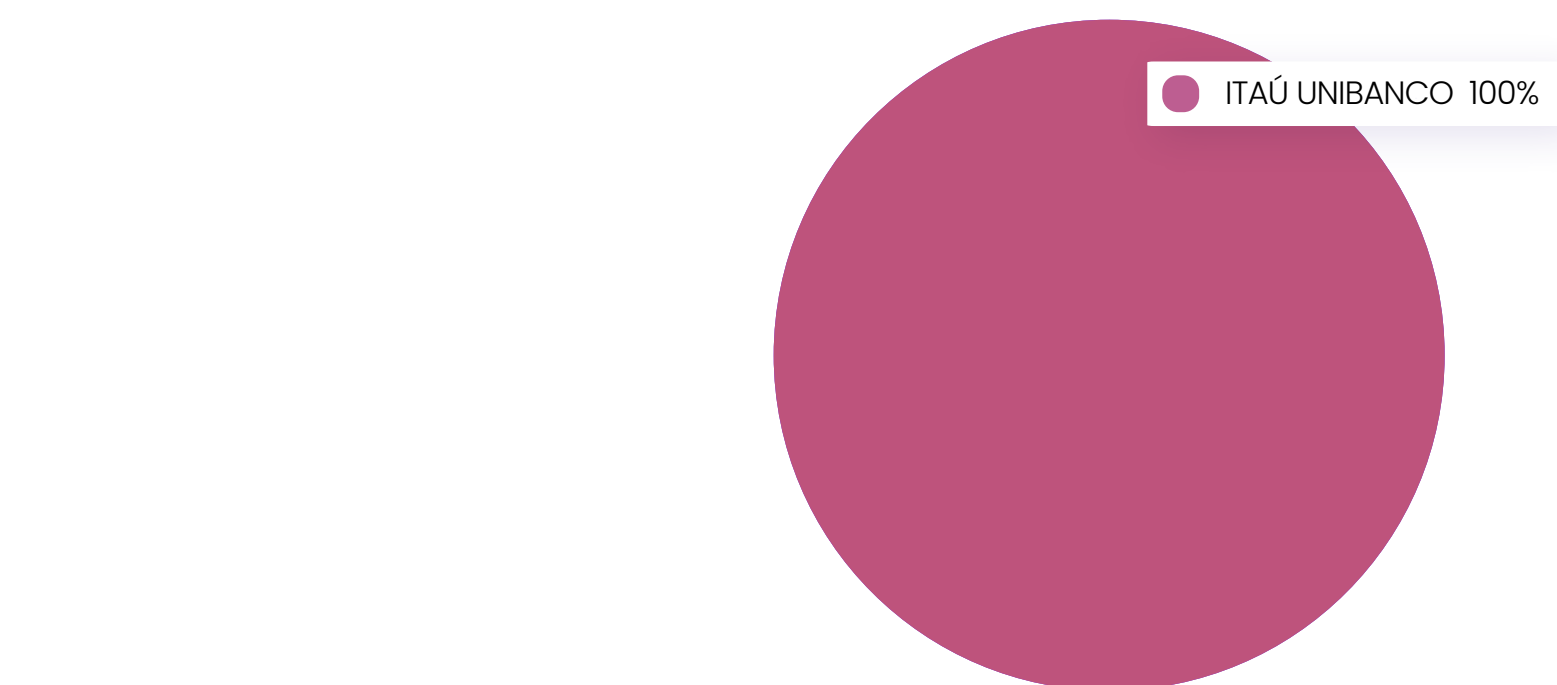
A composição dos recursos alocados nos Fundos de Investimentos Carteira PREV-MAIS está distribuída da seguinte forma:

Diante do início do Plano e devido ao patrimônio atual, a Fundação investe seus recursos apenas em uma gestão: ITAÚ UNIBANCO R\$ 434,45.

Carteira de Investimentos

Fundo de Investimentos

	CNPJ	Patrimônio	% Em relação ao patrimônio
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	32.972.942/0001-28	R\$434,45	100,00%
Total		R\$434,45	100,00%



3. Tipo de Gestão

No ano de 2022, o Fundo de Investimentos da Carteira PREV-MAIS, apresentou evolução conforme demonstrado abaixo. Vale salientar que o posicionamento da Fundação no mercado é conservador.

Quanto a carteira PREV-MAIS dividida por índice terminou o ano de 2022 da seguinte forma:

Alocação por índice

	%
SELIC/CDI	100,00%
Total	100,00%



4. Tipo de Aplicação na Carteira Própria da EFPC

Carteira de Investimentos	Rentabilidade 2022
Renda Fixa	7,74%
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	7,74%

Demonstrações Contábeis

Portanto, as alocações foram definidas considerando as características do plano, o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado financeiro no momento da elaboração da Política de Investimento.

A gestão da carteira tem em suas alocações títulos públicos federais, fundos de gestão ativa e passiva, que tem como objetivo dar maior flexibilidade em posicionamentos de curto, médio e longo prazo com o intuito de proteger e ou de aproveitar oportunidades de mercado.

A Fundação, em seu contínuo monitoramento tem como uma de suas ferramentas de investimentos o balanceamento de carteira, que visa atingir o objetivo da carteira em alocação de forma gradual e diversificada, considerando as condições de mercado vigente, em consonância com a diretrizes institucionais, bem como evitar a exposição excessiva a riscos que não sejam inerentes e adequados ao plano administrado.

5. Despesas com Investimentos

Carteira de Investimentos	CNPJ	Patrimônio	% em relação ao patrimônio	Taxa Administração
ITAÚ INSTITUCIONAL GLOBAL DINÂMICO FIC RENDA FIXA LP	32.972.942/0001-28	R\$434,45	100%	0,50%
PLANO PREV-MAIS		R\$434,45	100%	0,50%

Plano PGA

1. Resultado dos Investimentos

A rentabilidade do Plano PGA encerrou o exercício em 2022, totalizando 11,37%. Superando o índice de referência, como pode ser verificado na tabela abaixo. O Patrimônio do PGA, atingiu em dezembro de 2022 o montante de R\$ 20.365.194,94 (vinte milhões, trezentos e sessenta e cinco

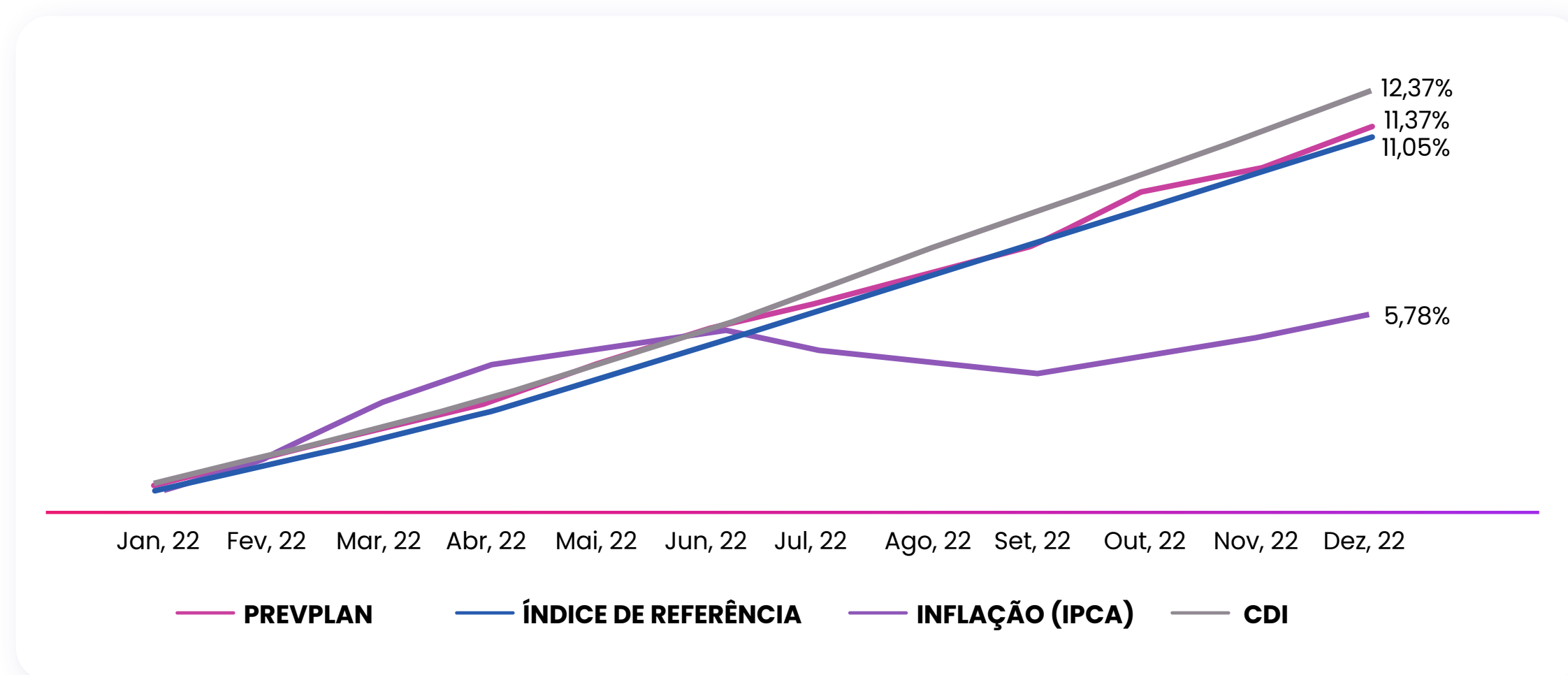
mil, cento e noventa e quatro reais, e noventa e quatro centavos).

Na avaliação de desempenho, podemos concluir que o índice de referência (90% CDI a.a.) totalizou 11,05%, a inflação 5,78% e o CDI 12,37%.

2. Segmento de Aplicação

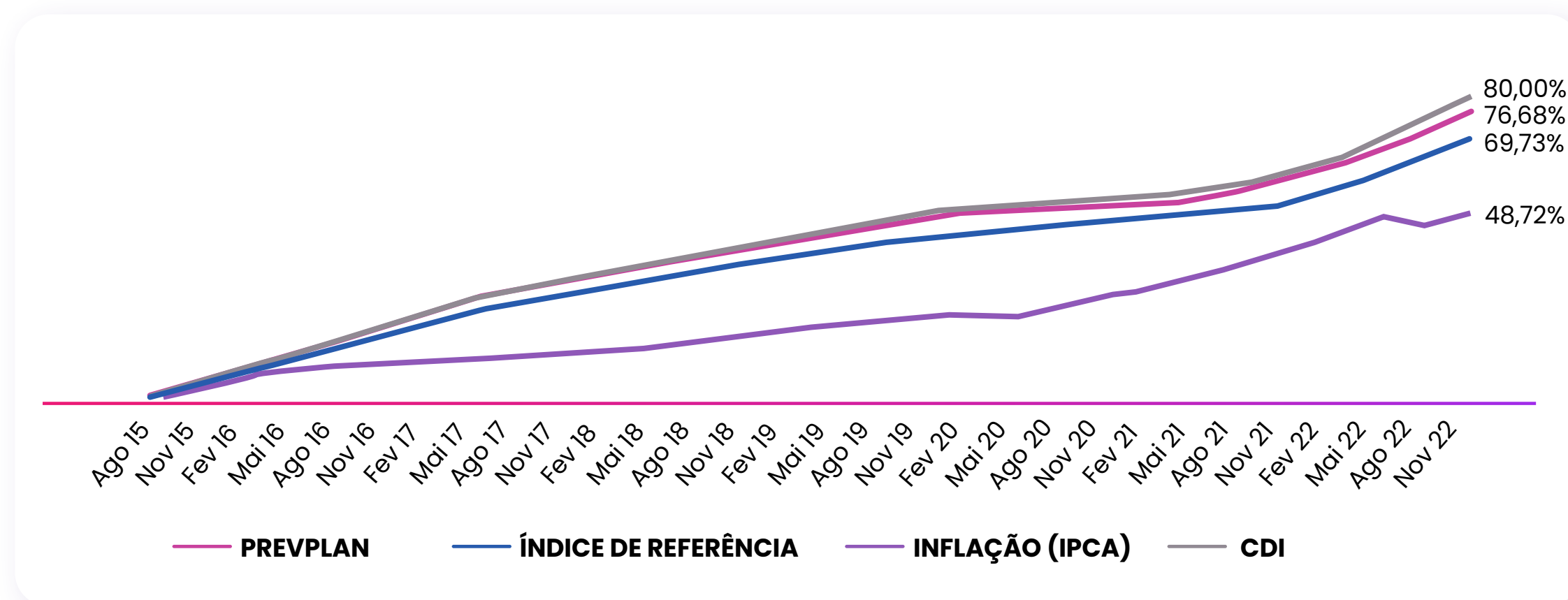
De acordo com o regulamento da Plano de Gestão Administrativa. Os valores do PGA são aplicados em fundo de investimentos de renda fixa que tenham liquidez e de gestão passiva. Os recursos são transferidos para a conta corrente apenas para o pagamento das

obrigações da entidade. O objetivo dessa rotina é preservação de um capital sustentável, gerando a rentabilidade dos valores aplicados do PGA. Atualmente os recursos são alocados nos Fundos listados a seguir:



Carteira de Investimentos	CNPJ	Patrimônio	% Em relação ao patrimônio	Rentabilidade 2022
Fundos de Renda Fixa				
BB Prev TP IPCA	15.486.093/0001-83	R\$4.056.394,47	19,92%	5,70%
BB PREVID RF IDKA 2	13.322.205/0001-35	R\$4.117.888,27	20,22%	4,25%
BB Previd RF Perfil	13.077.418/0001-49	R\$4.316.483,63	21,20%	9,28%
BRANCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM	03.399.411/0001-90	R\$4.326.374,26	21,24%	9,53%
ITAU SOBERANO	06.175.696/0001-73	R\$3.548.054,31	17,42%	12,14%
Total		R\$20.365.194,94	100,00%	11,37%

A evolução da Rentabilidade do Plano PGA, desde o início do plano em 2015 até 2022, foi de 76,68% - o que corresponde a um crescimento significativo, a inflação totalizou 48,72%, o CDI que totalizou 80,00% e o Benchmark (90% CDI) 69,73%.



Em conformidade com a Resolução vigente do Plano, os registros das operações administrativas são efetuados de forma segregada, e possui patrimônio próprio segregado do plano de benefícios previdencial.

Quanto a política de investimentos, a PREVCOM-MG mantém seu portfólio de investimentos de acordo com a Política de Investimentos 2022, anexa ao presente relatório e aprovada pelo Conselho Deliberativo.



3. Receitas PGS e Indicadores de Gestão

Mensal	RECEITAS PREVIDENCIAIS (Tx. de Carreg. Participante)		RECEITAS PREVIDENCIAIS (Tx. de Carreg. Patrocinadora)		TOTAL RECEITAS PREVIDENCIAIS (Partic + Patrocin)		APORTE GOVERNAMENTAL		RECEITAS ADMINISTRATIVAS (Rend. Fundo PGA)	RECEITAS ADMINISTRATIVAS (Pro-labore Mongeral)	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
	PREVPLAN	PREV-MAIS	PREVPLAN	PREV-MAIS	PREVPLAN	PREV-MAIS	PREVPLAN	PREV-MAIS			
Jan-22	R\$ 56.271,01	R\$ -	R\$ 52.633,78	R\$ -	R\$ 108.904,79	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 15.826,92	R\$ 9.983,90	R\$ 294.122,80
Fev-22	R\$ 95.278,20	R\$ -	R\$ 91.048,16	R\$ -	R\$ 186.326,36	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 16.665,26	R\$ 11.832,47	R\$ 257.073,69
Mar-22	R\$ 96.366,13	R\$ -	R\$ 92.492,13	R\$ -	R\$ 188.858,26	R\$ -	R\$ 608.975,05	R\$ -	R\$ 22.659,81	R\$ 15.180,72	R\$ 251.136,59
Abr-22	R\$ 96.214,44	R\$ -	R\$ 91.102,94	R\$ -	R\$ 187.317,38	R\$ -	R\$ 15.000.000,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 98.225,49	R\$ 28.635,55	R\$ 296.877,72
Mai-22	R\$ 128.849,72	R\$ -	R\$ 124.518,90	R\$ -	R\$ 253.368,62	R\$ -	R\$ 8.245,95	R\$ -	R\$ 176.197,04	R\$ 33.910,10	R\$ 317.618,33
Jun-22	R\$ 128.837,65	R\$ -	R\$ 123.267,27	R\$ -	R\$ 252.104,92	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 146.313,75	R\$ 34.430,88	R\$ 338.004,01
Jul-22	R\$ 114.290,15	R\$ 3,23	R\$ 110.042,63	R\$ -	R\$ 224.332,78	R\$ 3,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 118.087,13	R\$ 34.990,93	R\$ 296.256,46
Ago-22	R\$ 114.867,75	R\$ 3,23	R\$ 110.651,80	R\$ -	R\$ 225.519,55	R\$ 3,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 153.750,40	R\$ 52.475,83	R\$ 309.942,07
Set-22	R\$ 117.107,41	R\$ 3,23	R\$ 112.863,12	R\$ -	R\$ 229.970,53	R\$ 3,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 155.744,59	R\$ 61.033,31	R\$ 292.512,37
Out-22	R\$ 118.530,54	R\$ 3,23	R\$ 114.449,73	R\$ -	R\$ 232.980,27	R\$ 3,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 288.958,07	R\$ 61.344,81	R\$ 317.982,72
Nov-22	R\$ 121.805,24	R\$ 3,23	R\$ 117.578,75	R\$ -	R\$ 239.383,99	R\$ 3,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 123.940,51	R\$ 63.791,64	R\$ 337.709,20
Dez-22	R\$ 243.919,20	R\$ 3,23	R\$ 235.705,30	R\$ -	R\$ 479.624,50	R\$ 3,23	R\$ -	R\$ -	R\$ 222.076,66	R\$ 62.111,49	R\$ 328.953,66
Total	R\$ 1.432.337,44	R\$ 19,38	R\$ 1.376.354,51	R\$ -	R\$ 2.808.691,95	R\$ 19,38	R\$ 15.617.221,00	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.538.445,63	R\$ 469.721,63	R\$ 3.638.189,62

DADOS PREVPLAN

Dados 31/12/2022	%
Nº participantes PREVPLAN	1986
Recursos garantidores:	R\$ 86.344.909,60
Ativo total:	R\$ 87.370.261,03
Despesas de pessoal:	R\$ 2.843.539,12
Evolução fundo administrativo:	93,17%

INDICADORES

Despesas Administrativas/ Total de Participantes	R\$ 1.831,92
Despesas Administrativas/Recursos Garantidores	4,21%
Despesas administrativas/Ativo Total	4,16%
Despesas Administrativas/Receitas Administrativas	181,17%
Despesas de Pessoal	R\$ 2.843.539,12
% Evolução Fundo administrativo	93,17%

DADOS PREV-MAIS

Dados 31/12/2022	%
Nº Participantes PREV-MAIS	1
Recursos garantidores:	R\$ 412,59
Ativo Total:	R\$ 633,47
Despesas de Pessoal:	R\$ -
Evolução Fundo Administrativo:	0,00%



C A P 05

Demonstrações Contábeis



1. Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM MG

Balanço Patrimonial Consolidado - CNPJ 21.275.7379/0001-97

Em milhares de reais

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Disponível	4	573	294	Exigível Operacional		18.209	870
				Gestão Previdencial	7.1	1.022	249
Realizável		105.067	43.925	Gestão Administrativa	7.2	17.182	617
Gestão Previdencial	5.1	2	-	Investimentos	7.3	5	4
Gestão Administrativa	5.2	1.110	907	Exigível Contingencial	8	1.145	893
Investimentos	5.3	103.955	43.018	Gestão Administrativa		1.145	893
Títulos Públicos		4.529	-	Patrimônio Social		86.345	42.484
Fundos de Investimento		99.426	43.018	Patrimônio de cobertura do plano		82.867	40.725
Imobilizado e Intangível	6	59	28	Provisões matemáticas		82.867	40.725
Imobilizado		59	28	Benefícios a conceder	9.1	82.867	40.725
				(-) Provisões matemáticas a Constituir		-	-
				Fundos		3.478	1.759
				Fundos Previdenciais	9.3	271	99
				Fundos Administrativos		3.207	1660
Total do ativo		105.699	44.247	Total do passivo		105.699	44.247

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

2. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM MG

Balanço Patrimonial Consolidado - CNPJ 21.275.7379/0001-97

Em milhares de reais

Descri�o	31/12/2022	31/12/2021	Variacão no Exercício (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	42.484	2.5935	63,81%
1. Adi�es	48.085	19.906	141,56%
(+) Contribui�es Previdenciais	37.600	15.880	136,78%
(+) Portabilidade	176	138	27,54%
(+) Resultado Positivo Líquido dos investimentos - Gestão Previdencial	4.883	-	-
(+) Receitas Administrativas	3.888	3.824	1,67%
(+) Resultado Positivo Líquido dos investimentos - Gestão Administrativa	1.538	64	2303,13%
2. Destina�es	(4.224)	(3.357)	25,84%
(-) Resgates	(177)	(33)	436,36%
(-) Portabilidade	(166)	(92)	80,43%
(-) Outras Dedu�es	(2)	(6)	-63,65%
(-) Despesas Administrativas	(3.627)	(3.030)	19,70%
(-) Constitui�o Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(252)	(180)	40,17%
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	43.861	16.549	165,03%
(+/-) Provisões Matemáticas	42.142	15.848	165,95%
(+/-) Fundos Previd�ncias	172	25	588,00%
(+/-) Fundos Administrativos	1.547	678	128,17%

Descri�o	31/12/2022	31/12/2021	Variacão no Exercício (%)
4. Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	.
(+/-) Outros Eventos do Patrimônio Social	-	-	-
5. Opera�es Transitórias	-	-	-
(+/-) Opera�es Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4+5)	86.345	42.484	103,24%

As notas explicativas da Administra o são parte integrante das Demonstra es Contábeis

3. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM MG

Balanco Patrimonial Consolidado - CNPJ 21.275.7379/0001-97

Em milhares de reais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.660	982	69,04%
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.426	3.888	39,56%
1.1 Receitas	5.426	3.888	39,56%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.809	1.212	131,77%
Receitas Diretas	1.079	2.600	-58,50%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	1.538	64	2303,13%
Outras Receitas	-	12	-100,00%
2. Despesas Administrativas	(3.627)	(3.030)	19,70%
2.1 Administração dos Planos Previdenciais	(3.627)	(3.030)	19,70%
Pessoal e Encargos)	(2.843)	(2.448)	16,14%
Treinamentos / Congressos e Seminários	(38)	(15)	153,33%
Viagens e Estadias	(8)	-	-
Serviços de terceiros	(578)	(389)	48,59%
Despesas gerais	(124)	(155)	-20,00%
Depreciações e amortizações	(12)	(12)	0,00%
Tributos	(15)	(11)	36,36%
Outras Despesas	(9)	-	-
3. Constituição / Reversão de Contingências Administrativas	(252)	(180)	-

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	1.547	678	128,17%
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	1.547	678	128,17%
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7+8)	3.207	1.660	93,19%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

4. Demonstração do Ativo Líquido – Plano de Benefícios PREVPLAN – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM MG

Balanco Patrimonial Consolidado - CNPJ 21.275.7379/0001-97

Em milhares de reais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
1. Ativos	87.370	42.736	104,44%
Disponível	572	249	129,72%
Recebível	3.208	1.660	93,25%
Investimento	83.590	40.827	104,74%
Títulos Públicos	4.529	-	-
Fundos de Investimento	79.061	40.827	93,65%
2. Obrigações	1.025	252	306,75%
Operacional	1.025	252	306,75%
3. Fundos Não Previdenciais	3.207	1.660	93,19%
Fundos Administrativos	3.207	1.660	93,19%
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativos Líquidos (1-2-3)	83.138	40.824	103,65
Provisões Matemáticas	82.867	40.725	103,48%
Fundos Previdenciais	271	99	173,74%

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis



5. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano de Benefícios PREVPLAN – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS – PREVCOM MG

Balanço Patrimonial Consolidado – CNPJ 21.275.7379/0001-97

Em milhares de reais

Descri�o	31/12/2022	31/12/2021	Variacão no Exercício (%)
1 Ativos	40.824	24.953	63,60%
Contribui�es	45.468	17.230	163,89%
Portabilidade	40.408	17.092	136,41%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	176	138	27,54%
- Gestão Previdencial	4.884	-	-
2 Destina�es	(3.154)	(1.359)	132,08%
Resgastes	(177)	(33)	436,36%
Portabilidade	(166)	(92)	80,43%
Custeio Administrativo	(2.809)	(1.212)	100,00%
Outras Dedu�es	(2)	(8)	100,00%
3 Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	42.314	15.871	166,61%
Provisões Matemáticas	42.142	15.846	165,95%
Fundo Previdencial	172	25	588,00%
4 Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5 Opera�es Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido – Final do Exercício (A+3)	83.138	40.824	103,65%
C) Fundos Não Previd�ncias	1.547	678	100%
Fundo Administrativo	1.547	678	128,17%

As notas explicativas da Administra o são parte integrante das Demonstra es Contábeis

6. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Plano de Benefícios PREVPLAN – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM MG

Balanco Patrimonial Consolidado - CNPJ 21.275.7379/0001-97

Em milhares de reais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
Provisões Técnicas(1+2+3+4+5)	84.163	41.076	104,90%
1.Provisões Matemáticas	82.867	40.725	103,48%
1.1. Benefícios Concedidos	-	-	-
1.2. Benefícios a Conceder	82.867	40.725	103,48%
Contribuição Definida	82.867	40.725	103,48%
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/ instituidor(es)	39.833	19.332	-
Saldo de Contas - parcela participantes	43.034	21.393	101,16%
2.Equilíbrio Técnico	-	-	-
3.Fundos	271	99	173,74%
3.1 Fundos Previdenciais	271	99	173,74%
4. Exigível Operacional	1.025	252	303,66%
4.1 Gestão Previdencial	1.021	249	310,04%
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	4	3	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis



7. Demonstração do Ativo Líquido - Plano de Benefícios PREV-MAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM MG

Balanco Patrimonial Consolidado - CNPJ 21.275.7379/0001-97

Em milhares de reais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Variação no Exercício (%)
1 Ativos	1	-	-
Investimento	1	-	-
Fundos de Investimento	1	-	-
2 Obrigações	-	-	-
3 Fundos Não Previdenciais	-	-	-
4 Resultados a Realizar	-	-	-
5 Ativos Líquidos (1-2-3)	1	-	-
Provisões Matemáticas	1	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

8. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – Plano de Benefícios PREV-MAIS – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

FUNDA O DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM MG

Balanço Patrimonial Consolidado - CNPB 2021.0010-83

Em milhares de reais

Descri�o	31/12/2022	31/12/2021	Variacão no Exercício (%)
A) Ativo Líquido - In�cio do Exercício	-	-	-
1. Adi�es	1	-	-
(+) Contribui�es	1	-	-
2. Destina�es	-	-	-
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	1	-	-
4. Outros Eventos do Ativo Líquido	-	-	-
5. Opera�es Transitórias	-	-	-
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3)	1	-	-

As notas explicativas da Administra o são parte integrante das Demonstra es Contábeis

9. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – Plano de Benefícios PREV-MAIS – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM MG

Balanco Patrimonial Consolidado - CNPJ 21.275.7379/0001-97

Em milhares de reais

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Varição no Exercício (%)
Provisões Técnicas(1+2+3+4+5)	1	-	-
1.Provisões Matemáticas	1	-	-
1.1. Benefícios Concedidos	-	-	-
1.2. Benefícios a Conceder	1	-	-
Contribuição Definida	1	-	-
Saldo de Contas - parcela participantes	1	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis

10. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em R\$ mil)

1. Contexto Operacional

A PREVCOM-MG é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, inscrita no CNPJ através do número - 21.275.737/0001-97, constituída sob a forma de fundação pública de direito privado, dotada de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de gestão de recursos humanos, instituída pelo Governo do Estado de Minas Gerais nos termos da Lei Complementar nº132, de 7 de janeiro de 2014, e das Leis Complementares federais nº108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001. O funcionamento da PREVCOM-MG foi aprovado pela Portaria nº 215, 28 de abril de 2014, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar PREVIC. A PREVCOM-MG tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios de natureza previdenciária, mediante contribuição de participantes e patrocinadores, de acordo com o regulamento e as legislações aplicáveis. Em observância ao artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a PREVCOM-MG não distribui resultados de qualquer

natureza e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão. Atualmente a Entidade administra o Plano de Benefícios PREVPLAN, de Contribuição Definida, registrado sob o número CNPB 2015.0004-29 e CNPJ 48.307.597/0001-48 e o Plano de Benefícios PREV-MAIS, também na modalidade de contribuição definida, registrado sob o número CNPB 2021.0010-83 e CNPJ 48.307.775/0001-30.

Os planos de contribuição definida administrados pela PREVCOM-MG não apresentam risco atuarial aos seus patrocinadores, participantes, - e beneficiários. Adicionalmente, a Entidade oferece aos seus participantes cobertura adicional de risco através de Seguradora, devidamente registrada na SUSEP, para os casos de ocorrência de invalidez ou morte.

Os recursos de que a PREVCOM-MG dispõe para fazer face aos seus

compromissos regulamentares são oriundos das contribuições dos participantes, patrocinadores, receitas de reciprocidade com a seguradora, dos rendimentos resultantes da aplicação desses recursos e do aporte autorizado pelo artigo 31 da Lei Complementar nº 132, publicada pela Assembleia Legislativa em 7 de janeiro de 2014. Os seus patrocinadores são os seguintes:

- Poder Executivo do Estado de Minas Gerais;
- Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais;
- Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;
- Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais;
- Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais;
- Ministério Público do Estado de Minas

Gerais;

- Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais; e
- Prefeitura Municipal de Betim.

O plano PREVPLAN foi aprovado por meio da Portaria PREVIC no 80, datada de 11 de fevereiro de 2015 e publicada no Diário Oficial da União no 30, folha no 50, seção 1, datado de 12 de fevereiro de 2015.

O plano PREV-MAIS foi aprovado por meio da Portaria PREVIC no 282, datada de 13 de maio de 2021 e publicada no Diário Oficial da União no 92, folha no 75, seção 1, datado de 18 de maio de 2021.

O quadro de participantes ativos do Plano de Benefícios PREVPLAN é composto de 1986 participantes em 31 de dezembro de 2022 (1.166 2021).

Patrocinador	Quantidade	Média				Total		
	Participantes	Salário de Participação	Remuneração	% Contribuição Partic.	% Contribuição Patroc.	Saldo Partic.	Saldo Patroc.	Saldo Portabilidade
0001 - ALMG	95	14.386,44	21.473,66	7,43%	7,32%	3.140.090,51	3.051.059,40	96.907,10
Feminino	44	14.414,51	21.501,73	7,44%	7,27%	1.576.759,69	1.504.653,29	96.907,10
Masculino	51	14.362,23	21.449,45	7,42%	7,35%	1.563.330,82	1.546.406,11	0,00
0002 - TCMG	145	11.355,88	18.345,34	7,53%	7,44%	2.329.420,30	2.317.249,48	139.037,11
Feminino	69	13.065,39	20.152,61	7,63%	7,50%	1.132.965,96	1.128.548,34	0,00
Masculino	76	9.803,82	16.704,54	7,44%	7,39%	1.196.454,34	1.188.701,14	139.037,11
0003 - TJMG	231	14.602,44	21.076,05	7,06%	6,82%	7.690.310,97	7.577.943,53	99.092,82
Feminino	127	11.721,96	17.972,10	7,06%	6,71%	3.402.154,30	3.315.173,80	70.152,45
Masculino	104	18.119,96	24.866,45	7,06%	6,96%	4.288.156,67	4.262.769,73	28.940,37
0004 - DPMG	148	24.169,77	30.969,67	7,20%	7,15%	6.852.328,22	6.813.510,84	161.249,18
Feminino	74	24.361,84	31.353,29	7,25%	7,20%	3.337.148,85	3.326.216,34	94.896,94
Masculino	74	23.977,70	30.586,05	7,15%	7,10%	3.515.179,37	348.294,50	66.352,24
0005 - MPMG	467	18.709,13	25.568,71	7,19%	7,07%	13.938.569,71	13.809.447,08	102.760,01
Feminino	189	17.247,05	24.146,78	7,23%	7,10%	5.741.440,78	5.690.760,20	0,00
Masculino	278	19.703,14	26.535,42	7,17%	7,04%	8.197.128,93	8.118.686,88	102.760,01
0006 - SEPLAG	892	6.390,87	11.150,11	6,23%	5,18%	8.421.929,26	6.229.678,60	27.026,63
Feminino	378	5.611,08	9.848,41	6,00%	4,82%	3.365.533,09	2.251.424,56	9.028,61
Masculino	514	6.964,33	12.107,39	6,41%	5,44%	5.056.396,17	3.978.254,04	17.998,02
0007 - TJMMG	8	3.049,07	3.049,07	4,31%	0,94%	7.977,53	0,00	0,00
Feminino	5	3.819,02	3.819,02	4,80%	1,50%	617.585,85	0,00	0,00
Masculino	3	1.765,81	1.765,81	3,50%	0,00%	180.168,68	0,00	0,00

O quadro de participantes ativos do Plano de Benefícios PREV-MAIS é composto de 02 participantes em 31 de dezembro de 2022.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis

2.1 Base de Preparação

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar Previc, o Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e o Conselho Federal de Contabilidade - CFC publicaram normas com procedimentos contábeis para as EFPC,

cabendo ressaltar as seguintes matérias:

- Balanco Patrimonial Consolidado;
- I Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC no 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e estabelece critérios e procedimentos específicos para estruturação das demonstrações contábeis, para registro das operações e variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das Notas Explicativas a serem adotadas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC);

- II Instrução Previc no 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações promovidas pela

Instrução Normativa no 44 de 23 de novembro de 2021 - Estabelece normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, estrutura o plano contábil padrão, instrui a função e funcionamento das contas, a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis;

III Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021 Dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.

IV Resolução CNPC no 48, de 08 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre as fontes, os limites para custeio administrativo, os critérios e os controles relativos às despesas administrativas pelas entidades fechadas de previdência complementar.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão

das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas a gestões previdenciais, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionam informações mais adequadas.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo à natureza e a finalidade das transações. Esses segmentos operacionais estão presentes nas demonstrações contábeis dos Planos de Benefícios Previdenciais e do Plano de Gestão Administrativa PGA, e suas funções são as seguintes:

- **Gestão Previdencial:** Registra as atividades de cunho Previdencial dos Planos de Benefícios administrados, destinadas à constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgates e portabilidade;

- **Gestão Administrativa:** É responsável pela administração plena da Entidade, possuindo ativos, passivos e resultados totalmente segregados dos Planos Previdenciais; e

- **Fluxo dos Investimentos:** Destinado ao reconhecimento das rendas/variações positivas e deduções/variações negativas das aplicações financeiras dos recursos dos Planos de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade e PGA.

Outras características apresentadas nas demonstrações contábeis em conformidade com as normas que regem o sistema fechado de previdência complementar são: Balancetes dos Planos de Benefícios Previdenciais, Balancete do Plano de Gestão Administrativa (PGA), Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis e Balancete Consolidado.

O Plano de Gestão Administrativa PGA, tem como objetivo controlar o patrimônio e os resultados da gestão administrativa, aprovado pelo Conselho

Deliberativo da Entidade. Tais recursos compreendem reservas administrativas (Fundo Administrativo) cuja utilização está prevista no regulamento do Plano de Gestão Administrativa.

Em conformidade com a Instrução Previc no 31, de 20 de agosto de 2020 e alterações promovidas pela Instrução Normativa no 44 de 23 de novembro de 2021, são apresentadas os seguintes Demonstrativos contábeis:

I Balanço Patrimonial Consolidado;

II Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS;

III Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA;

IV Demonstração do Ativo Líquido - DAL individualizado para cada Plano de Benefícios administrado;

V Demonstração da Mutação do Ativo Líquido DMAL individualizado para cada Plano de Benefícios administrado;

VI Demonstração das Provisões

Técnicas do Plano de Benefícios DPT individualizado para cada Plano de Benefícios administrado; e

VII Notas explicativas.

2.2 Base de Mensuração

As Demonstrações contábeis foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como Investimentos e as Provisões Matemáticas, que são mensurados pelo valor justo.

2.3 Uso de Estimativa e Julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação, provisões para contingências e as provisões matemáticas, dentre outros. A

liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

2.4 Custeio da Gestão Administrativa

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas administrativas, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo.

As receitas administrativas da PREVCOM-MG são debitadas aos planos previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente, e adicionadas aos aportes autorizados pela Lei Complementar 132, de 7 de janeiro de 2014.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVCOM-MG

e estão em conformidade com a Resolução CNPC no 48/2021.

2.5 Tributos

A Lei no 11.053, de 29 de dezembro de 2004, faculta aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- i) Por uma tabela regressiva, que varia entre 35% e 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante nos planos de benefícios, ou
- ii) Por permanecerem no regime tributário progressivo, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

A Lei no 11.053/04 revogou a MP no 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas

aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

2.6 Aprovação das Demonstrações Financeiras

A emissão destas Demonstrações contábeis do PREVCOM-MG foi aprovada pela administração da Entidade em 7 de fevereiro de 2023.

3. Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis da PREVCOM-MG são aquelas consubstanciadas em regulamentações do CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e da PREVIC. Referidas práticas contábeis não requerem a adoção plena de todos os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

(a) Apuração do Resultado

As deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos, são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios. As contribuições, benefícios e institutos dos Planos Previdenciais são registrados pelo regime de caixa, por ocasião do recebimento ou pagamento, conforme previsto no regulamento do plano de benefícios.

(b) Realizável da Gestão Administrativa

Realizável da Gestão Administrativa Está apresentado pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

(c) Realizável dos Investimentos

Os recursos garantidores do PREVCOM-MG estão aplicados em Fundos de Investimentos, cujas quantidades de quotas estão registradas ao valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis. O valor da quota dos fundos é divulgado pela

Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A partir do exercício social de 2022, a Entidade passou a investir diretamente em Títulos Públicos Federais.

- Títulos de Renda Fixa: Representam substancialmente as aplicações em cotas de fundo de investimentos de renda fixa que são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço e as aplicações diretas em títulos públicos emitidos pelo governo federal.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação. Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, é utilizado o valor da cota ou do título na data do balanço, informada pelos Administradores.

A PREVCOM-MG classifica sua carteira de títulos e valores mobiliários na seguinte categoria:

- Títulos para negociação - registra os títulos com propósito de

serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

(d) Imobilizado e Intangível

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, combinado com a depreciação calculada linearmente às taxas anuais que levam em consideração a vida útil- econômica dos bens, sendo: 10% para móveis e utensílios e 20% para equipamentos de processamento de dados e eletrônicos. O intangível é demonstrado ao custo, combinado com a amortização do direito de uso de softwares que é calculada pelo método soma dos dígitos.

A depreciação e amortização do exercício são contabilizadas como despesas do plano de Gestão Administrativa.

(e) Exigível operacional

São demonstrados pelos valores

conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, prestações de serviços de terceiros, investimentos, obrigações e retenções fiscais.

(f) Exigível Contingencial

Está demonstrado por provisões constituídas para os processos em que há probabilidade de perda provável das ações judiciais cujo desembolso possa ser mensurável, em atendimento e cumprimento à NBC TG 25 (R2) Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Caso o prognóstico de perda da ação seja classificado como provável, há o reconhecimento e divulgação de provisões. Nos casos de perda possível, ocorre apenas a divulgação em Notas Explicativas. Quando a estimativa de perda é remota, não há evidenciação nas demonstrações contábeis. A administração da PREVCOM-MG entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de processos

administrativos ou judiciais.

(g) Patrimônio Social

(g.1) Provisões matemáticas

As Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios PREVPLAN e PREV-MAIS são calculados mensalmente e consistem no somatório das Provisões de Benefícios a Conceder e Provisões de Benefícios Concedidos.

A Provisão Matemática de Benefícios a Conceder PMBaC representa o valor dos compromissos acumulados dos benefícios a conceder aos participantes que ainda não têm, ou não fizeram valer, o direito aos benefícios estipulados nos Regulamentos dos Planos.

A Provisão Matemática de Benefício Concedido PMBC representa o valor acumulado dos compromissos, dos benefícios concedidos aos assistidos e beneficiários dos Planos, que fizeram valer o direito à percepção de um dos benefícios estipulados no Regulamento dos Planos, sob a forma de pagamento de renda continuada. No exercício social de 2022, os Planos de Benefícios Previdenciais administrados pelo PREVCOM-MG não possuíam participantes em gozo de benefícios de

prestação continuada.

(g.2) Fundos Previdenciais e Administrativo

O Plano de Benefícios PREVPLAN possui os Fundos descritos nos subitens a seguir, sendo que as respectivas metodologias de constituição e destinação estão dispostas em Regulamento, conforme sua classificação.

1. Fundo Previdencial Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

1.1 Fundo Previdencial

Constituído por transferências dos saldos remanescentes verificados em Contas Individuais de Participantes Ativos Normais, Participantes Ativos Facultativos, Autopatrocinados ou Vinculados que se desvincularam do Plano, bem como dos saldos remanescentes de Assistidos cujos benefícios vierem a se extinguir, e pela reversão do Fundo Patrocinado de Aposentadoria constituído em nome do Participante que se desligou do Plano PREVPLAN, resgatando as suas contribuições pessoais, de multas moratórias e de outras receitas

previstas em Regulamento.

2. Fundo Administrativo

É constituído com as sobras das receitas previstas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVCOM-MG, e estão em conformidade com a Resolução CNPC no 48/2021.

4. Disponível

Representado pelo saldo bancário disponível em conta corrente no último dia útil do exercício social na seguinte instituição financeira:

R\$ mil		
Imediato	2022	2021
Caixa Econômica Federal	573	294

5. Realizável

5.1 Gestão Previdencial

R\$ mil		
	2022	2021
Outros Realizáveis		
Valores a Receber do PGA	2	-
Total da Gestão Previdência	2	-

5.2 Gestão Administrativa

	R\$ mil	
	2022	2021
Despesas Antecipadas		
Vale Transporte	1	-
Prestadores de Serviços	-	11
Férias	-	26
Depósitos Judiciais		
Pis/Cofins (nota 8)	1.108	870
Outros Realizáveis		
Valores a Receber dos Planos de Benefícios	1	-
Total da Gestão Administrativa	1.110	907

5.3 Investimentos

Os investimentos são administrados com base nas diretrizes determinadas pela Política de Investimentos de cada Plano, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo da PREVCOM- MG.

(a) Composição da carteira:

A carteira de investimentos do PREVCOM-MG está representada por títulos públicos e fundos de investimentos em renda fixa e renda variável, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

	R\$ mil	
	2022	2021
Títulos Públicos Federais	4.529	-
Tesouro IPCA/ NT N-B	4.529	-
Fundos de Investimentos	99.426	43.018
Cotas de Fundo de Investimento - Não Exclusivo		
RENDA FIXA	94.959	35.748
FIC Bradesco Alocação Dinâmica	758	697
Bradesco FI RF IMA B	58	2.078
FIC BTG Pactuai Inflation	668	3.461
BTG Capital MKTS	5.380	2.997
BTG PAC Corp.	9.100	7.282
itaú Alloc Dinamica	161	350
itaú Inst Legend RF	1.422	7.045
itaú Soberano	3.548	2.191
BB Prev RF Alloc	-	93
BNP WAIMAB FI RF	70	1.981
Safra Cap Market RF	13.570	7.573
Banco do Brasil Prev TP IPCA	12.160	-
Banco do Brasil PREVID RF IDKA2	7.532	-
Banco do Brasil Previd RF Perfil	4.316	-
Bradesco DI Premium	4.326	-
Fundo BB Previdenciário RF Alocação Ativa FICFI Itaú Inst Global Din	101	-
Itaú Inst Global Din	11.844	-
Santander IMA-B 5 P	4.971	-
Santander Ref Premiu	14.974	-
AÇÕES	2.792	3.710
BT G Absolut FI Ações	-	482
FRANKLIN Valor e Liquidez FVL FIC Ações FIC Itaú Ações Dunam is	929	889
FIC Itaú Ações Dunam is	313	297
Safra Con Amer Ações	791	1.136
SulAmérica Selection	759	906
MULTIMERCADO	1.675	3.560
WAUS Index 500 FIM	1.675	3.560
Total dos Investimentos	103.955	43.018

Considerando as disposições da Resolução CGPC no 43/2021, o PREVCOM-MG classificou a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Desta forma, as aplicações em fundos de renda fixa não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatados a qualquer tempo, observadas as políticas de investimentos e rentabilidade.

O PREVCOM-MG não possui ativos sem cotação no mercado ativo ou constantes de laudo de avaliação econômica em sua carteira de investimentos, tampouco possui ativos passíveis de mais de uma opção de precificação.

(b) Custódia dos Títulos e Valores Mobiliários

As aplicações em fundos de

investimento e títulos públicos são custodiadas pelo administrador dos fundos Caixa Econômica Federal - CEF, em atendimento à Resolução CMN no 4.994/2022.

6. Imobilizado e Intangível

	R\$ mil	
	2022	2021
Imobilizado		
Móveis e utensílios	21	20
Máquinas e equipamentos	38	6
Intangível		
Gastos com Implantação / Reorganização e Desenvolvimento	-	2
Total do Imobilizado e Intangível	59	28

A Entidade procedeu à elaboração do inventário físico de seus bens patrimoniais, compatibilizando as fichas de controle com os registros contábeis, conforme determina a Resolução CNPC no 43, de 6 de agosto de 2021.

7. Exigível Operacional

7.1 Gestão Previdencial

	R\$ mil	
	2022	2021
Valores Previdenciais a Repassar ao PGA		
Custeio Administrativo	2	-
Valores de Riscos a Repassar		
Valor a Repassar para a Seguradora	448	-
Outras Exigibilidades		
Contrib. Recebidas a Maior ou a Cotizar	572	249
Total da Gestão Previdencial	1.022	249

Outras exigibilidades em 2022 e 2021, referem-se a valores de contribuições recebidas a serem identificadas, e contribuições antecipadas a serem cotizadas.

7.2 Gestão Administrativa

	R\$ mil	
	2022	2021
Contas a Pagar		
Folha Administrativa	195	181
Serviço de Terceiros	14	278
	209	459
Retenções a Recolher	55	59
Tributos a Recolher	116	99
Antecipação de Contribuições dos Patrocinadores	16.800	-
Outras Exigibilidades		
Valores a Pagar aos Planos de Benefícios	2	-
Total da Gestão Administrativa	17.182	617

A rubrica de antecipação de custeio dos patrocinadores se refere a recursos antecipados pelo Governo do Estado de Minas Gerais, previstos na Lei Complementar 158, de 30 de julho de 2021 (R\$ 15.000 mil) e adiantamento de recursos para viabilizar administrativa o plano Previdencial PREV-MAIS (R\$ 1.800 mil), que serão objeto de compensação futura, mensalmente, a partir do atingimento do equilíbrio operacional da Entidade, até a liquidação do saldo.

7.3 Investimentos

	R\$ mil	
	2022	2021
Outras Exigibilidades		
Taxa CET IP	1	1
Taxa Custódia	4	3
Total da Gestão Previdencial	5	4

8. Exigível Contingencial e Passivo Contingente

8.1 Gestão Administrativa

PROCESSO 0005035-60.2016.4.01.3800 PIS/COFINS

	R\$ mil	
	2022	2021
Pis/Cofins	1.145	893
Total da Gestão Administrativa	1.145	893

Registra-se Ação Ordinária no 000503560.2016.4.01.3800, que a PREVCOM-MG moveu pleiteando provimento jurisdicional que a desobrigue de recolher as contribuições do PIS e da COFINS, com pedido de compensação dos valores recolhidos a partir de 2015. O processo está sendo conduzido pela Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais (AGE-MG), a pedido da Diretoria Executiva da PREVCOM-MG e com autorização do seu Conselho Deliberativo. Em razão da promoção processual pela AGE-MG, não há custas judiciais para a PREVCOM-MG.

Atualmente os pagamentos estão sendo suportados por depósitos judiciais no valor de R\$ 1.145 mil, contabilizado no ativo, conforme decisão nos autos da citada ação (nota 5.2), mesmo valor registrado no exigível contingencial.

O processo foi classificado pelo jurídico como probabilidade de perda possível no encerramento do exercício social de 2022, indicando como valor da causa o montante de R\$ 367 mil.

**PROCESSO 5163998-86.2019.8.13.0024
INDENIZAÇÃO ENCERRAMENTO DE
MANDADO DE EX-DIRIGENTE**

A PREVCOM-MG também é ré em processo comum cível, procedimento no qual a Autora, ex-dirigente da Fundação busca receber indenização pelo encerramento antecipado de seu mandato ou, alternativamente, o recebimento de “quarentena”, pelo afastamento. Por determinação do Conselho Deliberativo em sua 63ª reunião, foi solicitado o Patrocínio do feito pela D. Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos do Ofício PRESI 03.20 que não acolheu o patrocínio conforme termos do OF.GAB.AGE-MG no 18/2020. O Conselho Deliberativo decidiu em sua 66ª reunião de 20 de fevereiro de 2020, que a defesa da Fundação seja produzida pela Coordenadoria Jurídica da PREVCOM-MG.

O processo foi classificado pelo jurídico como probabilidade de perda possível no encerramento do exercício social de 2022, indicando como valor da causa o montante de R\$ 338 mil.

9. Patrimônio Social

	PREVPLAN		PREV-MAIS		TOTAL	
	R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Patrimônio Social	86.345	42.484	1	-	86.346	42.484
Patrimônio de Cobertura do Plano	82.867	40.725	1	-	82.868	40.725
Provisões Matemáticas	82.867	40.725	1	-	82.868	40.725
Benefícios a Conceder	82.867	40.725	1	-	82.868	40.725
Contribuição Definida	82.867	40.725	1	-	82.868	40.725
Fundos	3.478	1.759	-	-	3.478	1.759
Fundo Previdencial	271	99	-	-	271	99
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	271	99	-	-	271	99
Fundo Administrativo	3.207	1.660	-	-	3.207	1.660

9.1 Provisões Matemáticas

Tendo em vista que os Planos de Benefícios PREVPLAN e PREV-MAIS não possuem participantes assistidos, não havendo, desta forma, constituição de Provisão Matemática de Benefícios Concedidos PMBC, as Provisões Matemáticas dos Planos em questão são representadas pelos valores dos compromissos acumulados dos benefícios a conceder aos Participantes que ainda não têm, ou não fizeram valer, o direito aos benefícios estipulados no Regulamento dos Planos. A movimentação do exigível atuarial e dos fundos durante o exercício pode ser resumida como segue:

PREVPLAN

	R\$ mil		
	Em 31 de Dezembro de 2021	Constituição no exercício	Em 31 de Dezembro de 2022
Provisões matemáticas			
Benefícios a Conceder	40.725	42.142	82.867
Total de provisões matemáticas	40.725	42.142	82.867
Fundos			
Previdencial	99	172	271
Administrativo	1.660	1.547	3.207
Total de Fundos	1.759	1.719	3.478

PREV-MAIS

	R\$ mil		
	Em 31 de Dezembro de 2021	Constituição no exercício	Em 31 de Dezembro de 2022
Provisões matemáticas			
Benefícios a Conceder	1	0	1
Total de provisões matemáticas	1	0	1

9.2 Hipóteses Atuariais e Outros Parâmetros Técnicos Utilizados

Tendo em vista a modalidade dos Planos de Benefícios PREVPLAN e PREV-MAIS, quais sejam, contribuição definida, e a forma de apuração do valor e do tempo de recebimento das prestações dos benefícios, não foram consideradas hipóteses atuariais na formulação dos benefícios, das provisões/reservas ou em seu Plano de

Custeio, exceto para o cálculo da opção do tempo de recebimento do benefício pela expectativa média de vida. O tempo de recebimento do benefício, quando o Participante fizer a opção pelo período da expectativa de vida, é estimado por meio da tábua AT-2000, segregada por sexo. Portanto, entidade não administra benefícios com risco atuarial.

9.3 Fundos

O Fundo Previdencial tem como origem os saldos remanescentes verificados em Contas Individuais de Participantes Ativos Normais, Participantes Ativos Facultativos, Autopatrocinados ou Vinculados que se desvincularam do Plano PREVPLAN, bem como dos saldos remanescentes de Assistidos cujos benefícios vierem a se extinguir, e pela reversão do Fundo Patrocinado Aposentadoria constituído em nome de Participante que se desligou do PREVPLAN, resgatando as suas contribuições pessoais, de multas moratórias e de outras receitas previstas em Regulamento. O valor deste fundo em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 271 mil (R\$ 99 mil - 2021).

O Fundo Administrativo é constituído pelo valor apurado decorrente das sobras entre as contribuições para custeio do plano e as despesas administrativas mensais efetivamente incorridas. O valor deste fundo é de R\$ 3.207 mil em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.660 mil - 2021).

10. Custeio das Despesas Administrativas

As despesas administrativas da

PREVCOM-MG são custeadas pelo Poder Executivo, por se tratar de despesas específicas, de acordo com o Capítulo V, artigo 31, da Lei Complementar no 132, de 7 de janeiro de 2014, pelos valores correspondentes à taxa de carregamento de 7% incidente sobre as contribuições dos participantes e patrocinadores e pelas receitas decorrentes da reciprocidade relativa a venda de planos de cobertura de benefícios de risco exclusivamente vinculados aos planos de benefícios administrados pela Entidade.

11. Plano de Gestão Administrativa PGA

Em atendimento à Legislação, a Entidade elaborou o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa PGA, sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da PREVCOM-MG. O detalhamento das despesas administrativas está apresentado na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - DPGA.

12. Governança, Gestão e Controles Internos

A Resolução CGPC no 13, de 1º de

outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas EFPC, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios por elas operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos.

O PREVCOM-MG, em consonância com as boas práticas de governança, vem ao longo do tempo introduzindo controles na busca de melhoria dos processos, tendo como consequência mitigação de riscos. Sua estrutura de gestão é composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Ainda foram elaborados o Código de Ética e Regimento Interno.

13. Partes Relacionadas

A Entidade possui as seguintes transações com partes relacionadas:

I Patrocinadoras

As patrocinadoras relacionam-se por meio do patrocínio aos Planos PREVPLAN e PREV-MAIS. No quadro a seguir, são demonstradas as principais operações ocorridas e existente no período entre as patrocinadoras e a Entidade:

	Em 31 de Dezembro de 2022	Em 31 de Dezembro de 2021	Variação
Resultado			
Contribuições Normais	19.785	8.286	138,77%
Total de Resultado	19.785	8.286	138,77%

II - Participantes

As principais operações ocorridas no período entre a Entidade e os participantes relativos aos planos são as seguintes:

	Em 31 de Dezembro de 2022	Em 31 de Dezembro de 2021	Variação
Resultado			
Contribuições Normais	20.624	8.800	134,36%
Portabilidade de Entrada	176	-	0,00%
Pagamento de Institutos	(343)	(125)	135,82%
Total de Resultado	20.457	8.675	135,82

III - Membros ocupantes de funções estratégicas:

A Entidade possui 10 conselheiros, sendo 6 deliberativos e 4 fiscais, 3 diretores (incluindo o presidente), 2 coordenadores, 3 analistas e 3 assistentes que juntos têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento.

14. Apresentação dos Efeitos da Consolidação

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022, para que o registro obrigatório do patrimônio do Fundo Administrativo, registrado no Plano de Benefício como Participação do Plano de Gestão Administrativa, tenha o seu resultado nulo no Balanço Patrimonial:

Código	Conta	Valor
1.02.02.03.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	(3.207)
2.03.02.02.02.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	3.207

15. CNPJ Por Plano

O Conselho Nacional de Previdência Complementar publicou em 11/12/2018 a Resolução CNPC no 31/2018, instituindo o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ para que cada plano de benefícios administrado pela EFPC possa ter total independência patrimonial em relação aos demais planos de benefícios, dando com isso, uma identidade própria e individualizada em todos os aspectos regulamentares, cadastrais, atuariais, contábeis e de investimentos, conforme estabelece a Lei Complementar no 109 de 29/05/2001, em seu artigo 34 I-b. O prazo para as EFPC se adequarem à Resolução CNPC no 31/2018 era de três anos, ou seja, em 31/12/2021.

Em 2021, por meio de sua Resolução no 46, de 01/10/2021, o CNPC prorrogou o

prazo de adequação por parte das EFPC, para mais um ano, determinando como prazo final para a adequação dos procedimentos visando a adequação operacional do CNPJ nos EFPC o dia 31/12/2022.

Conforme previsto no parágrafo 1º do artigo 5º da Resolução CNPC 46/2021, “a inscrição no CNPJ não confere personalidade jurídica própria aos planos de benefícios. A Receita Federal do Brasil emitiu Nota RFB/SUFIS no 8, de 10/10/2022, relatando que não haverá reflexos na forma de prestação das informações pelas EFPC à Receita Federal do Brasil, haja vista que os leiautes das obrigações acessórias a serem prestadas pelas entidades não exigem o detalhamento de informações por plano de benefício.

A Receita Federal do Brasil, através do Ato Executivo COCAD No 4/2022, informou às Entidades Fechadas de Previdência sobre a criação do CNPJ para os planos previdenciais, disponibilizando o número da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. Para os planos de benefícios

previdenciais administrados pelo PREVCOM-MG foram criados os seguintes CNPJ pela Receita Federal do Brasil:

CNPJ 48.307.597/0001-48 - PLANO DE BENEFÍCIOS PREVPLAN

CNPJ 48.307.319/0001-90 - PLANO DE BENEFÍCIOS PREV-MAIS

A Resolução CNPC 56/2022 e a Instrução Previc 19/2022 definiram como data final para a adequação da estrutura operacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar o dia 30 de junho de 2023. A PREVCOM-MG iniciou os procedimentos administrativos necessários visando as adequações operacionais da Entidade para a operacionalização dos CNPJ dos planos de benefícios previdenciais em 2022, objetivando concluir todo o processo no prazo legal estabelecido.

16. Mudança de Legislação

- **RESOLUÇÃO CNPC Nº 56, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022**

A referida resolução dispõe sobre as

condições e os procedimentos para a identificação e o cadastramento dos planos de benefícios no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica para fins de operacionalização da independência patrimonial dos planos de benefícios administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar. Esta obrigatoriedade tinha como data limite para adequação o dia 31 de dezembro de 2022, e pela revogação do artigo 8º da Resolução CNPC no 46, de 1º de outubro de 2021, o prazo final para a adequação dos procedimentos para a operacionalização do CNPJ por Plano foi prorrogado para 30 de junho de 2023.

- **RESOLUÇÃO PREVIC Nº 18, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2022**

A referida resolução consolidou as Instruções Previc no 31, de 20 de agosto de 2020, Instrução Previc no 40, de 22 de junho de 2021, Instrução Previc no 42, de 11 de outubro de 2021 e Instrução Previc no 44, de 23 de novembro de 2021. A resolução Previc 18/2022 dispõe sobre os procedimentos contábeis, o plano

contábil padrão, a função e o funcionamento das contas e a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e os critérios para a constituição de provisões para perdas associadas ao risco de crédito dos ativos financeiros pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A partir de 1º de janeiro de 2023 as Entidades passarão a classificar os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito, em ordem crescente de nível de risco e constituir provisões para perdas esperadas, de acordo com os percentuais definidos nos intervalos para cada nível estabelecido na Legislação.

A classificação do ativo de acordo com o risco de crédito será de responsabilidade da Entidade e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas. A vigência a resolução Previc no 18/2022 terá início a partir de 1º de janeiro de 2023.

• **NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, ITG 2001 ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR**

A ITG 2001 estabelece critérios e

procedimentos específicos para a estruturação das demonstrações contábeis as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, para o registro das operações e das variações patrimoniais, bem como para o conteúdo mínimo das notas explicativas a serem adotados pelas EFPC, no âmbito do Conselho Federal de Contabilidade.

O Conselho Federal de Contabilidade atualizou o referido normativo, publicado inicialmente em 22 de janeiro de 2010, visando o alinhamento procedimental com as normatizações contábeis emitidas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar e Superintendência Nacional de Previdência Complementar. A nova letra do normativo passará a vigorar a partir de 1o de janeiro de 2023, e não trará impacto nas regras contábeis das EFPC.

17. Evento Subsequente
Lojas Americanas

O eventual reflexo das ocorrências registradas na Cia Lojas Americanas S/A, na carteira de Investimentos do PREVPLAN ocorre de forma INDIRETA, por meio de 2 (dois) Fundos de Investimento de Renda Fixa que trazem em sua composição papéis da aludida Companhia, e que não alcançam 0,20% (zero vírgula vinte por cento) da carteira consolidada.

Fundo DI Institucional

O Fundo DI Institucional Premium possui crédito privado em carteira e tem uma exposição marginal de 0,10% nas debêntures das Americanas. A exposição é bastante reduzida e não foi um fator de comprometimento da tese/retorno do fundo. Inclusive, no dia 12/01/2023, o fundo apresentou performance positiva frente ao dia 11/01/2023.

Um ponto importante a ser mencionado é que no momento de compra das debêntures das Americanas, o papel era classificado pelas agências de rating como sendo AAA ou AA+. Mostrava-se um investimento interessante à época dado o perfil do fundo e o potencial retorno vs. risco do ativo. Após o ocorrido, as debêntures das Americanas foram punidas pelo

mercado, tanto em questão de precificação, como em termos de liquidez.

O gestor do fundo e a equipe interna da Entidade estão acompanhando os desdobramentos do caso e todas as ações em termos de gestão do fundo serão tomadas. Por enquanto, seguimos no Fundo e estamos monitorando a evolução do preço/liquidez do papel no mercado.

Fundo BTG Cred Corp I

O Fundo BTG Cred Corp I possui crédito privado em carteira e tem uma exposição de 0,73% em papéis das Lojas Americanas. No dia 12/01/2023, o fundo apresentou performance negativa de 0,77% frente ao dia 11/01/2023, em virtude da queda de aproximadamente 50% nos papéis das lojas americanas, se comparados os preços praticados no dia 11/01/2023.

De forma análoga ao investimento no Fundo DI Institucional, no momento de compra das debêntures das Americanas, o papel era classificado pelas agências de rating como sendo AAA ou AA+. Mostrava-se um investimento interessante à época dado o perfil do fundo e o potencial retorno vs. risco do ativo. Após o

ocorrido, as debêntures das Americanas foram punidas pelo mercado, tanto em questão de precificação, como em termos de liquidez.

Acrescentamos que a Diretoria de Investimentos mantém ação contínua em busca de segurança, liquidez e rentabilidade adequados e suficientes ao equilíbrio entre ativo e passivo do plano, bem como para evitar a exposição excessiva a riscos que não sejam inerentes e adequados aos objetivos dos planos administrados pela Fundação.

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2022

Armando Quintão
Bello de Oliveira
Diretor-Presidente

José Antônio Bittencourt
Soares
Diretor de Investimentos

Geraldo Assis
de Souza Júnior
Contador



CONSELHO DELIBERATIVO DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS/2022

O Conselho Deliberativo desta Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais-PREVCOM-MG, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII, art. 27 do Estatuto e considerando as disposições do art. 17 da Resolução CNPC no 43, de 6 de agosto de 2021, bem como a Resolução PREVIC no 18, de 22 de dezembro de 2022, registra que examinou o Parecer Atuarial e as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva da PREVCOM- MG referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e, com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela

Diretoria Executiva, no Relatório dos Auditores Independentes e no Parecer do Conselho Fiscal, este órgão de deliberação superior conclui que as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2022 refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da PREVCOM-MG, razão pela qual as aprova e delibera conforme Item V da ata no 103 de 17 de março de 2023.

Gabriel Arbex Valle
Presidente E.E. do Conselho

Noelho Adelino Machado
Conselheiro

**Marcos Lourenço
Capanema de Almeida**
Conselheiro

**João Vitor Silva
Fonseca**
Conselheiro

**Cantídio Dias
de Freitas Filho**
Conselheiro

**Fabício Marques
Ferragini**
Conselheiro

CONSELHO FISCAL DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS/2022

O Conselho Fiscal desta Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – PREVCOM-MG, reunido na modalidade virtual, registra que examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva da PREVCOM-MG, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Com base no exame daqueles documentos, complementados por informações do Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício de 2022. Considerando a preocupação com a continuidade operacional da PREVCOM-MG, corroborada com a ênfase constante do parecer do Auditor Independente, o Conselho Fiscal recomenda que a Administração envide

esforços para alcançar o equilíbrio financeiro, adotando as medidas que julgar necessárias, dando continuidade com as políticas de austeridade adotadas em 2022 e, principalmente, buscando novas fontes de receitas. Já no que se refere à preservação e ampliação das reservas financeiras dos participantes, este colegiado registra intensa preocupação com o resultado negativo líquido dos investimentos do PREVPLAN e recomenda singular diligência da Administração para obtenção de melhor desempenho nos anos vindouros.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

**Henrique Matheus
Mariani Sossai**
Presidente do Conselho

**Tiago Marques
Delboni**
Conselheiro

**Patrícia Capanema
Silva Duarte McGuigan**
Conselheira

**Sérgio Augusto
Riani do Carmo**
Conselheiro

C A P 06

Relatório dos Auditores Independentes





Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadoras e Participantes da
Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – PREVCOM-MG
Belo Horizonte - MG.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – PREVCOM-MG** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – PREVCOM-MG** e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2022 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o Estado de Minas Gerais, por meio da Lei Complementar nº 132, de 07/01/2014, instituiu à Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais – PREVCOM-MG e para suportar a cobertura de despesas relativas ao custeio de sua implantação, o Poder Executivo foi autorizado a realizar o aporte de recursos na Entidade até o limite de R\$ 20 milhões. Até 31 de dezembro de 2021, foram aportados pelo Governo o montante de R\$ 19.383 mil, sendo o valor remanescente, no montante de R\$ 617 mil, integralmente liquidado em 23/05/2022. Tendo em vista que tais recursos não seriam suficientes para o custeio da PREVCOM durante o exercício de 2022, o Estado de Minas Gerais, por meio da Lei Complementar nº 158, de 30/07/2021 autorizou o Poder Executivo a transferir até R\$ 15 milhões como antecipação de custeio das despesas da Fundação a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo o valor dessa antecipação, objeto de compensação futura, mensalmente, a partir do atingimento do equilíbrio operacional do Plano de Gestão Administrativa, até a liquidação total do valor antecipado. Referida antecipação foi repassada à PREVCOM-MG em 07/04/2022. Adicionalmente, a diretoria da PREVCOM-MG, por meio do Ofício “OF.PRESI nº 094/21”, solicitou ao Poder Executivo o montante de R\$ 1,8 milhões a título de adiantamento de custeio administrativo, para restituição por compensação futura, mediante a suspensão temporária da taxa de carregamento mensal do Patrocinador Poder Executivo. O referido recurso possui o objetivo de garantir o custeio do plano PREVMAIS, aprovado pela PREVIC em 13 de maio de 2021 e criado para atender os Entes Federativos, pelos primeiros 36 meses. A solicitação foi aprovada, através do Ofício SEF/GAB nº 330/2021 e o recurso foi repassado a PREVCOM-MG também em 07/04/2022. Conforme evidenciado na Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, as despesas administrativas incorridas no exercício de 2022 foram de, aproximadamente R\$ 3,6 milhões (R\$ 3,0 milhões em 2021), provenientes, substancialmente, de despesas com pessoal e encargos, enquanto as receitas de custeio



provenientes de contribuições e os rendimentos auferidos nos investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA foram de R\$ 4,3 milhões (R\$ 1,2 milhões em 2021), ou seja, suficientes para o custeio da PREVCOM, se mantidas as despesas nos níveis atuais, no entanto, o aumento no resultado dos rendimentos auferidos nos investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA ocorreu, substancialmente, devido ao repasse das antecipações de custeio das despesas administrativas durante o exercício de 2022, o que será objeto de compensação futura. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de



auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos quando identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 16 de fevereiro de 2023

BEZ Auditores Independentes SS

CRC PR 5.010/0-2

VALDEMIR

BEZ:693152569

72

Valdemir Bez

Contador

CRC-PR 037262/0-2

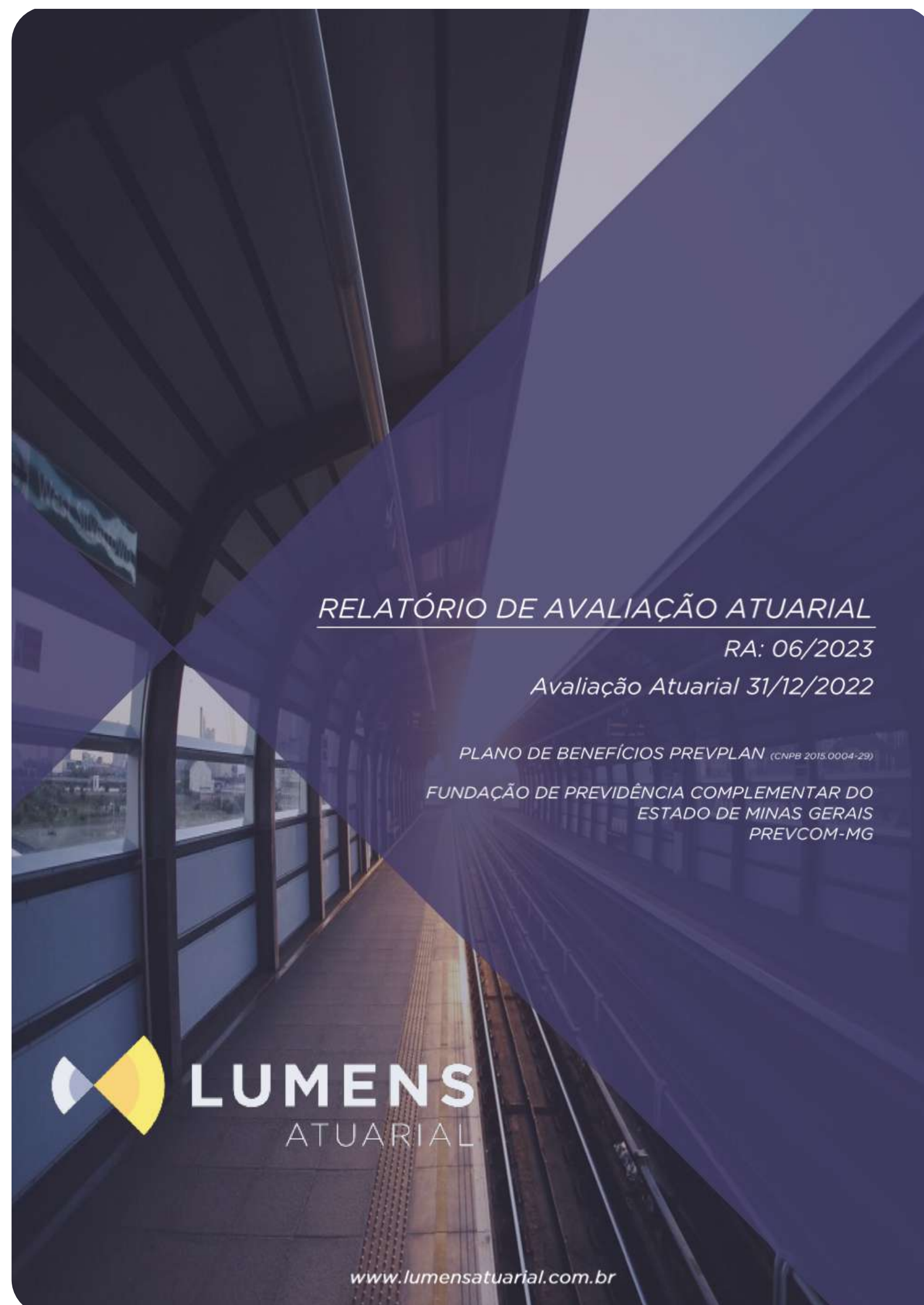
Assinado de forma digital
por VALDEMIR
BEZ:69315256972
Dados: 2023.02.16
16:48:28 -03'00'



CAP 07

Parecer Atuarial





1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Avaliação Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2022 para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREVPLAN (CNPB 2015.0004-29), administrado pela FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM-MG. Tem ainda como objetivo - com base nas informações relativas ao patrimônio de cobertura do plano informado pela Entidade e apurado contabilmente - atestar o resultado técnico-atuarial.

Como finalidade secundária, este documento apresenta também estatísticas populacionais e gerenciais que permitem aos gestores da Entidade uma análise descritiva acerca do perfil dos participantes e da evolução de seus respectivos planos de benefícios.

Complementarmente, é realizada uma análise retrospectiva da rentabilidade líquida dos recursos garantidores das provisões matemáticas, conforme histórico de cotas informado.

São ainda apresentadas as hipóteses atuariais a vigor no exercício de 2023, bem como suas justificativas, observada a aprovação necessária da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo, em atendimento à Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 e à Instrução PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020.

Importante destacar, nesse interim, a recomendação pela elaboração de estudos estatísticos para atestar a adequação das hipóteses atuariais e fundamentar o processo decisório da Entidade quanto às estimativas a se adotar para apuração da expectativa de vida dos participantes e assistidos, quando da conversão do saldo em renda continuada.

Para tanto, se faz necessário o levantamento, junto aos patrocinadores, de histórico de expostos ao risco de mortalidade e eventos de óbitos ao longo dos anos anteriores.

Apesar de dispensada a comprovação da adequação das hipóteses pelos normativos vigentes - haja vista se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, sem regime atuarial - tais estudos são realizados visando as melhores práticas atuariais e a mitigação dos riscos de frustração de expectativas dos participantes.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de contribuição definida - CD, os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente



ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos. Assim, não há garantia mínima de rentabilidade nas fases de capitalização e percepção de renda.

Não obstante, são apresentadas análises da performance pretérita obtida pela Entidade, visando colaborar para melhoria da gestão previdenciária, em especial na definição de premissas relativas às simulações de renda.

Os resultados apurados pela Avaliação Atuarial e demonstrados neste documento basearam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida considerando suas características financeiras e demográficas informadas.

Para atender seus objetivos, o presente relatório contém 8 capítulos, sendo este a introdução, seguido do capítulo 2 destinado às informações disponibilizadas para elaboração dos estudos. O capítulo 3 apresenta as hipóteses atuariais a vigor no exercício subsequente à data focal da avaliação atuarial, observada a necessidade de deliberação do Conselho Deliberativo da Entidade. O capítulo 4, por sua vez, apresenta os resultados apurados, enquanto os capítulos 5 e 6 demonstram as estatísticas populacionais e gerenciais.

O Capítulo 7 destina-se ao Parecer Atuarial, restando, ao capítulo 8, as considerações finais.

2. DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

As informações referentes aos Participantes do PREVPLAN, para a Avaliação Atuarial, foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2022 em formato “xls” e foram objetos de análise e testes de consistências.

Foram utilizadas, ainda, as informações relativas ao histórico de cotas que refletem a rentabilidade líquida do plano, os dados cadastrais e financeiros utilizados para apuração das provisões matemáticas dos meses anteriores, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios.

O capítulo 5 demonstra as principais características da população em estudo, enquanto o capítulo 6 apresenta as estatísticas gerenciais extraídas das informações disponibilizadas.



3. HIPÓTESES ATUARIAIS

A Resolução CNPC nº 30/2018, em seu art. 3º, determina que as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário.

No mesmo artigo, porém, tal resolução determina que a comprovação de adequação é exigida apenas aos planos que possuam regime mutualista / atuarial.

Não obstante, apesar de não haver desde 2014 (redação da Resolução CNPC Nº 15/2014) a exigência, por parte do órgão regulador, quanto à comprovação da adequação das hipóteses aos Planos de Contribuição Definida (CD), visando a mitigação de riscos de imagem e de frustração das expectativas dos participantes, tais testes são recomendados pela Lumens Atuarial tendo como objetivo principal a adequação e sustentabilidade do plano às necessidades da população segurada.

Assim, ao longo do exercício de 2022, sendo assumida a responsabilidade técnica pela Lumens Atuarial, foi elaborado requerimento de dados históricos que contemplassem os óbitos dentre servidores vinculados aos patrocinadores do Plano de Benefícios.

Em contato com o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais (IPSEMG), foi informado à Entidade o levantamento das informações junto aos órgãos de gestão do Estado, sendo prevista disponibilização de estatísticas ao longo do exercício de 2023, o que possibilitará a elaboração dos testes estatísticos e, conseqüentemente, a fundamentação do processo decisório quanto à tábua a ser utilizada na apuração da expectativa de vida para conversão do saldo em renda de prestação continuada.

Quanto a esse item, assim determina a Instrução Normativa PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020:

Art. 13. As tábuas biométricas utilizadas nas avaliações atuariais dos planos de benefícios devem ter sua aderência atestada por meio de estudo específico, elaborado em conformidade com o Capítulo VIII desta Instrução.

§1º As tábuas de mortalidade geral referenciais para o cálculo das provisões matemáticas dos planos de benefícios devem ser “AT-2000 Básica - M” para o sexo masculino e “AT-2000 Básica - F” para o sexo feminino.

§2º No caso de impossibilidade técnica de realização de testes de aderência, os planos de benefícios não poderão adotar tábuas de mortalidade geral que



gerem provisões matemáticas menores do que as tábuas referenciais mencionadas no SI¹. (...).

(Original sem grifo)

Apesar de aspectos normativos não aplicáveis a planos que, como o PREVPLAN, não possuam estruturação em regime mutualista, visto que as tábuas biométricas, no presente caso, não são utilizadas para apuração de provisões matemáticas, mas apenas para estimar a expectativa de vida a compor o Fator de Conversão do saldo em renda, considera-se, por analogia, as tábuas AT-2000 Básica - M¹ para o sexo masculino e AT-2000 Básica - F² para o sexo feminino como referência mínima, no caso de impossibilidade de elaboração dos testes estatísticos.

Conforme destaque do Parecer Atuarial de encerramento do exercício de 2021, restou definida a referida tábua de mortalidade referencial, segregada por sexo, para determinação da expectativa de vida e, conseqüentemente, na apuração de benefícios apurados com base nesta opção.

Em continuidade, haja vista a impossibilidade de elaboração dos estudos estatísticos no exercício de 2022, e até que seja possível a recepção dos dados históricos necessários, recomenda-se a manutenção das tábuas referenciais dispostas na Instrução Normativa PREVIC nº 33, de 23 de outubro de 2020, quais sejam, as tábuas AT-2000 Básica - M¹ para o sexo masculino e AT-2000 Básica - F² para o sexo feminino.

Para tanto, se faz necessário a aprovação da Diretoria Executiva da Entidade e deliberação do Conselho Deliberativo, para formalização da hipótese a vigor no exercício de 2023.

Reitera-se - por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sem regime mutualista / atuarial - que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus Participantes e Assistidos, mas apenas para o cálculo das rendas mensais, por aplicação de Fator de Conversão.

¹ Nomenclatura do Instituto Brasileiro de Atuária: AT-2000 MALE (Table name: 1996 US Annuity 2000 Basic, Male Table number: 885)

² Nomenclatura do Instituto Brasileiro de Atuária: AT-2000 FEMALE (Table name: 1996 US Annuity 2000 Basic, Female Table number: 884)



4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

4.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, esta Consultoria elaborou um quadro que contém as contas correspondentes às provisões e fundos do plano de benefícios em análise, apuradas por meio da base cadastral, conforme Anexo I, parte integrante do presente relatório.

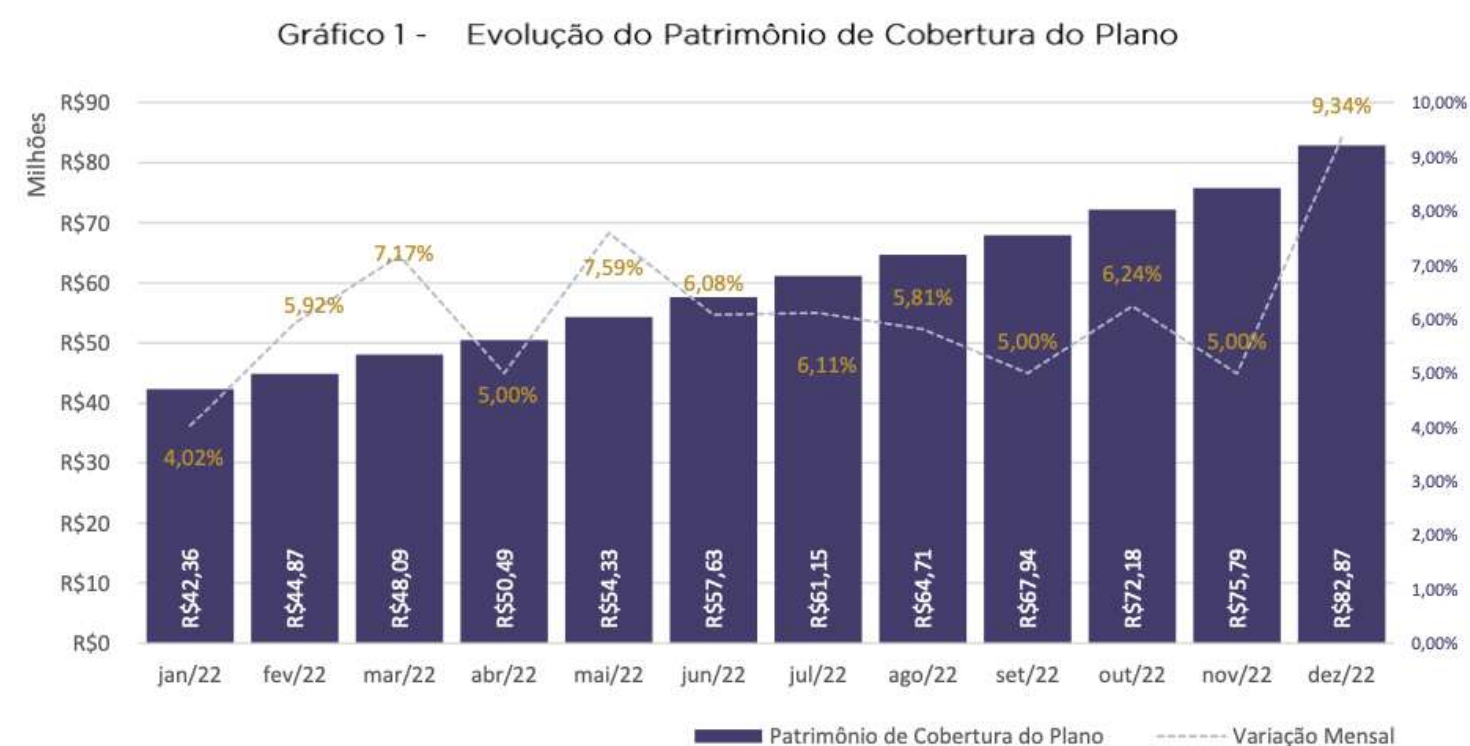
Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios PREVPLAN em 31/12/2021, para fins de comparação, e em 31/12/2022, data base da presente Avaliação Atuarial:

Tabela 1 - Síntese - Provisões Matemáticas e Fundos

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2022
Patrimônio Social	R\$ 42.484.342,56	R\$ 86.344.909,60
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 40.725.427,31	R\$ 82.867.025,71
Provisões Matemáticas	R\$ 40.725.427,31	R\$ 82.867.025,71
Benefícios Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	R\$ 40.725.427,31	R\$ 82.867.025,71
Contribuição Definida	R\$ 40.725.427,31	R\$ 82.867.025,71
Saldo - Patrocinadores	R\$ 19.331.669,13	R\$ 39.832.687,17
Saldo - Participantes	R\$ 20.981.073,72	R\$ 42.408.265,69
Saldo - Portabilidade de EFPC	R\$ 412.684,46	R\$ 626.072,85
Saldo - Portabilidade de EAPC	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fundos	R\$ 1.758.915,25	R\$ 3.477.883,89
Fundos Previdenciais	R\$ 98.892,27	R\$ 271.276,56
Fundos Administrativos	R\$ 1.660.022,98	R\$ 3.206.607,33

Pela análise das demonstrações contábeis das provisões matemáticas, foi possível detectar um crescimento substancial do Patrimônio de Cobertura do Plano, que partiu de R\$ 40.725.427,31 no encerramento do exercício de 2021 para R\$ 82.867.025,71 em 31/12/2022, o que representa 103,48% de crescimento. No período, o Fundo Previdencial evoluiu 97,73%, enquanto o Fundo Administrativo evoluiu 93,17%.

O gráfico a seguir demonstra a evolução do Patrimônio de Cobertura do Plano observada ao longo do exercício de 2022:



Importante destacar que a integralidade do Patrimônio de Cobertura do Plano destina-se à cobertura das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, sendo este o montante que representa o passivo do plano de benefícios frente aos seus participantes ativos, visto que ainda não houve concessão de benefícios de prestação continuada.

4.2. RESULTADO TÉCNICO

Conforme demonstrado, o plano de benefícios PREVPLAN, administrado pela PREVCOM-MG apresentou em 31/12/2022 o resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela PREVCOM-MG referente à data base 31/12/2022.



4.3. CUSTO DO PLANO

Tendo em vista se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sem benefícios em regime atuarial/mutualista, o custo não é determinado atuarialmente.

Desta forma, para fins demonstrativos, o custo do plano em moeda corrente foi apurado mediante somatório das contribuições dos participantes e patrocinadores, conforme base cadastral disponibilizada, enquanto o custo do plano em percentual foi apurado dividindo-se o primeiro valor pelo somatório do salário de participação, também informado na base cadastral, conforme segue:

Tabela 2 - Custo Previdenciário

Contribuição Básica	Mensal	Anual
Salário de Participação	R\$ 24.338.818,48	R\$ 316.404.640,24
Contribuição Participante	R\$ 1.831.187,41	R\$ 23.805.436,33
Contribuição Patrocinadora	R\$ 1.774.239,02	R\$ 23.065.107,26
Custo Médio - Participante	7,52%	7,52%
Custo Médio - Patrocinadora	7,29%	7,29%
Custo Normal	14,81%	14,81%

Tabela 3 - Custo dos Benefícios de Risco

Contribuição de Risco	Mensal	Anual
Salário de Participação	R\$ 24.338.818,48	R\$ 316.404.640,24
Contribuição Participante	R\$ 447.983,27	R\$ 5.823.782,51
Custo Normal	1,84%	1,84%

4.4. PLANO DE CUSTEIO

Pelo mesmo motivo, por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sem benefícios em regime atuarial/mutualista, o custeio não é determinado atuarialmente.

As fontes de recursos são definidas em Plano Anual de Custeio - obedecidas as regras e limitações definidas no Regulamento - a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo, conforme segue:

*Art. 35. O Plano PREVPLAN será custeado de acordo com o Plano Anual de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo da PREVCOM-MG, **obedecidas as regras e limitações definidas neste Regulamento.***

Art. 36. O PREVPLAN será custeado pelas seguintes fontes de receita:



I - CONTRIBUIÇÃO NORMAL DE PARTICIPANTE: de caráter obrigatório, vertida mensalmente pelos Participantes Normais, Participantes Facultativos e Participantes Autopatrocinados, **em função de um percentual escolhido por estes Participantes**, aplicável sobre os respectivos Salários de Participação, **observado o percentual mínimo definido de acordo com o Plano Anual de Custeio**;

II - CONTRIBUIÇÃO ESPORÁDICA: de caráter eventual, vertida pelos Participantes Normais, Participantes Facultativos e Participantes Autopatrocinados, sem a contrapartida do Patrocinador e sem a incidência de taxa de carregamento;

III - CONTRIBUIÇÃO DE RISCO: de caráter obrigatório para os Participantes Normais, Participantes Facultativos, Participantes Autopatrocinados e Assistidos que optarem pela contrapartida do Patrocinador, de acordo com valores obtidos da tabela informada pela seguradora, em função da idade atual do Participante e o **Capital Segurado escolhido pelo mesmo**;

IV - CONTRIBUIÇÃO NORMAL DE PATROCINADOR: apurada pela aplicação do **mesmo percentual escolhido pelos Participantes Normais**, nos termos do inciso I deste artigo, sobre os respectivos Salários de Participação a ele vinculados, de acordo com o Plano Anual de Custeio, **até o limite estabelecido neste Regulamento**;

V - CONTRIBUIÇÃO ADMINISTRATIVA: devida pelos Participantes Normais, Participantes Facultativos, Participantes Autopatrocinados, Participantes Vinculados, Assistidos e Patrocinadores, apurada pela aplicação de um percentual sobre os respectivos Salários de Participação, ou sobre a respectiva montante acumulado pelo Participante, conforme o caso, destinada a custear as Despesas Administrativas, de acordo com o Plano Anual de Custeio;

VI - rendimentos das aplicações das contribuições a que se referem os incisos I a V deste artigo; e

VII - doações, legados e outras rendas não previstas nos incisos anteriores, desde que admitidos pela legislação aplicável, cuja destinação será o Fundo de Destinação de Excedentes.

(original sem grifo)



Assim, diante das determinações regulamentares, o custeio para o exercício de 2023 será estabelecido em documento específico, denominado Plano Anual de Custeio, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

4.5. RENTABILIDADE

Em função da modalidade do plano de benefícios, é vedada a garantia de rentabilidade mínima tanto na fase de capitalização quanto na de percepção de renda. Não obstante, foram elaboradas análises retrospectivas para avaliação da performance da Entidade na gestão dos recursos.

A partir do histórico das rentabilidades líquidas auferidas pelos recursos garantidores do plano PREVPLAN, conforme evolução das cotas, no período que compreende os meses de Janeiro/2018 e Dezembro/2022, apurou-se uma rentabilidade líquida acumulada de 27,38%. Para o mesmo período, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou um percentual de 31,68%, enquanto o CDI acumulado representou um percentual de 35,89%.

Analisando apenas os 12 últimos meses, observa-se que os recursos do plano alcançaram uma rentabilidade de 7,85%, enquanto o IPCA montou em 5,78%, gerando um retorno real de 1,95%.

Os Gráficos a seguir demonstram a evolução da rentabilidade líquida versus a inflação e o CDI ao longo do período analisado.

Gráfico 2 - Histórico da Rentabilidade Líquida Auferida

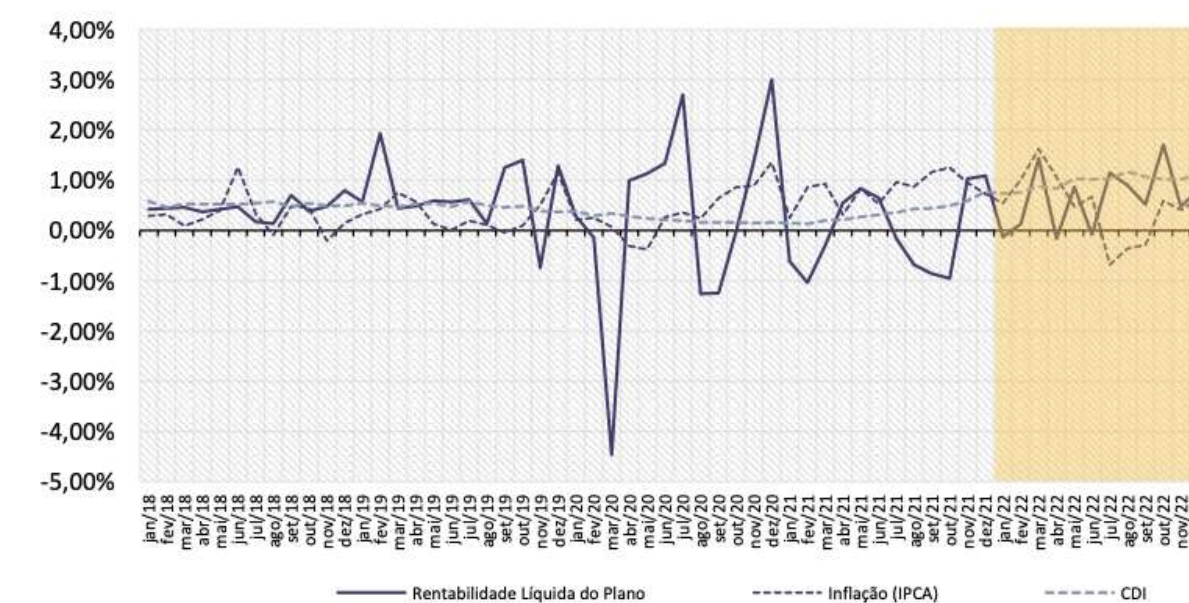
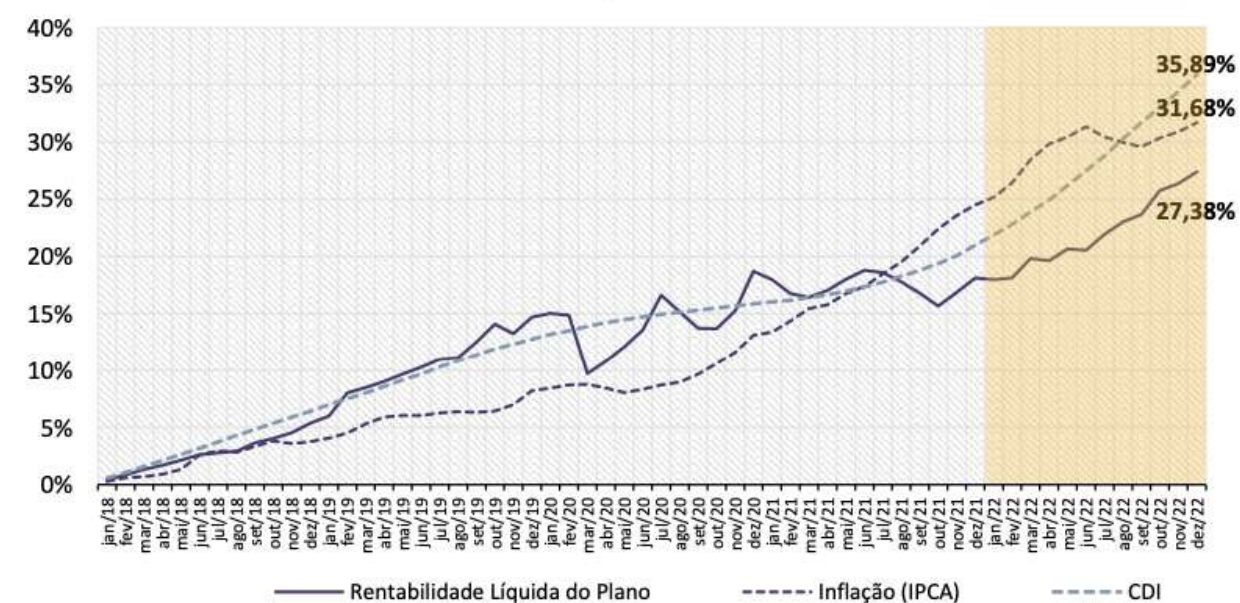




Gráfico 3 - Histórico da Rentabilidade Líquida Acumulada



Adicionalmente, segue Gráfico onde se apresenta a rentabilidade, ano a ano, a inflação e o retorno real auferido pela carteira de investimentos do Plano de Benefícios.

Gráfico 4 - Rentabilidade Real Auferida



O Gráfico 4 demonstra o retorno real auferido pelos recursos garantidores do plano de benefícios, sendo que o melhor desempenho foi observado em 2019, com uma rentabilidade de 4,35% acima da inflação.



5. ESTATÍSTICAS POPULACIONAIS

Com base nas informações encaminhadas pela PREVCOM-MG à Lumens Atuarial, foram elaboradas estatísticas descritivas, conforme tabela 4 a seguir, que contempla todos os participantes informados, independente do status constante na base cadastral:

Tabela 4 - Estatísticas Descritivas

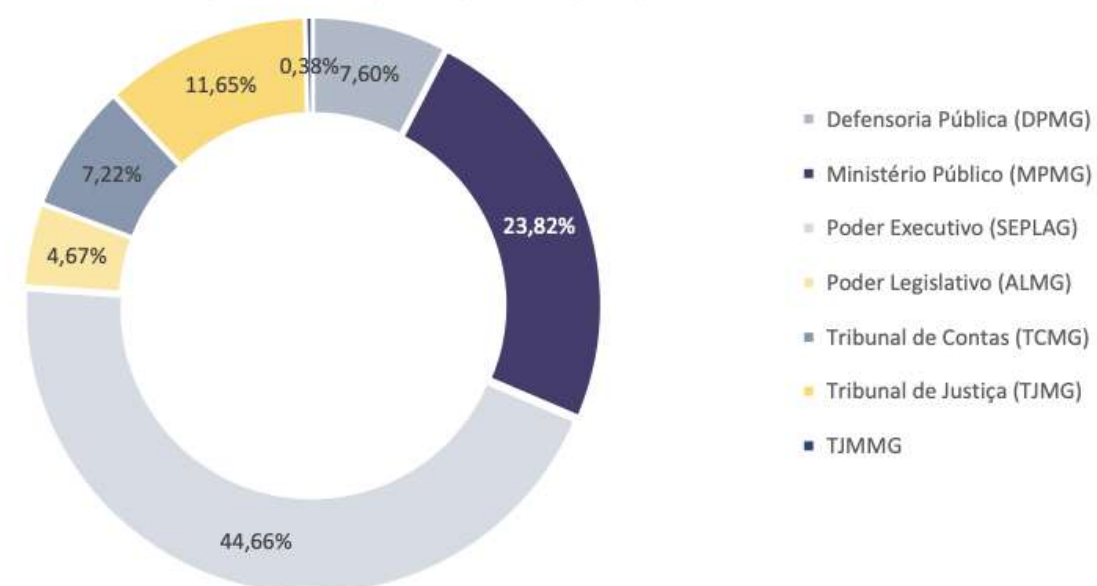
Patrocinador	Quant. Participantes	Média				Total		
		Salário de Participação	Remuneração	%Contribuição Partic.	%Contribuição Patroc.	Saldo Partic.	Saldo Patroc.	Saldo Portabilidade
0001 - ALMG	95	14.386,44	21.473,66	7,43%	7,32%	3.140.090,51	3.051.059,40	96.907,10
Feminino	44	14.414,51	21.501,73	7,44%	7,27%	1.576.759,69	1.504.653,29	96.907,10
Masculino	51	14.362,23	21.449,45	7,42%	7,35%	1.563.330,82	1.546.406,11	0,00
0002 - TCMG	145	11.355,88	18.345,34	7,53%	7,44%	2.329.420,30	2.317.249,48	139.037,11
Feminino	69	13.065,39	20.152,61	7,63%	7,50%	1.132.965,96	1.128.548,34	0,00
Masculino	76	9.803,82	16.704,54	7,44%	7,39%	1.196.454,34	1.188.701,14	139.037,11
0003 - TJMG	231	14.602,44	21.076,05	7,06%	6,82%	7.690.310,97	7.577.943,53	99.092,82
Feminino	127	11.721,96	17.972,10	7,06%	6,71%	3.402.154,30	3.315.173,80	70.152,45
Masculino	104	18.119,96	24.866,45	7,06%	6,96%	4.288.156,67	4.262.769,73	28.940,37
0004 - DPMG	148	24.169,77	30.969,67	7,20%	7,15%	6.852.328,22	6.813.510,84	161.249,18
Feminino	74	24.361,84	31.353,29	7,25%	7,20%	3.337.148,85	3.326.216,34	94.896,94
Masculino	74	23.977,70	30.586,05	7,15%	7,10%	3.515.179,37	3.487.294,50	66.352,24
0005 - MPMG	467	18.709,13	25.568,71	7,19%	7,07%	13.938.569,71	13.809.447,08	102.760,01
Feminino	189	17.247,05	24.146,78	7,23%	7,10%	5.741.440,78	5.690.760,20	0,00
Masculino	278	19.703,14	26.535,42	7,17%	7,04%	8.197.128,93	8.118.686,88	102.760,01
0006 - SEPLAG	892	6.390,87	11.150,11	6,23%	5,18%	8.421.929,26	6.229.678,60	27.026,63
Feminino	378	5.611,08	9.848,41	6,00%	4,82%	3.365.533,09	2.251.424,56	9.028,61
Masculino	514	6.964,33	12.107,39	6,41%	5,44%	5.056.396,17	3.978.254,04	17.998,02
0007 - TJMMG	8	3.049,07	3.049,07	4,31%	0,94%	7.977,53	0,00	0,00
Feminino	5	3.819,02	3.819,02	4,80%	1,50%	6.175,85	0,00	0,00
Masculino	3	1.765,81	1.765,81	3,50%	0,00%	1.801,68	0,00	0,00

Dos participantes informados, conforme base cadastral, 1852 são ativos, vinculados aos patrocinadores, 2 são autopatrocinados, 5 são optantes do instituto do Benefício Proporcional Diferido, 6 estão com status de “cancelado aguardando instituto”, 117 são ativos suspensos e 4 estão como “cedido para outro órgão”.

A seguir é demonstrada a distribuição proporcional de participantes por patrocinador.



Gráfico 5 - Proporção de participantes por patrocinador



Em complemento, a tabela 5 apresenta algumas informações gerais, como idade média, tempo médio de filiação ao plano, contribuição média, entre outros dados extraídos da base cadastral disponibilizada.

Tabela 5 - Informações Gerais

Estadística	31/12/2022
Idade Média (anos)	37,77
Tempo Médio de Filiação ao Plano (anos)	1,91
Tempo Médio desde a Admissão (anos)	6,87
Contribuição Média - Participante	R\$ 924,12
Contribuição Média - Patrocinador	R\$ 895,22
Contribuição Média de Risco	R\$ 352,19
Saldo Individual Médio	R\$ 41.694,66

O Capítulo 6 a seguir, por sua vez, apresenta estatísticas relacionadas ao perfil dos participantes e informações acerca dos resgates e portabilidades registradas pela Entidade.

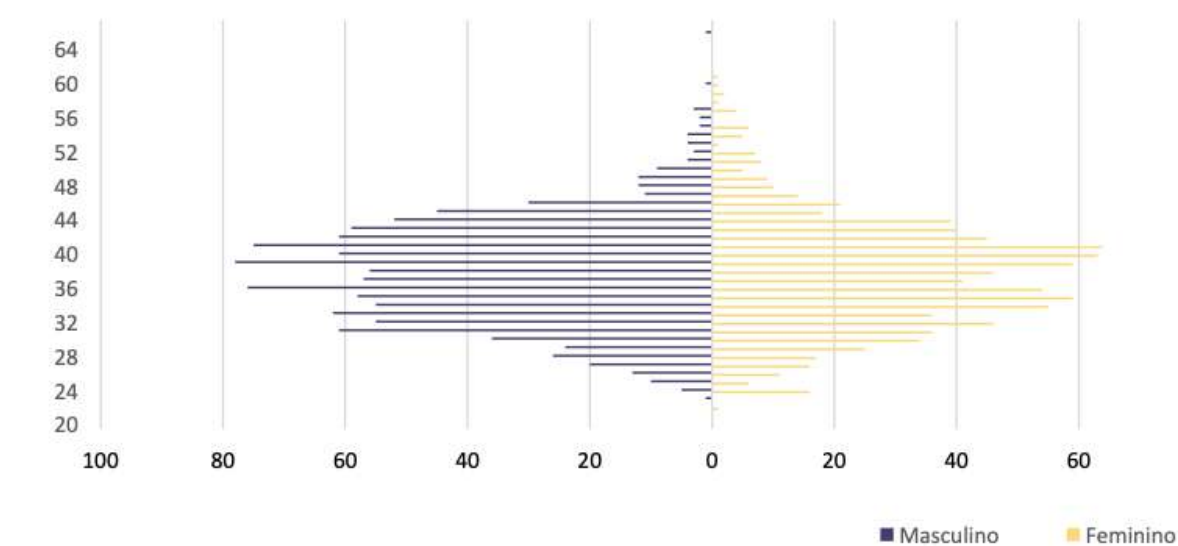


6. ESTATÍSTICAS GERENCIAIS

6.1. PERFIL DOS PARTICIPANTES

O Gráfico 6 demonstra a estrutura etária dos participantes constantes na base cadastral, enquanto o gráfico seguinte apresenta a distribuição por sexo. Posteriormente, são apresentadas informações relativas à distribuição de participantes por faixa salarial (salário de participação), seguido de gráfico com a distribuição dos participantes por faixa de contribuição (contribuição básica do participante).

Gráfico 6 - Estrutura etária dos participantes



Pelo Gráfico 6 é possível observar uma maior concentração de participantes, em ambos os sexos, entre 30 e 40 anos de idade, sendo 55,35% do sexo masculino e 44,65% do sexo feminino, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 7 - Distribuição dos participantes por sexo

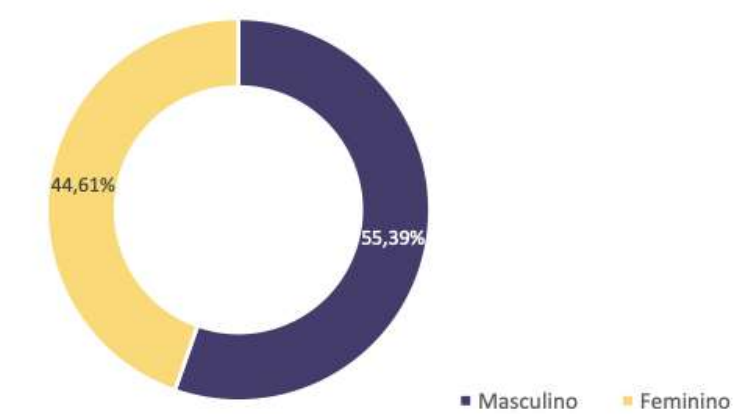




Gráfico 8 - Participantes por faixa salarial (salário de participação)

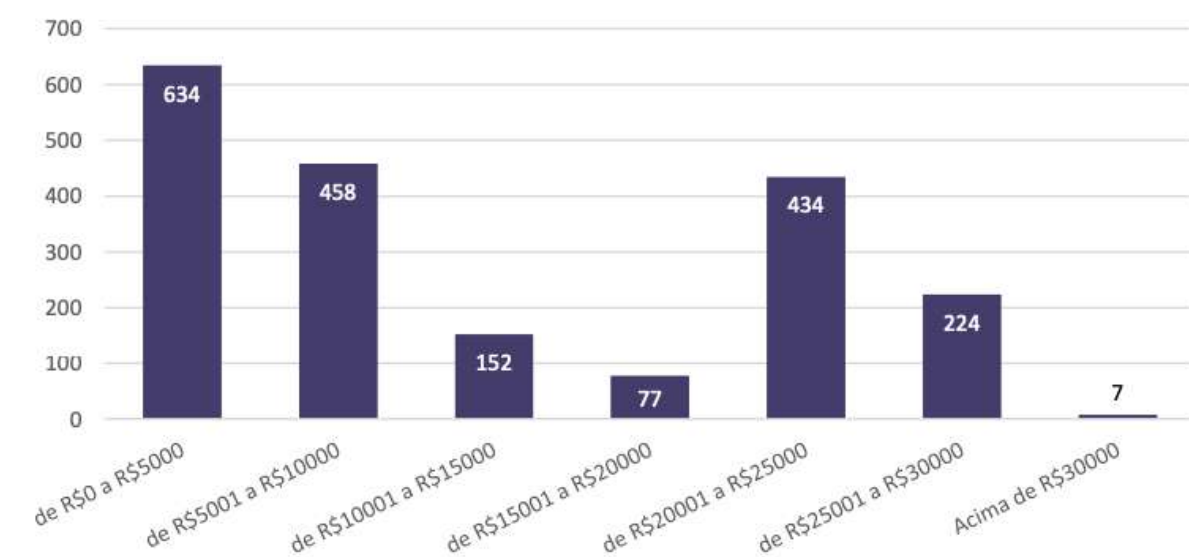


Gráfico 9 - Participantes por percentual de contribuição

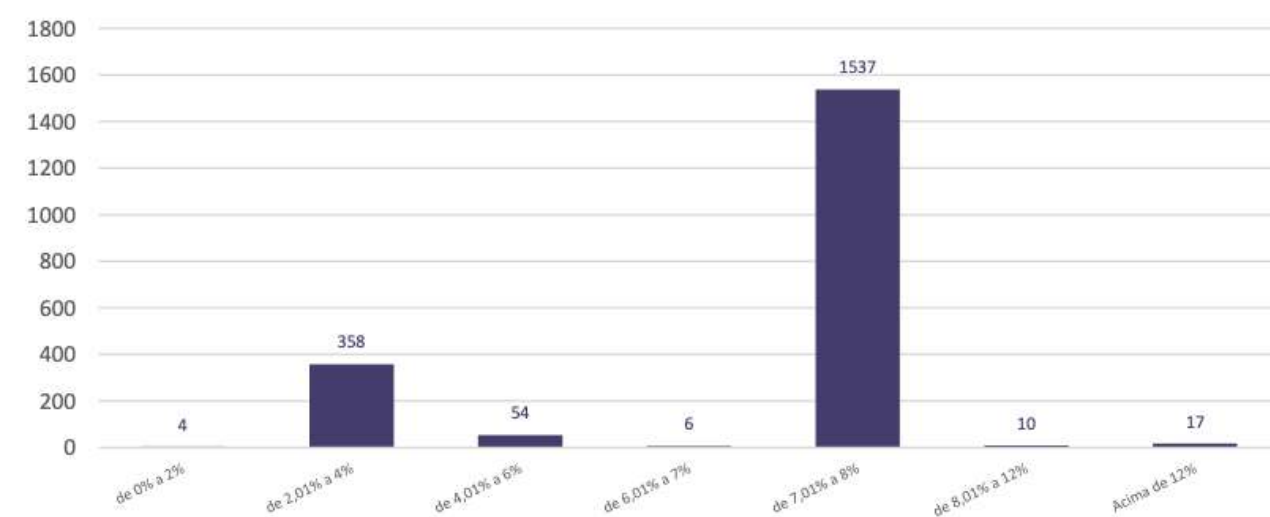
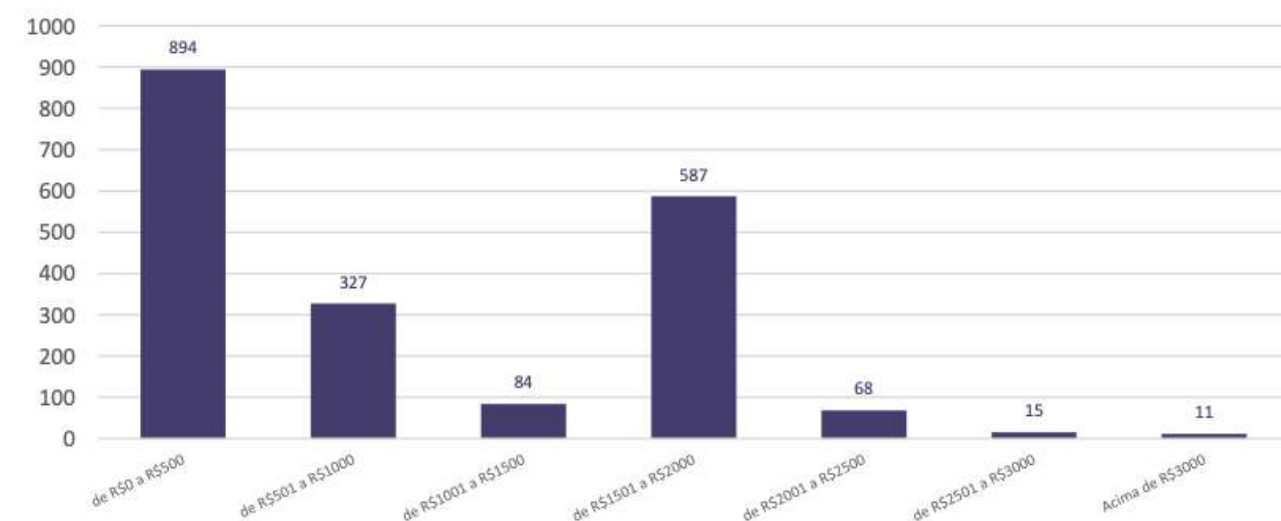


Gráfico 10 - Participantes por faixa de contribuição (R\$)



Quanto às contribuições, os gráficos a seguir demonstram, sucessivamente, a distribuição de contribuições por categoria e o percentual de participantes que efetuam contribuição para cobertura adicional de risco e os que não o fazem.

Da arrecadação mensal, 45,19% advêm de contribuições básicas dos participantes, 43,78% de contribuições básicas dos patrocinadores e 11,03% de contribuições destinadas às coberturas adicionais de risco. Será possível, ainda, observar que 68,68% dos participantes efetuam contribuições para benefícios de risco, possuindo, assim, uma cobertura securitária maior.

Gráfico 11 - Distribuição das contribuições por categoria

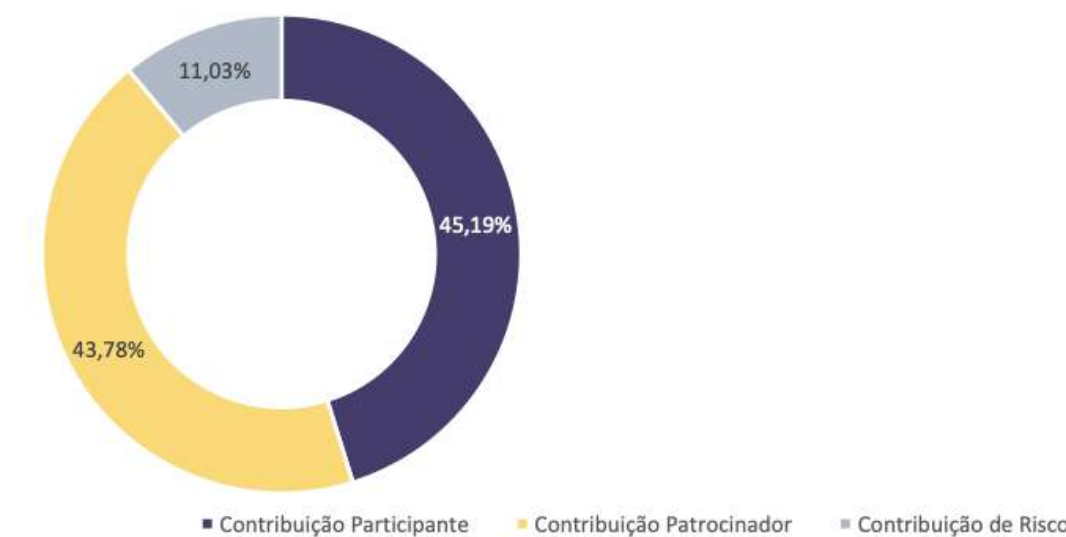


Gráfico 12 - Percentual de participantes que efetuam contribuições de risco

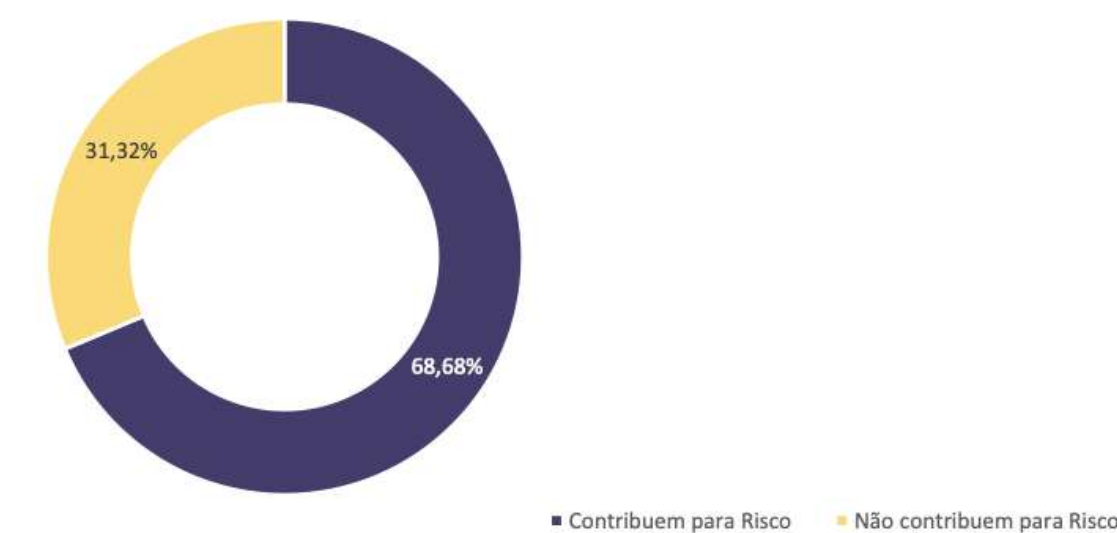
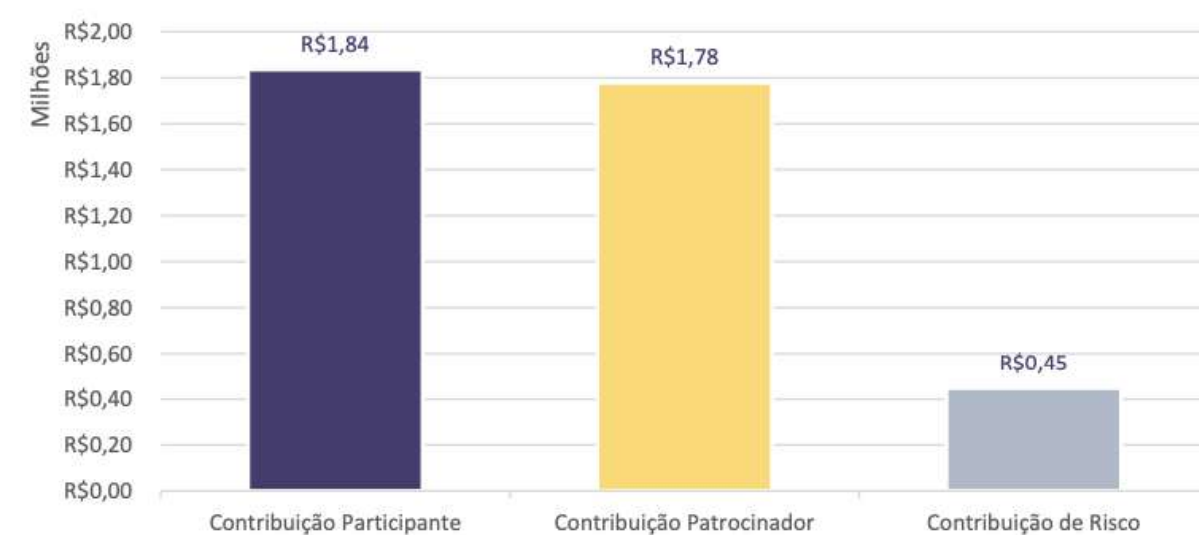




Gráfico 13 - Arrecadação mensal de contribuições na data-base dos dados

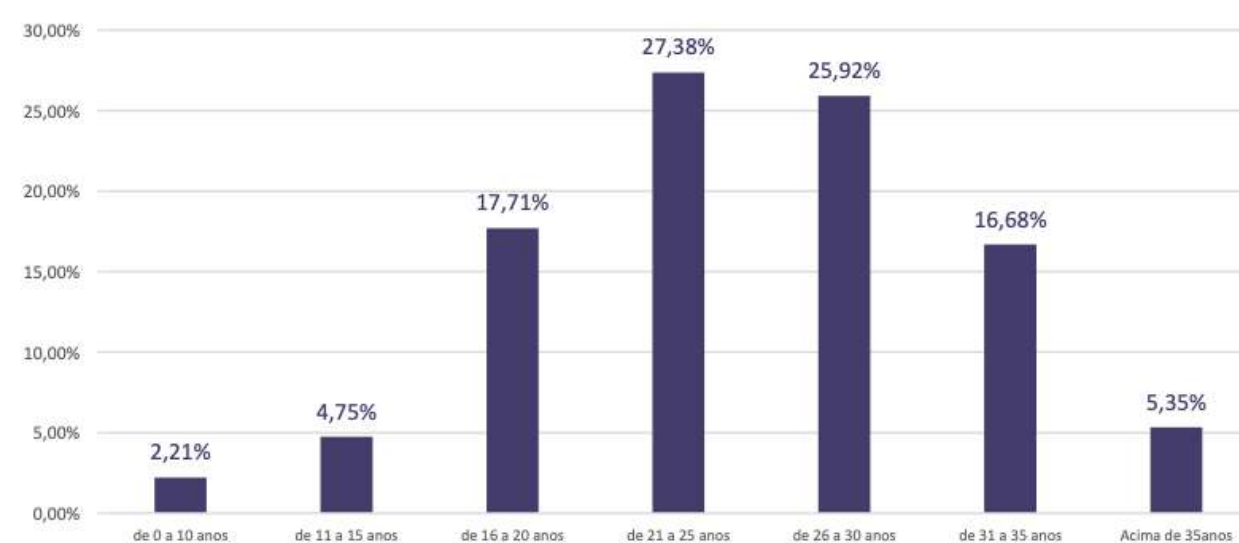


Os gráficos a seguir apresentam estimativas relativas ao tempo de espera para aposentadoria e qual o percentual que seria alcançado do salário de participação como renda futura, para fins de análise.

Para tais estimativas, partiu-se de premissa simplificada de aposentadoria dos homens aos 65 anos e das mulheres aos 60 anos, enquanto para a renda futura, considerou-se uma taxa de juros no período de capitalização em 6% ao ano e um benefício pela expectativa de vida apurada com base na tábua de mortalidade vigente.

O Gráfico 13 apresenta que, partindo da premissa simplificada, apenas 7% dos participantes ativos, aproximadamente, viriam a se aposentar nos próximos 15 anos, sendo que mais da metade viria a se aposentar entre 21 e 30 anos.

Gráfico 14 - Participantes por tempo de espera para aposentadoria

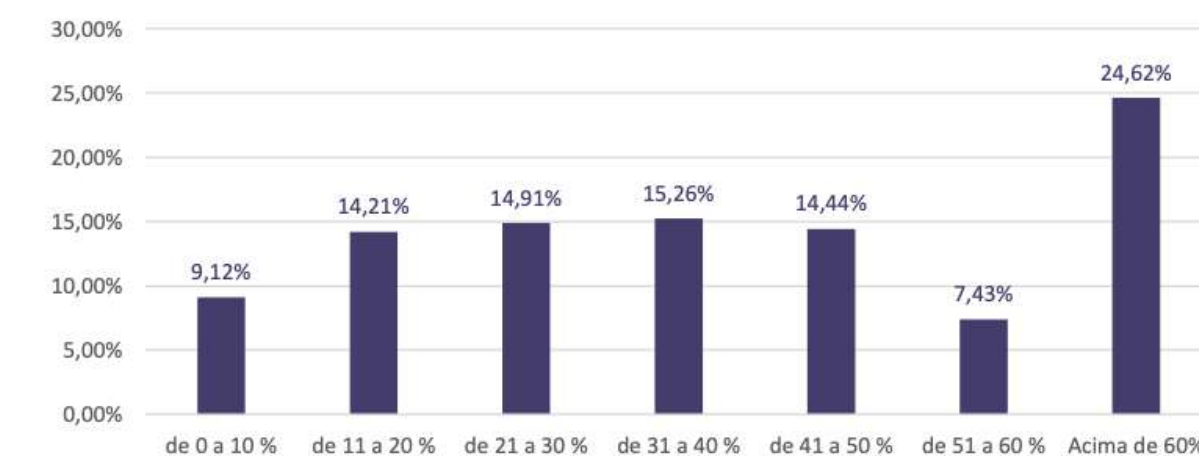


www.lumensatuarial.com.br

16



Gráfico 15 - Renda futura estimada em relação ao salário de participação



Pelas simulações elaboradas, e partindo das premissas informadas, aproximadamente 25% dos participantes alcançaria um percentual superior a 60% do salário de participação como renda futura de aposentadoria, havendo uma maior cobertura previdenciária. Apenas 9,1% dos participantes alcançariam menos de 10% do salário de participação como renda futura de aposentadoria.

Importante frisar que para essas simulações simplificadas, não se considerou premissa de crescimento salarial, seja para apuração do salário de participação futuro, seja para evolução do nível contributivo ao longo dos anos. Partiu-se do saldo atual e do nível contributivo constante da base cadastral, projetando-se o saldo e a renda futura por matemática financeira.

6.2. RESGATES

Analisando-se os resgates efetivados ao longo dos anos de 2016 a 2022 foram verificados 26 resgates pagos, sendo 3,71 em média, por ano. Os Gráficos a seguir demonstram a quantidade de resgates e ainda os valores pagos por ano. Verificou-se um valor médio anual de resgates de R\$41.702,41, perfazendo um total de R\$ 291.916,89 no período avaliado.

Dos Resgates pagos no período, todos estavam vinculados a saldos constituídos por participantes que optaram pela tributação regressiva. O tempo médio de vinculação ao plano, dentre os optantes pelo resgate, era de 24,46 meses e o valor médio resgatado foi de R\$ 11.227,57 por participante.

www.lumensatuarial.com.br

17



Gráfico 16 - Quantidade de resgates por ano

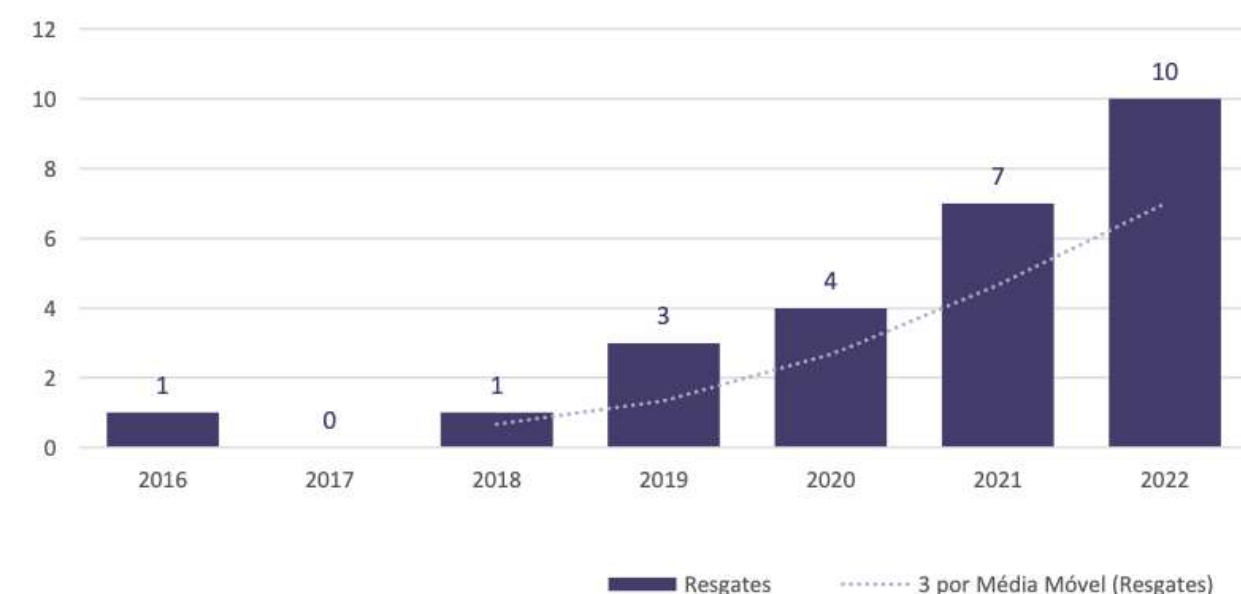
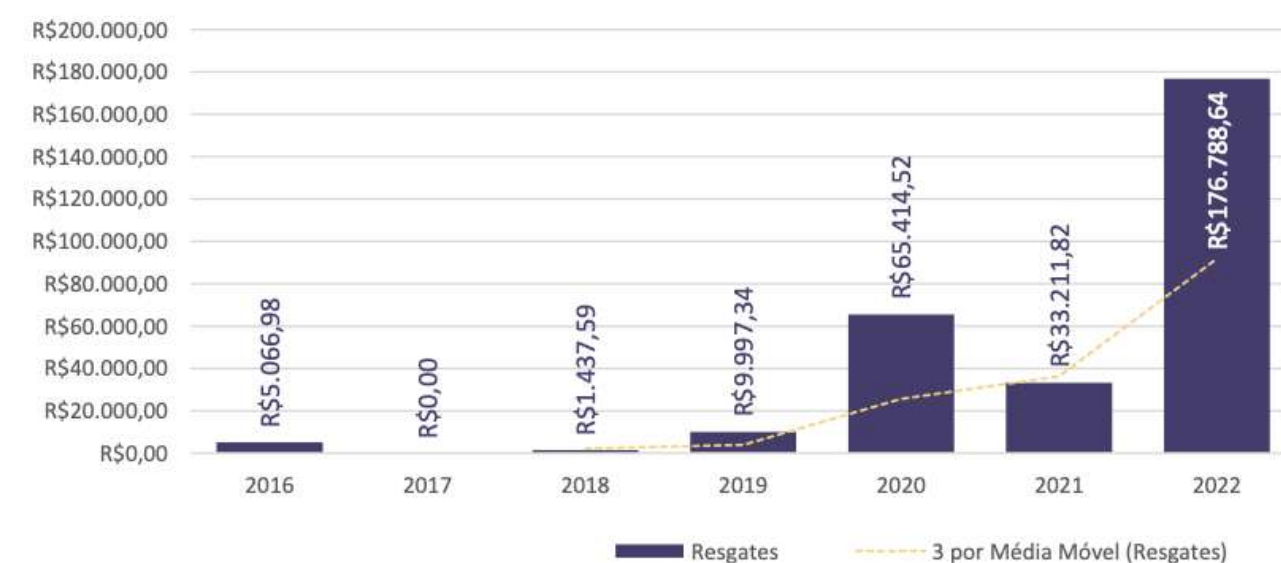


Gráfico 17 - Resgates efetivados por ano



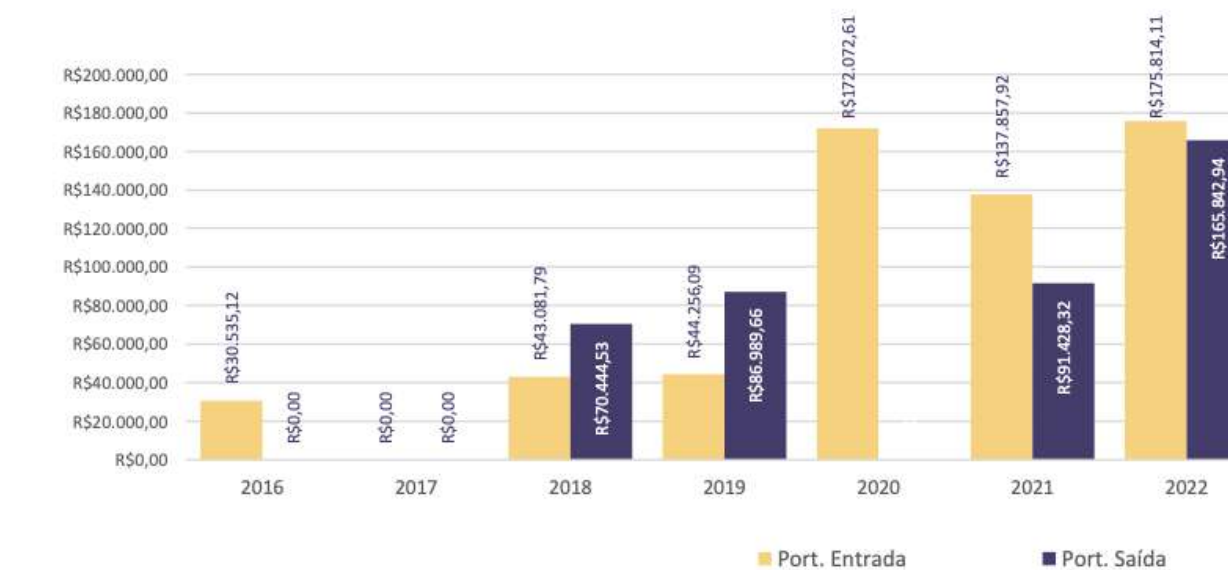
6.3. PORTABILIDADES

Quanto às Portabilidades, foram avaliados os ingressos de recursos, bem como aqueles transferidos para outras Entidades Previdenciárias ao longo dos anos de 2016 a 2022. No período, foram registradas 18 portabilidades de Entrada e 14 de Saída, sendo 2,57 e 2,00 em média, por ano, respectivamente. Em valores monetários, foi registrado um montante de R\$ 603.617,64 e R\$ 414.705,45 como portabilidades que ingressaram e que saíram do plano, respectivamente. Tais



montantes representam uma média anual de R\$ 86.231,09 e R\$ 59.243,64 como portabilidade de entrada e saída.

Gráfico 18 - Histórico de Portabilidades



A seguir são apresentadas tabelas que demonstram as cinco Entidades de origem e de destino, respectivamente, que mais se registrou portabilidades no período analisado.

Tabela 6 - Portabilidade de Entrada

ENTIDADE DE ORIGEM	VALOR
PREVNORDESTE	R\$119.511,42
FUNPRESP-JUD	R\$107.770,44
RS PREV	R\$95.343,28
FUNPRESP-EXE	R\$92.869,97
PETROS	R\$67.198,66

Tabela 7 - Portabilidade de Saída

ENTIDADE DE DESTINO	VALOR
RJ PREV	R\$147.808,79
JUSPREV	R\$70.444,53
PREVNORDESTE	R\$67.495,66
FUNPRESP-EXE	R\$33.540,25
DF-PREVICOM	R\$26.232,36



7. PARECER ATUARIAL

Versa o presente capítulo do Parecer Atuarial que trata dos aspectos relevantes para encerramento do exercício de 2022, em complemento aos demais itens já abordados neste Relatório de Avaliação Atuarial de 31/12/2022.

7.1. DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios PREVPLAN (CNPB 2015.0004-29), administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais PREVCOM-MG, é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, não havendo benefícios em regime mutualista, logo, sem assunção de riscos atuariais.

7.2. DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Tendo em vista a modalidade do Plano de Benefícios, o mesmo está estruturado em regime financeiro de Capitalização, considerando-se o Método de Capitalização Financeira Individual, sob o qual são constituídas as Reservas Matemáticas individualmente para os Participantes, sendo as mesmas equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da conta individual do Participante, acumulado até o momento da avaliação.

Trata-se de método de financiamento adequado à modalidade de Contribuição Definida.

7.3. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Importante frisar que não são adotadas hipóteses atuariais para precificação do passivo previdenciário do Plano de Benefícios, nem tão pouco para apuração dos custos normais ou do plano de custeio.

Atualmente é adotada hipótese de longevidade para estimativa da expectativa de vida a ser utilizada na conversão do saldo de contas em renda de prestação continuada, sendo utilizada, para tanto, uma tábua de mortalidade.

Conforme capítulo específico do Relatório de Avaliação Atuarial foi recomendada a manutenção das tábuas AT-2000 Básica - M³ para o sexo masculino

³ Nomenclatura do Instituto Brasileiro de Atuária: AT-2000 MALE (Table name: 1996 US Annuity 2000 Basic, Male Table number: 885)



e AT-2000 Básica - F⁴ para o sexo feminino, sendo estas as tábuas referenciais previstas nos normativos vigentes.

Foi recomendada também a elaboração de estudos estatísticos a partir de dados a serem disponibilizados pelos patrocinadores do plano, por intermédio do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais - IPSEMG.

Os referidos estudos possibilitarão a análise da aderência e adequação da premissa utilizada, como mencionado, para estimar a expectativa de vida, não havendo impacto, contudo, ao passivo do plano, nem mesmo aos custos previdenciários.

7.4. DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

As informações referentes aos Participantes do PREVPLAN, para a Avaliação Atuarial, foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2022 em formato "xls" e foram objetos de análise e testes de consistências.

Foram utilizadas, ainda, as informações relativas ao histórico de cotas que refletem a rentabilidade líquida do plano, os dados cadastrais e financeiros utilizados para apuração das provisões matemáticas dos meses anteriores, bem como o histórico de resgates e portabilidades fornecido pela Entidade, por meio do qual se pôde avaliar a evolução do plano de benefícios.

Constatou-se a consistência geral dos dados disponibilizados, sendo os mesmos suficientes para as análises necessárias.

7.5. DA VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Observada a modalidade do plano de benefícios, as Provisões Matemáticas, que representam o passivo do plano frente aos seus participantes e assistidos, equivalem aos saldos de contas mantidos em favor dos mesmos.

Assim, a variação das provisões matemáticas se justifica pela evolução dos saldos entre o posicionamento das avaliações atuariais, influenciada pelo ingresso

⁴ Nomenclatura do Instituto Brasileiro de Atuária: AT-2000 FEMALE (Table name: 1996 US Annuity 2000 Basic, Female Table number: 884)



de contribuições e por portabilidades, rentabilidade ou pagamento de benefícios e institutos previdenciários previstos no regulamento.

7.6. DA VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO

Observada a apuração das provisões matemáticas, foi apurado um resultado de equilíbrio técnico do plano de benefícios, haja vista a equivalência ao Patrimônio de Cobertura do Plano apurado contabilmente.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

7.7. DA EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Também pela modalidade do plano, os custos normais ou o custeio não são determinados atuarialmente, sendo apurados, para fins desta avaliação atuarial, pelo somatório dos valores contributivos e pela divisão deste pelo salário de participação total, mediante as informações estatísticas disponibilizadas pela Entidade

7.8. DOS RISCOS ATUARIAIS

Tendo em vista se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, sem regime mutualista, não há riscos atuariais envolvidos que possam acarretar desequilíbrios técnicos.

7.9. OUTROS FATOS RELEVANTES

- a) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2022, os valores de Patrimônio de Cobertura e Fundos foram informados pela Entidade, por meio do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua apuração de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;
- b) Observou-se uma evolução consistente no patrimônio de cobertura do plano, tendo em conta ainda que a integralidade deste é destinada à



cobertura do passivo previdenciário dos participantes ativos, não havendo, ainda, assistidos em gozo de benefícios de prestação continuada;

- c) Trata-se, portanto, de plano jovem, ainda distante de sua maturidade, o que favorece a capitalização dos recursos.
- d) Importante frisar, que em 31/12/2022 foi registrado um montante de R\$ 271.276,56 em Fundos Previdenciais e R\$ 3.206.607,33 em Fundos Administrativos;
- e) Os Fundos Previdenciais são constituídos conforme disposições regulamentares e são acompanhados mensalmente, observados os pareceres atuariais disponibilizados à Entidade;
- f) Por fim, o custeio administrativo é definido anualmente pela Entidade, mediante análises específicas e aprovação de orçamento.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atestamos, que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas, referente ao exercício de 2022.

Considerando o exposto no presente relatório se conclui que o Plano de Benefícios PREVPLAN encontra-se em equilíbrio atuarial, contemplando um Patrimônio de Cobertura do Plano integralmente destinado à cobertura do passivo atuarial atrelado aos participantes ativos.

Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

Rafael Porto de Almeida
Atuário MIBA nº 1.738
Lumens Consultoria Atuarial

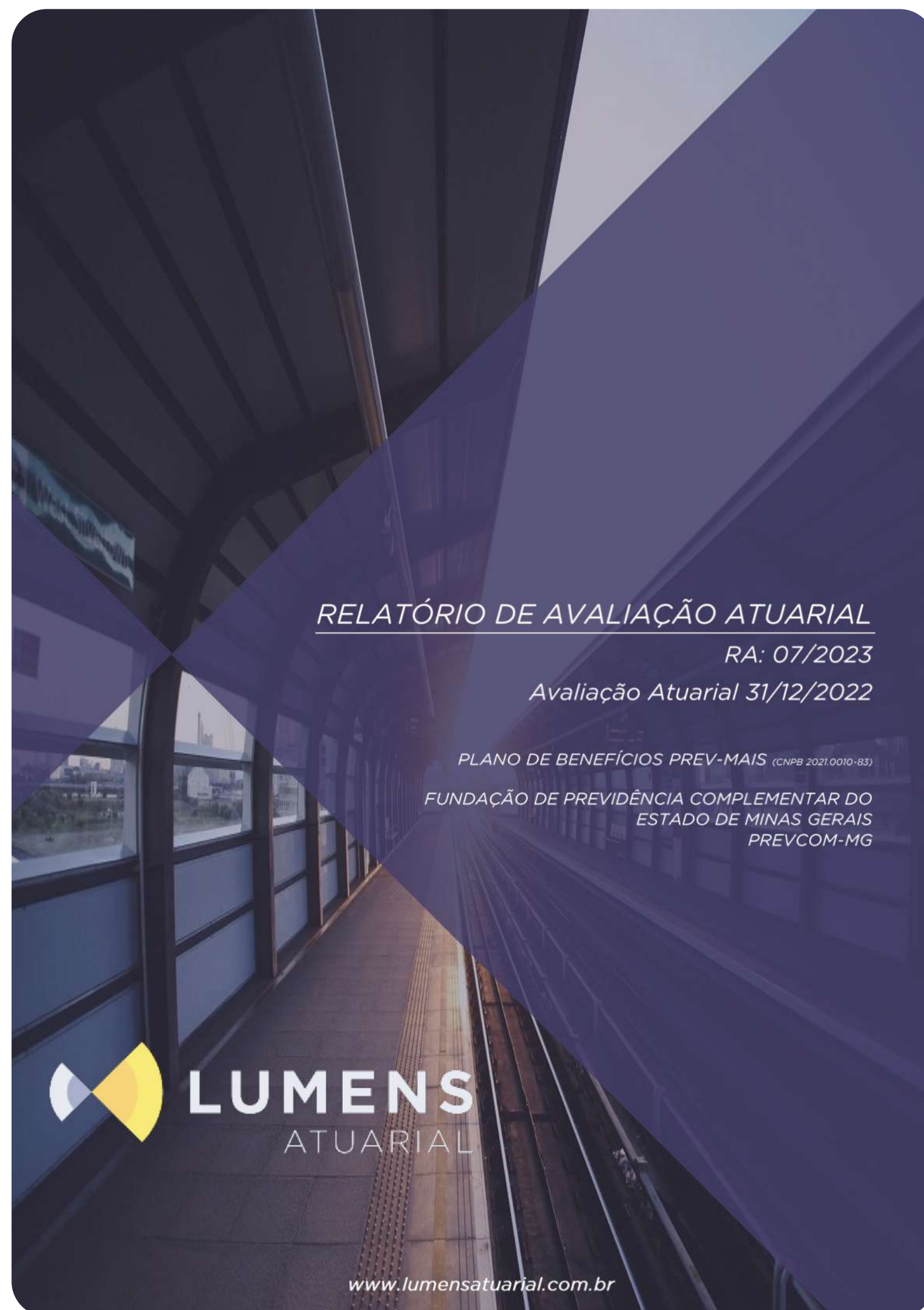
Marco A. Rasoppi
Atuário MIBA nº 1.776
Lumens Consultoria Atuarial

Karen Tressino
Atuária MIBA nº 1.123
Lumens Consultoria Atuarial



ANEXO I - PLANIFICAÇÃO CONTABIL

PROVISÕES MATEMÁTICAS		
Entidade: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS PREVCOM-MG		
Nome do Plano: PLANO DE BENEFÍCIOS PREVPLAN (CNPB 2015.0004-29)		
Data Base da Avaliação:	31/12/2022	
Data do Cálculo:	31/12/2022	
CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
2.3	Patrimônio Social	R\$ 86.344.909,60
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 82.867.025,71
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 82.867.025,71
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 0,00
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 82.867.025,71
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 82.867.025,71
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Empregadores e Instituidores	R\$ 39.832.687,17
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Participantes	R\$ 42.408.265,69
2.3.1.1.02.01.03	Saldo de Contas - Portabilidade EFPC	R\$ 626.072,85
2.3.1.1.02.01.04	Saldo de Contas - Portabilidade EAPC	R\$ 0,00
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ 0,00
2.3.2	Fundos	R\$ 3.477.883,89
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 271.276,56
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 3.206.607,33



1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Avaliação Atuarial tem como finalidade principal demonstrar as provisões matemáticas apuradas em 31/12/2022 para o PLANO DE BENEFÍCIOS PREV-MAIS (CNPB 2021.0010-83), administrado pela FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS - PREVCOM-MG. Tem ainda como objetivo - com base nas informações relativas ao patrimônio de cobertura do plano informado pela Entidade e apurado contabilmente - atestar o resultado técnico-atuarial.

Trata-se de plano cujo início de funcionamento se deu em maio de 2022, possuindo apenas 2 participantes em 31/12/2022. Assim, este documento tem como finalidade secundária apresentar o Parecer Atuarial simplificado para encerramento do exercício contábil e atuarial.

Complementarmente, é realizada uma análise retrospectiva simples da rentabilidade líquida dos recursos garantidores das provisões matemáticas, conforme histórico de cotas informado.

2. DADOS CADASTRAIS E FINANCEIROS

As informações referentes aos Participantes do PREV-MAIS, para a Avaliação Atuarial, foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2022 em formato "xls" e se mostraram suficientes para apuração das provisões e consequentemente do resultado técnico.

Foram utilizadas, ainda, as informações relativas ao histórico de cotas que refletem a rentabilidade líquida do plano e o balancete contábil, por meio do qual se verificou o Patrimônio de Cobertura do Plano.

3. HIPÓTESES ATUARIAIS

Observada a modalidade do plano e as disposições regulamentares, não são adotadas hipóteses atuariais para precificação do passivo previdenciário, para apuração dos custos normais, do custeio, nem tão pouco para conversão do saldo em renda de prestação continuada.



4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL

4.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Em atenção ao Plano de Contas estabelecido para as Entidades Fechadas de Previdência Complementar, observada a Instrução PREVIC nº 31, de 20 de agosto de 2020, esta Consultoria elaborou um quadro que contém as contas correspondentes às provisões e fundos do plano de benefícios em análise, apuradas por meio da base cadastral, conforme Anexo I, parte integrante do presente relatório.

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do plano de benefícios PREV-MAIS em 31/12/2022, data base da presente Avaliação Atuarial:

Tabela 1 - Síntese - Provisões Matemáticas

DESCRIÇÃO	31/12/2022
Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 412,59
Provisões Matemáticas	R\$ 412,59
Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
Contribuição Definida	R\$ 0,00
Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 0,00
Benefícios a Conceder	R\$ 412,59
Contribuição Definida	R\$ 412,59
Saldo - Patrocinadores	R\$ 0,00
Saldo - Participantes	R\$ 412,59
Saldo - Portabilidade de EFPC	R\$ 0,00
Saldo - Portabilidade de EAPC	R\$ 0,00
Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00

Importante reiterar que se trata de plano com recente início de funcionamento, possuindo registro de apenas dois participantes em 31/12/2022, o que justifica o patrimônio apurado.

4.2. RESULTADO TÉCNICO

Conforme demonstrado, o plano de benefícios PREV-MAIS, administrado pela PREVCOM-MG apresentou em 31/12/2022 o resultado de Equilíbrio Técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista, tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada



ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

Desta forma, atestamos que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas por nossa Consultoria Atuarial, refletem as bases cadastrais e consideram, para fins de comparação, as informações contábeis fornecidas pela PREVCOM-MG referente à data base 31/12/2022.

4.3. CUSTO DO PLANO

Tendo em vista se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sem benefícios em regime atuarial/mutualista, o custo não é determinado atuarialmente.

Desta forma, para fins demonstrativos, o custo do plano em moeda corrente foi apurado mediante somatório das contribuições dos participantes e patrocinadores, conforme base cadastral disponibilizada, enquanto o custo do plano em percentual foi apurado dividindo-se o primeiro valor pelo somatório do salário de participação, também informado na base cadastral, conforme segue:

Tabela 2 - Custo Previdenciário

Contribuição Básica	Mensal	Anual
Salário de Participação	R\$ 1.317,14	R\$ 17.122,82
Contribuição Participante	R\$ 46,10	R\$ 599,30
Contribuição Patrocinadora	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Custo Médio - Participante	3,50%	3,50%
Custo Médio - Patrocinadora	0,00%	0,00%
Custo Normal	3,50%	3,50%

Tabela 3 - Custo dos Benefícios de Risco

Contribuição de Risco	Mensal	Anual
Salário de Participação	R\$ 1.317,14	R\$ 17.122,82
Contribuição Participante	R\$ 21,86	R\$ 284,18
Custo Normal	1,66%	1,66%

4.4. PLANO DE CUSTEIO

Pelo mesmo motivo, por se tratar de plano de benefícios estruturado na modalidade de Contribuição Definida, sem benefícios em regime atuarial/mutualista, o custeio não é determinado atuarialmente.



As fontes de recursos são definidas no Capítulo IV do Regulamento do Plano de Benefícios. Reza ainda o Art. 13 do Regulamento que:

Art. 13. O custeio do Plano será estabelecido considerando os percentuais aplicáveis sobre o Salário de Participação nas condições e nos limites previstos no Plano de Custeio e na legislação vigente.

Assim, diante das determinações regulamentares, o custeio para o exercício de 2023 será estabelecido em documento específico, denominado Plano de Custeio, a ser aprovado pelo Conselho Deliberativo.

4.5. RENTABILIDADE

Em função da modalidade do plano de benefícios, é vedada a garantia de rentabilidade mínima tanto na fase de capitalização quanto na de percepção de renda. Não obstante, foram elaboradas análises retrospectivas simplificadas para avaliação da performance da Entidade na gestão dos recursos.

A partir do histórico das rentabilidades líquidas auferidas pelos recursos garantidores do plano PREV-MAIS, conforme evolução das cotas, no período que compreende os meses de maio/2022 e Dezembro/2022, apurou-se uma rentabilidade líquida acumulada de 5,99%. Para o mesmo período, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulou um percentual de 1,43%, enquanto o CDI acumulado representou um percentual de 8,80%.

Com isso, a rentabilidade real acumulada nos meses de análise foi de 4,49%, acima da inflação e representou 68,03% do CDI.

5. PARECER ATUARIAL

Versa o presente capítulo do Parecer Atuarial que trata dos aspectos relevantes para encerramento do exercício de 2022, em complemento aos demais itens já abordados neste Relatório de Avaliação Atuarial de 31/12/2022.

5.1. DO PLANO DE BENEFÍCIOS

O Plano de Benefícios PREV-MAIS (CNPB 2021.0010-83), administrado pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais PREVCOM-MG,



é estruturado na modalidade de Contribuição Definida, não havendo benefícios em regime mutualista, logo, sem assunção de riscos atuariais.

5.2. DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Tendo em vista a modalidade do Plano de Benefícios, o mesmo está estruturado em regime financeiro de Capitalização, considerando-se o Método de Capitalização Financeira Individual, sob o qual são constituídas as Reservas Matemáticas individualmente para os Participantes, sendo as mesmas equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da conta individual do Participante, acumulado até o momento da avaliação.

Trata-se de método de financiamento adequado à modalidade de Contribuição Definida.

5.3. DAS HIPÓTESES ATUARIAIS

Observadas as disposições regulamentares e a modelagem do plano, não são adotadas hipóteses atuariais.

5.4. DA QUALIDADE DA BASE CADASTRAL

As informações referentes aos Participantes do PREV-MAIS, para a Avaliação Atuarial, foram disponibilizadas pela Entidade por meio de arquivo eletrônico, com data-base em 31/12/2022 em formato "xls" e se mostraram suficientes para apuração das provisões e consequentemente do resultado técnico.

Foram utilizadas, ainda, as informações relativas ao histórico de cotas que refletem a rentabilidade líquida do plano e o balancete contábil, por meio do qual se verificou o Patrimônio de Cobertura do Plano.

5.5. DA VARIAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS

Observada a modalidade do plano de benefícios, as Provisões Matemáticas, que representam o passivo do plano frente aos seus participantes e assistidos, equivalem aos saldos de contas mantidos em favor dos mesmos.

Assim, a variação das provisões matemáticas se justifica pela evolução dos saldos, influenciada pelo ingresso de contribuições e por portabilidades,



rentabilidade ou pagamento de benefícios e institutos previdenciários previstos no regulamento.

5.6. DA VARIAÇÃO E NATUREZA DO RESULTADO

Observada a apuração das provisões matemáticas, foi constatado um resultado de equilíbrio técnico do plano de benefícios, haja vista a equivalência ao Patrimônio de Cobertura do Plano apurado contabilmente.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade contribuição definida - CD, sem regime mutualista tanto na fase de capitalização como na fase de percepção dos benefícios, a obrigação do plano para com os seus participantes está limitada ao saldo de conta individual, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim tal Equilíbrio Técnico.

5.7. DA EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

Também pela modalidade do plano, os custos normais ou o custeio não são determinados atuarialmente, sendo apurados, para fins desta avaliação atuarial, pelo somatório dos valores contributivos e pela divisão deste pelo salário de participação total, mediante as informações estatísticas disponibilizadas pela Entidade

5.8. DOS RISCOS ATUARIAIS

Tendo em vista se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida, sem regime mutualista, não há riscos atuariais envolvidos que possam acarretar desequilíbrios técnicos.

5.9. OUTROS FATOS RELEVANTES

- a) Para fins da Avaliação Atuarial posicionada em 31/12/2022, os valores de Patrimônio de Cobertura e Fundos foram informados pela Entidade, por meio do Balancete Contábil do referido mês, sendo sua apuração de inteira e exclusiva responsabilidade da Entidade, e considerados, para fins da avaliação, que tais valores refletem a realidade dos fatos;
- b) Trata-se de plano com recente início de funcionamento, contemplando apenas dois participantes. Desta forma, se faz importante acompanhar a



evolução do plano, frente aos estudos de viabilidade elaborados quando de sua constituição;

- c) Por fim, o custeio administrativo é definido anualmente pela Entidade, mediante análises específicas e aprovação de orçamento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atestamos, que as informações constantes deste Relatório foram avaliadas e refletem as bases cadastrais, bem como as informações contábeis fornecidas, referente ao exercício de 2022.

Considerando o exposto no presente relatório se conclui que o **Plano de Benefícios PREVMAIS** encontra-se em equilíbrio atuarial, contemplando um Patrimônio de Cobertura do Plano integralmente destinado à cobertura do passivo atuarial atrelado aos participantes ativos.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2023.

Rafael Porto de Almeida
Atuário MIBA nº 1.738
Lumens Consultoria Atuarial

Marco A. Rasoppi
Atuário MIBA nº 1.776
Lumens Consultoria Atuarial

Karen Tressino
Atuária MIBA nº 1.123
Lumens Consultoria Atuarial



ANEXO I - PLANIFICAÇÃO CONTABIL

PROVISÕES MATEMÁTICAS

Entidade: FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS PREVCOM-MG		
Nome do Plano: PLANO DE BENEFÍCIOS PREVMAIS (CNPB 2021.0010-83)		
Data Base da Avaliação:		31/12/2022
Data do Cálculo:		31/12/2022
CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 412,59
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 412,59
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 0,00
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 412,59
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 412,59
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas - Empregadores e Instituidores	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas - Participantes	R\$ 412,59
2.3.1.1.02.01.03	Saldo de Contas - Portabilidade EFPC	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.04	Saldo de Contas - Portabilidade EAPC	R\$ 0,00
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial para Revisão do Plano	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ 0,00



C A P 08

Atendimento



Contato

Atendimento:

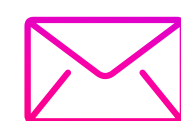
Segunda à Sexta, das 9h às 17h



Telefone:
(31) 2526-0038



Celular (Whatsapp):
(31) 97112-1731



E-mail:
contato@prevcommg.com.br



Rua Rio Grande do Norte, 867 - Edifício Lymirio Trindade 6º andar,
sala 601, bairro Funcionários - Belo Horizonte/MG

www.prevcommg.com.br